



Universidade Federal Fluminense
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

KEZYA BÁRBARA SOARES SILVA

ENTRE UTOPIAS E O SANGRAR DA EXPERIÊNCIA: PERCURSOS,
APRENDIZAGENS E DESVIOS

Niterói – RJ
2024

KEZYA BÁRBARA SOARES SILVA

**ENTRE UTOPIAS E O SANGRAR DA EXPERIÊNCIA: PERCURSOS,
APRENDIZAGENS E DESVIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia na área de concentração Subjetividade, Política e Exclusão Social.

Orientadora: Prof^a Kátia Aguiar – UFF

Prof^a Diana Marisa Dias Freire Malito – UNIVASSOURAS (Examinadora Titular)

Prof^a Débora Augusto Franco – UERJ (Examinadora Titular)

Prof^a Maria Lívia do Nascimento – UFF (Examinadora Suplente)

Prof^a Kenia Soares – UERJ (Examinadora Suplente)

Niterói – RJ

2024

Borboletas me convidaram a elas.
O privilégio insetal de ser uma borboleta me atraiu.
Por certo eu iria ter uma visão diferente dos homens e das
coisas.
Eu imaginava que o mundo visto de uma borboleta seria,
com certeza,
um mundo livre aos poemas.
Daquele ponto de vista:
Vi que as árvores são mais competentes em auroras do que
os homens.
Vi que as tardes são mais aproveitadas pelas garças do que
pelos homens.
Vi que as águas têm mais qualidade para a paz do que os
homens.
Vi que as andorinhas sabem mais das chuvas do que os
cientistas.
Poderia narrar muitas coisas ainda que pude ver do ponto
de vista de
uma borboleta.
Ali até o meu fascínio era azul.

(Manoel de Barros – Borboletas).

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são a todos os encontros potentes que formaram este trabalho e meu corpo como pesquisadora e trabalhadora. Não posso deixar de agradecer àquele que sempre seguiu na trajetória deste trabalho: Deus. Obrigada por sustentar este corpo, principalmente no momento em que me senti mais fragilizada e quase desisti desta pesquisa, e por me direcionar ao longo desta jornada, que não foi fácil. À minha família, que esteve ao lado me acolhendo da maneira que podiam frente as perdas que passamos ao longo de 2021, e estiveram me abraçando e dizendo que eu conseguiria completar essa fase. Ao meu companheiro, Thobias, que participou desta jornada junto comigo, apoiando minha escrita e as mudanças necessárias para que esse texto acontecesse.

Ao coletivo de pesquisa que proporcionou uma reconstrução deste texto que partiu de encontros potentes. Às próprias amigas com quem a Universidade me proporcionou formar laços, a escuta, o almoço no bandeirão se tornaram lugares de trocas e diálogos da nossa insegurança com a escrita e com estes escritos. A Gisele e a Mayara que ajudaram neste apoio e proporcionaram estes encontros. Ao meu colega Alessandro, que deu o apoio necessário para continuar escrevendo por mais que duvidasse que conseguiria passar por este processo.

À minha família espiritual, lideranças que também estiveram intercedendo pela minha vida. Joellen/Jocimar, Aline/Leandro, Raquel/Marco. Obrigada pelo apoio e pelas orações de vocês. As minhas amigas Silvana e Alice que estiveram presentes nos momentos mais duros que passei em 2021.

A minha amiga de infância, Cinthia, que esteve nos momentos que eu consegui desabafar destes problemas vivenciados.

As minhas parceiras de trabalho que sofreram, lutaram e resistiram da forma que puderam: Letícia, Rosana, Tuany, Patrícia, Luana, Adalgiza, Julia e Tia Alerte. Essa pequena equipe esteve presente em 2021, e resistindo aos processos tão duros. Agradeço as parceiras que chegaram depois e somaram com esta equipe: Dayane, Tathy, Aline e Érica. Essas mulheres compuseram e ajudaram este trabalho acontecer.

Agradeço a minha orientadora Katia pelas trocas e encontros e a banca de qualificação por me ajudar a reconstruir este trabalho: Diana e Débora.

A aposta sempre será na potência dos acontecimentos e daquilo que escapa.

Resumo

O presente trabalho tem como direção propor discussões acerca da política da Assistência Social e a relação destas políticas no campo do trabalho, buscando analisar os tensionamentos deste campo, tendo em vista o corpo desta pesquisadora que escreve este trabalho, trazendo suas experiências e seu diário de campo como ferramentas analisadoras dos processos que acontecem com o trabalhador na Assistência Social e os usuários assistidos. Dessa forma, o uso do diário de campo e da pesquisa- intervenção foram uma aposta metodológica para este trabalho, à medida que eles vão compondo com as discussões que vão eclodindo na vivência profissional e incidem nesta pesquisa/escrita. Na primeira entrada do trabalho é importante traçar a composição de quem é essa trabalhadora, sua implicação e o território no qual atuava. Em uma segunda entrada, ressoam as discussões relacionadas à análise da construção das políticas públicas, e sua interlocução com a prática em um equipamento público da Assistência Social. Na terceira entrada, é um caminho por uma reconstrução, das possíveis saídas, dos afetos. A construção deste trabalho se deu alicerçada na Filosofia da Diferença que aposta no corpo e na dimensão das afecções.

Palavra-chave: Corpo, usuário, Assistência Social, território.

Abstract

This dissertation aims to propose discussions about the Social Assistance policies and the connection of these policies in the work field, seeking to analyze its tensions, taking into consideration the body of the researcher who writes this essay, using her experiences and her journal field as tools for analyzing the processes that occur with Social Assistance workers and assisted users. Thus, the use of the journal field and intervention research were a methodological bet for this work, as they form part of the discussions that arise in her professional experience and affect this research/writing. In the first entry of the work, it is important to outline the composition of who this worker is, her involvement and the territory in which she worked. In the second entry, discussions related to the analysis of the construction of public policies and their dialogue with practice in a public Social Assistance facility resonate. In the third entry, it is a path through a reconstruction, of possible alternatives, of affections. The construction of this dissertation was based on the Philosophy of Difference, which focuses on the body and the dimension of affections.

Keywords: Body, user, Social Assistance, territory

Sumário

ENTRADA 1 – PERCURSOS E DESVIOS.....	8
Prelúdio.....	9
Criação e invenção – Caminhos possíveis.....	14
Micropolítica	16
Desenho do território	20
ENTRADA 2 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ESTATAIS: ESGOTAMENTOS E SAÍDAS	28
Desigualdade social e Produção de Subjetividades.....	28
Breve contexto histórico sobre a Política de Assistência Social e seus desdobramentos....	35
Os Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.....	48
Fazer “psi” no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	57
Políticas Públicas e Estatais.....	63
ENTRADA 3 – PANDEMIA E A PRÁTICA DESTE CORPO	75
Tempo	75
Pandemia e prática deste corpo – O que é possível?	78
Versos finais – a transformação:.....	86
Final?	88
Referências Bibliográficas:.....	92

ENTRADA 1 – PERCURSOS E DESVIOS

A vida que atravessa a lagarta e a borboleta não pode ser reduzida a uma e nem a outra. É uma vida capaz de habitar e abrigar simultaneamente diversas formas e faz desse caráter anfíbio sua força.
(Emanuel Coccia – Metamorfoses)

Comecei como psicóloga na assistência social por causa de uma ligação do subsecretário da área, para quem fui indicada por um determinado vereador. Quando fui à Secretaria ter uma conversa com a coordenadora dos equipamentos, me informaram que o salário seria no valor líquido de R\$ 1.300 e que não teria nenhum auxílio na passagem e outras garantias trabalhistas. Ali mesmo, pensei: “como assim?” Contudo, aceitei a oferta, decidida a viver a experiência e entender como isso ia influenciar nas minhas práticas enquanto psicóloga. Não tive o poder de decidir em que equipamento ficaria. Como o trabalho não ofertava passagem, eles pensaram na melhor logística em relação a proximidade da minha casa com o trabalho. Morava no bairro Rocha e pensaram no bairro Mutondo como melhor alternativa para mim. Apesar de serem bairros próximos, o ônibus para chegar até este bairro demorava muito para passar.

Na minha cabeça, isso não ia acontecer, eu não ia conseguir, mas estava ali, indo para meu primeiro dia de trabalho. Meu pai me deu carona, e no carro eu estava muito nervosa, porque não sabia o que me esperava. Fui recebida pela coordenadora, que automaticamente foi dura, falando que tinha muito trabalho a fazer, e eu não sabia por onde começar. Um ambiente pequeno, dividido em dois setores e uma copa, que não tinha microondas para esquentar a comida.

Meu primeiro pensamento foi “como os profissionais conseguem levar suas comidas?”, já que a prefeitura não disponibilizava nenhum benefício como vale-alimentação. Outra surpresa foi: por onde começar? Um lugar cheio de arquivos e relatórios que precisavam ser feitos, pois a equipe anterior deixou muitos documentos em atraso. No meu primeiro dia, uma usuária ligou ao telefone, e eu fui designada a atendê-la, sem treinamento e direcionamento. Uma psicóloga que estava no dia havia me dado algumas instruções rápidas sobre o que fazer e fiz! Essa psicóloga me ajudou também no percurso profissional. Ali estava eu, literalmente sem saber o que fazer e mal sabia que o não saber ia coabitar todo o restante da minha prática ao longo dos dois anos que fui lotada na Secretaria de Assistência Social – SEMAS, precisamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Mutondo.

Prelúdio

Querido leitor, introduzir esse trabalho não está sendo fácil, pois ele sofreu diversas modificações que me fizeram reescrever essas linhas iniciais. No meu pré-projeto para o mestrado acadêmico, minha pesquisa estava voltada ao aprendizado online das crianças e adolescentes atendidas pelo CREAS Mutondo. Esse interesse nasceu de um desejo de trabalhar as políticas de garantia de direitos e suas relações com a rede de educação a partir da minha recente condição de psicóloga naquele equipamento (CREAS). Trazia da graduação algum conhecimento crítico sobre a inserção da psicologia na escola e o acesso a ferramentas de análise oportunizadas por leituras introdutórias da análise institucional e da micropolítica. Foi nesse campo da educação que desenvolvi experiência de estágio e elaborei a monografia de final de curso.

Assim, inicialmente, o objetivo da pesquisa de mestrado era colocar em análise os critérios obrigatórios para eleição de beneficiários do Programa Bolsa Família. Um desses critérios é que a criança esteja matriculada e frequentando regularmente a rede de ensino. Nesse sentido, a intenção era trazer reflexões acerca da escola ser um critério incluso dentro do Programa Bolsa Família, e questionar sobre a função desta escola na vida desses usuários. Como estar na escola regularmente pode dizer para uma família se ela está apta ou não para receber o benefício? Não se trata de me opor a escolarização, saúde e nutrição de crianças e adolescentes. No entanto, as análises partiriam da discussão de quem julga esses critérios quando, por exemplo, não tem vaga na rede para fazer a matrícula. Essas reflexões foram um caminho inicial que me motivaram a entrar para o processo seletivo do mestrado.

A experiência na Assistência Social me deu acesso a demandas que provocavam outros afetos, mobilizando meu corpo entre a angústia e a indignação. Escrever e pensar as situações vividas parecia ser um caminho de elaboração.

Estava eu mais uma vez indo para o equipamento, chegando para mais um dia de trabalho, só que me deparo com uma situação constante no cotidiano do CREAS: a falta de internet e do telefone. Como fazer qualquer acompanhamento sem os instrumentos básicos para conseguir atuar? Achamos um jeito: usar o nosso próprio celular.

Eram pilhas de relatórios, visitas, atendimentos, reuniões, entre outras funções que acabavam também sendo empurradas para a Assistência Social resolver. A falta de condições de trabalho também gerava a fadiga de toda a semana, o salário que não sofria nenhum reajuste. Diante desse cenário, a rota em minha pesquisa sofreu mudanças devido ao cansaço e exaustão que começaram a fazer parte do meu trabalho na Assistência Social.

No período de 2021, ainda utilizávamos máscaras e estávamos aos poucos voltando para as nossas atividades. Sendo assim, a assistência não parava! Não descansava! Fechávamos mais cedo às 15h, contudo ainda continuávamos no equipamento até às 18h para fazer relatórios que precisavam ser enviados. Muitas reuniões que não resolviam, só mudavam a cada dia mais o nosso fluxo de trabalho. Antes os relatórios que poderiam ser enviados para outros equipamentos via e-mail, deviam ser passados primeiro para Secretaria e depois eles eram encaminhados ao equipamento de destino. Ao invés de ficar fácil, sempre ficava difícil, para nós e para rede. A exaustão era insustentável.

Em 2021, fizemos tantas visitas, ainda de máscaras, mas nos colocamos à disposição para ir em casas e conviver com pessoas que não sabiam se estavam ou não com COVID-19. A pandemia produzia incertezas, mas ao mesmo tempo tínhamos que trabalhar, ofícios estavam vencidos, havia acúmulo de visitas e o telefone que ainda estava funcionando não parava de tocar. Nessa configuração estávamos com três psicólogos, três assistentes sociais, uma educadora social, uma auxiliar de serviços gerais, duas assistentes administrativas e uma coordenadora. No entanto, meses depois, precisamente em abril de 2021 o equipamento começou a funcionar normalmente até às 17h e os funcionários foram sendo realocados em outros setores e/ou demitidos, no caso dos psicólogos quase todos foram demitidos. Na equipe restou apenas uma psicóloga, duas assistentes sociais, uma assistente administrativa, uma educadora social e uma coordenadora.

Todas essas mudanças constantes foram me angustiando. Quando falava sobre meu trabalho e das minhas práticas, a forma de ingresso no trabalho por indicação também me incomodava.

O funcionamento público começou a me causar tantas fissuras transbordando nas linhas do trabalho de pesquisa que a mudança de tema foi inevitável. Como falar dos usuários sem antes dar a voz às práticas de trabalho que sobrecarregavam a mim e aos meus colegas? Como não falar da injustiça cometida por uma gestão que nos oferecia um salário inadequado, sem qualquer reajuste? Como não colocar foco nos impactos vividos em nosso trabalho continuado no período tão caótico de uma “pós-pandemia” (2021), ainda com muitos casos de infecção pela COVID-19? Meu corpo precisava tanto falar de alguma maneira dessas tensões, por isso essa escrita sofreu um desvio e passou a operar como forma de reivindicação a partir das experiências no CREAS Mutondo.

Essa exaustão veio mais forte a partir das eleições para presidente em 2023, quando vigiaram meu Instagram e disseram que eu curti uma foto da oposição (que seria uma foto do

Lula com o Professor Josemar). Me mandaram mensagem, me alertando, como um aviso: tome cuidado. Fiquei tão preocupada em perder meu cargo por conta de uma curtida no Instagram e isso me fez ficar tão angustiada, que lugar eu ocupava ali? Que tipo de subemprego eu estava? Será que precisava passar por isso?

Fiquei com tanto medo, como ficaria se perdesse o emprego? Falei com a minha coordenadora que me garantiu que conseguiria me segurar no equipamento mesmo com essa ameaça. Mas e o medo que estava operando dentro de mim, diante dessa ameaça?

A frustração e o estresse constante foram os combustíveis para pensar neste desvio daquilo que num primeiro momento queria pesquisar. Entrar em contato com estes afetos foi complexo, diante das demandas surgidas na experiência transbordando no processo de partilha coletiva no grupo de orientação de mestrado sobre o que estava acontecendo.

Nesse sentido, o trabalho propõe trazer a narrativa do meu percurso enquanto trabalhadora da Assistência Social, colocando em análise algumas forças que operam as condições de governamentalidade neoliberal¹ do Estado Democrático de Direito. Na prática, um sentimento intenso e, por vezes, sutil, de que nós trabalhadores ficamos sufocados e nos sentimos incapazes de resolver qualquer situação e/ou responder uma demanda a tempo.

A condução deste trabalho acaba tendo de seguir um modo de gestão do governo municipal que segue normativas como: trabalhe, se esforce e seja recompensado. Quais recompensas? Receber um salário-mínimo? Esta gestão de vida age na gestão do nosso próprio corpo e reproduzimos com os usuários assistidos. Pensar esse conceito é trazer à tona as facetas de controle encaradas nas Políticas Públicas que são vistas como “salvadoras” e que vão garantir minimamente uma “vida”. No entanto, segundo Netto (2011), o poder se insere ao mecanismo individualizado e estatal, e produz novas subjetividades. Produções essas que explicam o deslocamento desta pesquisa, que incide no meu corpo e me faz a todo o instante pensar sobre esse poder que impera sobre as vidas.

¹ Paulani (1999) analisa em seu artigo “Neoliberalismo e individualismo” o termo liberalismo, sendo uma doutrina social, política e/ou filosófica. Após a Segunda Guerra Mundial, nasce o neoliberalismo, que se apresenta como uma política econômica e social hegemônica e se faz a partir da individualidade, onde as experiências e pessoas são vistas como consumidores, acreditando que a economia internacional se regula de forma autônoma, sem a intervenção do Estado. O poder se modifica de tal forma que, quando o liberalismo surge como uma ferramenta importante para o Estado, surge, então uma ordem na qual era preciso ter um bem-estar social. Essa ideia foi se sofisticando ainda mais e se formou o neoliberalismo, na qual a população torna-se apenas um consumidor dos produtos e que o Estado ele consegue se autorregular sem ajuda. Um modelo econômico conservador, individual, onde existe maior culpabilização dos usuários pela sua condição de vida.

Uma política que se insere a partir de modos de gestão de vida, do nosso corpo enquanto trabalhadores e que se faz presente nos usuários que atendemos nas políticas públicas, “percebidos como escolhas alocativas, investimentos de recursos escassos em fins alternativos, nos quais as intervenções estatais e não estatais incidem manejando a produção das ofertas” (CHITTONI, 2021, p.114). Chittoni (2021), analisa a governamentalidade como uma forma de investimento maciço do Estado que maneja a produção de certa experiência, ditando verdades que seriam normatizantes.

Em uma prerrogativa desta normativa que incide na gestão da vida, temos então a força de trabalho sendo gerida dentro da engrenagem como profissionais da Assistência Social: o trabalho esgota. *“Só trabalho” é o slogan que eclode pensando em um processo de uma pobre lagarta que entra em fase de transformação de renovo, algo natural do processo, contudo essa lagarta morre, e não consegue entrar nunca nesta fase de renovo e transformação. São tantas vezes, tantas coisas... que ela se sufoca! E a transformação é impedida! Pobre lagarta, mas ela chegou nesta situação porque ela quis? Se ela quisesse se transformar precisava se cuidar mais, trabalhar mais! E a culpa sempre vai ser individualizada para essa pobre lagarta! Afinal, ela que quis não se transformar. Acorda! É um novo dia e a lagarta morta sem transformação precisa trabalhar no fim das contas! E o seu corpo como fica? Não há espaço para explicação, o importante é não parar! Mesmo morta em seu sentido natural, a lagarta precisa tentar novas formas para ser transformada, no entanto volta ao seu estado natural a da sua inexistência.*

Lidamos cotidianamente com esse poder, que nos dita como fazer e o que precisa ser feito. No começo, quando entrei na instituição, era perceptível a sutileza desse poder. Só fazia o que me solicitavam, só falava se eu era chamada para aquilo, em um primeiro momento só chorava, não conseguia colocar meus questionamentos nas práticas, o que eu pensava, como eu pensava, isso era engolido dentro do processo de trabalho. Não havia espaço para outras posições nas relações de força. Com esses processos acontecendo durante a prática profissional e aliado ao começo do processo de escrita, ressoaram novas provocações, discussões, mobilizando o desejo inicial de falar da experiência do aprendizado das crianças e dos adolescentes. Mas, o poder também incide constantemente sobre nós – trabalhadores do SUAS – nossa experiência e tensionamentos, os esgotamentos experimentados por toda equipe fez novos desvios do processo de análise.

A vivência no serviço público disparou análises ao pensar nesta política que se insere tantos nos corpos dos trabalhadores quanto dos usuários dos equipamentos da Assistência Social. Quando nos esgotamos, o usuário que frequenta o serviço também está cansado de

esperar uma vaga em um abrigo, uma visita domiciliar, providências dos “encaminhamentos pertinentes”. A máquina estatal precisa girar e como trabalhadores e usuários nos “fazem” depender dessas políticas que acabam exaurindo nossas forças.

Lembro-me de uma situação que me motivou a mudar de rota no mestrado. A família de um usuário não tinha condições de recebê-lo, pois moravam em uma comunidade com vários lances de escada. Na ocasião, expliquei que se tratava de uma pessoa com as sequelas do Acidente Vascular Cerebral – AVC, sem condições de retorno para sua residência. Ficou no hospital com alta hospitalar, fizemos o possível. Acionamos a rede para reuniões, estudo de caso, para conseguir vaga em um Hospital que pudesse dar esse suporte necessário e/ou um acolhimento institucional. No entanto, o que escutávamos era que as unidades de acolhimento não tinham espaço para idoso que possui uma saúde debilitada, eles precisam de um idoso saudável, que não possui nenhuma necessidade especial. Nesse sentido, o hospital, a vaga, a equipe, nunca apareceram, de modo que o usuário logo depois de várias tentativas veio a óbito.

A partir de Vaitsman, Andrade e Farias (2009), as linhas iniciais de análise me levaram a pensar nessa política desmantelada, um equipamento sucateado, e quais forças operam para o equipamento funcionar de uma maneira precarizada, retificando o lugar da pobreza e da população pretensamente assistida. Ficamos então sem operacionalizações, sentimo-nos sem chão, sem alternativas frente a dureza do cotidiano. O que fazer? Como fazer? São perguntas que ressurgem no encontro com usuário e nas tentativas feitas dentro daquilo que é possível. Tal processo se dá diariamente nesse trabalho e o incômodo também se fez presente: Como construir outras práticas?

As vivências nesse campo de trabalho sendo constantemente afetada pela dureza das práticas institucionalizadas, acabaram corroborando em meu próprio corpo, me cobrando ao máximo para dar conta dos prazos, reuniões de rede, relatórios entre outras funções; a ansiedade foi me consumido para produzir e à medida que produzia nunca era o suficiente, pois não terminava nunca. Neste período comecei a comer excessivamente, o que produziu também um corpo ansioso, corroborando nas reproduções dessa lógica mortífera neoliberal. Contudo, a aposta ao longo do texto é na educação enquanto construção de diálogo como ferramenta de resistência a esse processo de esgotamento. Para compor esse processo de análise foi importante trazer referências da leitura de autores como Deleuze, Guattari e Foucault.

Nesse caminho, encontrei um modo de movimentar deste corpo, de experimentar e de resgatar a prática social para além da mera reprodução de procedimentos sistemáticos e de concepções fixas, sendo a escrita uma ferramenta que pode interrogar e questionar as nossas

próprias práticas. Importante dizer que apresento as experiências pessoais como intensidades da experiência destacadas em *itálico*. São cenas/cenários que apresentam a minha narrativa como trabalhadora na Assistência Social.

Criação e invenção – Caminhos possíveis

Desta forma, foi necessário pensar em que metodologia utilizaria nesta pesquisa, trazendo as intervenções e ações desta pesquisadora; o desejo então se faz a partir de uma pesquisa-intervenção, apresentando memória de processos ativados a partir de cenas do cotidiano, apoiadas em registros de trabalho e análises conjuntas realizadas no coletivo de pesquisa composto por mestrandos e doutorandos e a professora orientadora. Esses processos permitiram um ensaio cartográfico, na perspectiva de uma pesquisa-intervenção.

Aguiar e Rocha (2003) relatam que o fazer da pesquisa não se dá por uma racionalidade científica e um pesquisador neutro, apostando no encontro com a pesquisa e com o escrever e na força potencializadora destes encontros. Não existe, então, um campo investigativo adequado e com variáveis controláveis, existe a incidência das produções para outras invenções e novas dobradiças, que outrora eram impensáveis. A pesquisa intervenção “refere-se a uma micropolítica, que implica o intensivo, o plano dos processos de constituição de realidades, que abre o atual à pluralidade das formas de existência e qualifica a transformação enquanto criação de possíveis” (AGUIAR & ROCHA, 2003, p.67-68).

Nesse sentido, utiliza-se dos registros de trabalho, ao modo de diários de campo, sendo fonte de material que tem como objetivo realizar uma tessitura com os fios emaranhados, isto é, pensar nas forças e tensões que compõem este campo e o corpo desta trabalhadora, o “conteúdo do diário de campo nunca poderia ser definido a priori, sequer se poderia definir um esquema, um modo de fazê-lo, pois isto seria uma pretensão de guiar o modo de ver, sentir, pensar, afetar-se, ou seja, de significar as relações em pauta” (NASCIMENTO & SCHEINVAR, 2020, p.130).

Como aposta metodológica, foi fundamental trazer as experiências que tive para gerar questionamentos acerca do saber e sobre as práticas que já estão sendo produzidas. Vale ressaltar que, quando se faz esse movimento que coloca em discussão o saber, há uma afirmação do desejo de pensar em novas possibilidades de intervenção, apostando na prática de uma Psicologia que considera o campo como múltiplo e potencializador.

Nesse sentido, algumas análises foram surgindo à medida que escrevia e experienciava o campo de trabalho e mais alguns incômodos aparecem ao longo da experimentação: a não

comunicação, a burocracia dos serviços, a normalização do enquadramento do que pertence ou não a determinado setor. O jogo de “empurra” faz com que o usuário seja desconsiderado e mais uma vez excluído em uma política que tem em sua premissa a “garantia de direitos”. Esse jogo de “empurra” é uma expressão utilizada quando o usuário já foi encaminhado a vários equipamentos, e, no entanto, não consegue de fato resolver a sua demanda.

Acompanhei no CREAS o caso de um adolescente que precisava de uma nova casa, no entanto não tinha ainda vaga no Programa Habitacional Minha casa minha vida e nem no Aluguel Social. Essa questão da habitação era encaminhada para o CREAS, que encaminhava para o CRAS, que encaminhava para Habitação. Contudo, no final o usuário não conseguiu a garantia dessa Habitação.

Ao apontar a desestruturação desta rede é importante resgatar o momento pandêmico que vivemos em 2020 e 2021, no qual tivemos que lidar com uma maior individualização de cada serviço, que funcionaram como puderam, resistindo até onde alcançavam, frente à morte e às políticas genocidas como forma de governo (federal).

Esses encaminhamentos são feitos muitas vezes por meio de ofício, sendo um meio burocrático para “provar” e/ou oficializar o caso. Sem provas concretas não podemos argumentar que enviamos o caso e as ações só são válidas a partir da produção de um conteúdo sobre essa vida. A articulação por meio de estudo de caso se torna um fator complexo, já que muitos equipamentos exigem um documento formal para acompanhar o caso e/ou retornar o acompanhamento. As trocas por meio de uma reunião e estudo em rede, ainda que sejam fundamentais, não tem validade formal para o acompanhamento do usuário que estamos discutindo. Uma característica do CREAS é a produção dos relatórios e a burocratização deste serviço que também geram incômodos nesta trabalhadora.

Ao chegar no espaço de trabalho, já vendo os vários ofícios e pastas que ainda não foram respondidas, o primeiro pensamento foi o de que a equipe não fazia nada: olha quanto trabalho acumulado, olha quantos ofícios e pontas soltas! Hoje, dois anos depois, percebo que é assim que a política funciona, eles sufocam o trabalhador e o equipamento é feito para não funcionar e seguimos tentando de certa forma “enxugar gelo” e/ou resistindo da nossa forma, não deixando de fazer e entendendo a importância do nosso trabalho para os usuários. No entanto, são movimentos que exigem força e resistência frente ao processo de desmantelamento.

Nesse sentido, transformo em desejo de falar, trazendo à análise cenas e fatos que ressoam em meu corpo. Diante de tantas cenas revividas, esgotamento que escancara a angústia retomada e aqui relatada, pesquisar se torna então um desejo. O escrever se torna um ato

pulsante, por vezes difícil, porém, se faz necessário para não calar um determinado fluxo coexistente ao cenário complexo e ensurdecedor; sensação de se ver sem saída, tensão e a experiência de não transitar.

É nesta perspectiva que encaro a pesquisa neste momento, como também uma narrativa de uma trabalhadora no campo social que se depara com essas engrenagens do Estado e do sistema público. Sufocando corpos e agindo na contramão daquilo que é apresentado como conquista dentro do âmbito das Políticas Públicas, questão esta que será explorada no decorrer das entradas do trabalho. Salientando que a experiência dentro do CREAS – Mutondo teve sua duração de 2021 – 2023 contabilizando os dois intensos anos da minha prática profissional.

Considerando o escopo do território e a mudança de rota na escrita desta primeira entrada é importante trazer o corpo implicado para este trabalho, explicando os agenciamentos que fizeram um desvio no caminho da escrita, trabalhando com a minha implicação enquanto trabalhadora que teve sua inserção recente no âmbito das Políticas Públicas. Trazendo também a educação como analisador que eclodiu o desejo desta pesquisa. Como aposta foi importante trazer como um ponto de inflexão o território existencial e geográfico. Na segunda entrada deste trabalho, apresenta-se um “Breve histórico da Assistência Social”, a “Subjetividade e a exclusão social” e a “Política pública e estatal e seus efeitos no corpo dos trabalhadores sociais e os usuários assistidos”, destacando algumas passagens dos registros de campo. Na terceira entrada, como pesquisadora foi importante trazer o analisador Pandemia e suas inflexões no campo em que atuava, trazendo o tempo produtivo no neoliberalismo. Em cada entrada, trilharei o caminho para resistência frente aos processos ensurdecedores, interrogando o que é possível frente a estes processos. Todas as composições da possibilidade foram experimentadas a partir da educação que possibilitou ingressar no Coletivo de pesquisa e permitiu que a vivência como pesquisadora acontecesse.

Micropolítica

A dimensão micropolítica e a macropolítica convergem entre si, isto é, elas se retroalimentam e são interdependentes dentro de uma instituição. A micropolítica pode ser uma aposta na potência, no desvio. A micropolítica também pode corroborar com a macropolítica, se tornando então uma prática instituída.

A micropolítica que busquei operar na prática e na escrita foi a aposta nos desvios que encontrava a partir do grupo de orientação, das discussões e da própria escrita, que produziu força e potência na experimentação profissional dentro da Assistência Social.

A macropolítica é considerada aquilo que é estabelecido como regra, verdade, podendo ser leis ou tradições naturalizadas em nossa cultura. Diante desse contexto, a micropolítica vai operar tentando tecer desvios nesta macropolítica (GUATARRI, 1996). Malito (2021) analisa que a micropolítica e a macropolítica se aproximam dos conceitos da Análise Institucional.

Nesse sentido, o conceito de instituído é entendido como leis, regimentos, que se mantêm como normativa, isto é, um sistema de leis que se tornam um regimento a ser seguido. Nessa perspectiva existe a dimensão do instituído, aquilo que já está estabelecido enquanto verdade, a lei e a normativa que precisa ser seguida, dimensão que se assemelha a macropolítica (GUATARRI, 1996).

Já o instituinte é a forma que podemos produzir fugas, desvios e/ou pode servir como uma variação, uma modulação e não gerar transformações efetivas, mas recomposições que se assemelham ao mesmo.

Assim, o instituinte também pode operar como respiro, pulsação e desejo. Nesse arranjo o instituinte é entendido como micropolítica, pois é capaz de fazer operar o desejo dentro daquilo já estabelecido enquanto norma (macropolítica) dentro de uma instituição.

Nas práticas do CREAS seguimos aquilo que é instituído pelas leis da Assistência Social e ordens da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). No entanto, a forma que nós, técnicas da equipe do CREAS, nos reinventamos, construímos e dialogamos, mesmo com as dificuldades, a problematização das práticas acessando processos e as condições de emergência, nos mostram a micropolítica em curso, na qual tentei produzir desvios. Por meio do coletivo destas trabalhadoras nos refazemos frente ao processo macropolítico.

Em sua tese “Entre a saúde e assistência: Uma análise micropolítica das práticas de cuidado nas políticas públicas”, Malito (2021) faz o percurso de análise da política pública de assistência social e da saúde, trazendo a aposta no encontro dos usuários e no coletivo, trazendo a perspectiva micropolítica para pensar que é possível reinventar o trabalho, que só acontece a partir da coletivização das práticas nas políticas públicas.

A micropolítica é o que conseguimos fazer apesar de tudo isso, é a boa vontade das equipes, o bom trabalho que operamos mesmo nas piores condições, é cada um fazer a sua parte. Logo, uma tese que objetiva tratar dos encontros entre equipes e usuários das políticas públicas deveria se debruçar sobre isso, porque não temos ingerência sobre o que é da ordem macro. Entretanto, os autores com os quais diálogo afirmam o caráter macro e micropolítico das práticas. Essa história de cada um fazer a sua parte, o seu possível, a despeito da estrutura — que parece ser o mantra das equipes frente as sucessivas precarizações dos serviços — ignora em seu reducionismo que na intervenção mais individual de um psicólogo/técnico/especialista com seu paciente pode estar presente o Estado em sua dimensão de controle. Além disso, a dimensão macropolítica da vida é importante: considerando as circunstâncias sociais nas quais

vivemos, sem regulação de financiamento não há medicação na farmácia do posto de saúde, sem sancionamento da lei não há desocupação de leitos psiquiátricos. Sem o sinal de trânsito, minha orientadora costuma dizer, você não atravessa a rua. Embora a regulação, a lei e o sinal não garantam sozinhos a efetivação das ações pretendidas. A questão micropolítica enquanto uma analítica da produção do desejo no campo social, tal como posta por Guattari, se aproxima de conceitos da Análise Institucional. Esta cunhou outro conceito para instituição que não o sinônimo de estabelecimento, a definindo enquanto dinâmica sócio-histórica de produção e reprodução das práticas sociais. Nesta dinâmica sócio-histórica duas linhas principais se articulam: instituído e instituinte (MALITO, 2021, p.4142).

O desvio que consegui operar em todo o trabalho vai se formando a partir da educação entendida aqui como troca e construção de diálogos. Esse trabalho foi sendo remontado e revisto junto a várias mãos nas quais foi possível ter espaço de integralização. A educação como processo de formação profissional foi o meu combustível para não sufocar de vez, ou simplesmente não desistir do mestrado, da pesquisa e da prática profissional. Neste caminho percebi que a educação é uma aposta micropolítica das minhas práticas, foi assim que consegui operar não só neste trabalho acadêmico, mas também na Assistência Social.

A aposta então seria numa educação crítica-libertária que se torna um vir a ser, um processo que emana dessas tensões no campo, refazer, fazer e transformar. Acredito que o transformar é uma potencialidade do que podemos resgatar dessa pequena chama que se faz e refaz, e lançamos mão aqui de uma educação que encanta, fortalece e constrói “a encantaria da educação é parir seres que não cessam de renascer ao longe de suas jornadas. [...] a educação remete a processos sempre coletivos, afetivos, conflituosos, despedaçamento e remontagens do ser” (RUFINO, 2021, p.17).

Ao encarar a educação enquanto dispositivo na produção de fugas, temos um transver da realidade e de novas apostas acontecendo. Meu corpo enquanto trabalhadora investiu na educação enquanto dispositivo de fuga deste processo de cansaço e exaustão do trabalho em si. Voltar ao presencial, aos encontros, à Universidade e ao coletivo serviu enquanto movimento de alívio desta trabalhadora/pesquisadora. Reconhecer essa rota mostra que desvios são possíveis frente aos barulhos exaustivos do campo e das políticas construídas para incluir, mas que paradoxalmente produzem outros efeitos.

Quando pensamos no aprender tomamos como um processo de construção do que está por vir, não estamos falando de um método pronto que tem como objetivo interpretar e chegar a um cidadão de bem; aqui falamos de uma educação que se faz no encontro, que desvia e que escapa de caminhos pré-estabelecidos onde todos precisam chegar ao mesmo resultado: somos sujeitos e temos diferentes experiências e precisamos construir coletivamente outra dimensão

de educar, se valendo desses trajetos que são feitos a partir dos mapas das afetações trilhadas (RUFINO, 2021).

Penso nos “meninos” de medida socioeducativa tecendo este trabalho. Poderíamos construir outra educação com eles, sem ser essa permeada pelo discurso dos que são chamados de alunos problemas? Seriam possíveis tais saídas?

Traremos aqui a força deste dispositivo – educação – capaz de agir, produzir e transver esses processos da vida. A experiência da educação tomada enquanto fuga produz novas dobradiças. Essa sempre será a aposta.

O tempo se tornou voraz, precisamos aprender cada vez mais rápido, precisamos saber logo se queremos estudar ou trabalhar, ou seria fazer os dois? Considerando que, como trabalhadores do SUAS, também precisamos incentivar essa decisão dos adolescentes, solicitando previamente que eles aceitem os melhores caminhos que os levem “a uma vida longa”.

O tempo se torna crucial para determinar subjetividades e realizar escolhas que precisam ser tomadas na sociedade do imediatismo “ou é agora ou nunca, não desperdice sua chance”. O tempo é controlado, fiscalizado, e transformado como produção do capital (WISER, 2023). Se optarmos por outras escolhas que levam a afetações diferentes daquelas proporcionadas pela produtividade, novamente nos culpabilizamos por não estarmos produzindo. Viramos máquinas? É possível um tempo de afecções e criações outras que não sejam alicerçadas ao viés do produtivismo?

A educação atuou como desvio no qual me permitiu, como pesquisadora, me inserir nesta pesquisa e trazer outras questões para análises. Dessa forma, não se trata de um monólogo pessoal, mas sim da perspectiva de colocar o que me afetou neste campo profissional, e a partir deste desvio pensar nestas produções que eclodem em meu corpo que realiza as práticas e atuam nestes usuários.

A educação como analisador impulsionou toda a construção deste trabalho, fazendo olhar para cenários que se intensificaram, que foram aparecendo pelo encontro com a escrita; o processo de aproximação do coletivo de pesquisa nestas discussões acendeu de forma vivente e experienciada os esgotamentos do corpo no trabalho enquanto técnica do SUAS. Aqui, os analisadores me fizeram chegar na cena em que trilharei o trabalho: o corpo de uma trabalhadora que experimentou o sufoco destas políticas estatais e como essa camada também pode ser reproduzida no usuário assistido.

Como analisador tomei o processo de uma lagarta, pois esta personagem define muito bem como me sentia, em um casulo. A imagem deste casulo é como se fossem prisões, estas construídas a partir das impossibilidades que já existiam anteriormente, e que na Pandemia eclodem, aumentam, na urgência e no caos produzido pelo vírus, incrementando a procura aos serviços do CREAS por demanda de violação de direitos.

Destacando que o processo da educação não cessa, pois está junto nesta jornada, o que me auxiliou no questionamento das práticas e na produção de uma pesquisa. Ela se faz neste momento junto com o corpo desta trabalhadora que encontrou nas ferramentas da educação crítica e libertária² um modo de vida para o enfrentamento deste enclausuramento das práticas.

Mas no final deste processo espero que este casulo se desfaça na medida que a escrita me potencializa, que os encontros com outros colegas do coletivo me mobilizam, e os próprios encontros com as leituras e a caixa de ferramentas seja utilizada nas práticas e na reinvenção da vida.

Nessa aposta seguirei o trabalho, traçando pistas micropolíticas na prática do equipamento da Assistência Social, como trabalhadora da Assistência Social e com a equipe que compunha este lugar, tecendo junto a diálogos com outros profissionais, analisando o que pode ser feito dentro da macropolítica mortífera.

Desenho do território

Mas tente compreender
Morando em São Gonçalo, você sabe como é
Hoje à tarde a ponte engarrafou
E eu fiquei a pé
(Seu Jorge – São Gonça)

Trago à cena um território específico do estado do Rio de Janeiro, a Região Metropolitana. O que se diz na mídia, principalmente jornalística, a respeito da região é como ela se encontra diante de tantos cenários de morte. Tão perto, mas tão longe! Pensar no conceito de território então é crucial para traçar certas dobradiças, usando o próprio território como ponto de análise.

São Gonçalo é formado geograficamente por 91 bairros reconhecidos oficialmente, além destes existem outros dezoito reconhecidos pela população. Temos a centralização maior dos equipamentos na área da assistência social em: Vista Alegre, Centro de São Gonçalo (Zé

² FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Garoto), Mutondo e Alcântara. Nas minhas concepções enquanto moradora dessa cidade há a inexistência deste espaço, discursos como: “Se for para o Rio de Janeiro é melhor dizer que é moradora de Niterói, ser de São Gonçalo é realmente dizer que é Pobre” me atingiam desde a infância. De que forma a cidade também é tão marginalizada?

Transpor e dizer do lugar deste território é crucial enquanto experimentação do campo social e também como moradora de um desses bairros de São Gonçalo. Interessa trazer o território para além da área espacial e geográfica, compreendendo como campo de forças e essas linhas que atuam neste lugar (DELEUZE & GUATTARI, 1995).

O território enquanto espaço geográfico aqui também se torna um analisador desse espaço, e fazer parte de um equipamento que possui a maior área de abrangência também é um disparador dessa análise. Salientando que é o lugar que resido desde a infância até o momento. Construções sociais e subjetivas aconteceram neste território, escolarização e trabalho se deram nesse município.

Penso aqui, nos momentos que trabalho e nas visitas domiciliares que acontecem perto da minha casa, que acaba sendo um bairro conhecido desta trabalhadora/moradora. Já encontrei usuário, voltando da academia, na qual ele encontrou comigo e falou! Em uma das visitas domiciliares conhecia o caso, pois, consistia na vizinha do meu pai! O lugar de trabalhadora não afasta do lugar de moradora e o que acontece é que eles eclodem e acabam sendo incômodos, já que faço parte de um equipamento que vai acompanhar uma suposta violação de direitos, uma responsabilidade em relação a uma vida em um território conhecido. As implicações enquanto moradora e trabalhadora são complexas. Dentro do meu corpo operam forças/linhas que acabam eclodindo dentro dessa experiência. Em outro momento também acompanhei uma visita domiciliar que ficava ao lado da casa da minha amiga de anos. Me espanta às vezes experimentar esses momentos na prática, é difícil definir quais são os incômodos e impasses. Mas parece que quando estou atuando, eu sou somente a trabalhadora e não posso de maneira alguma transparecer ser moradora do bairro e/ou das proximidades.

Em relação à política houve mudanças no ano de 2021: um novo prefeito assumiu e, com isso, houve a abertura de movimentos alicerçados com as políticas de direita. O grande ponto da campanha do atual prefeito foi seu apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Desta forma, foram definindo-se as políticas em relação ao território, como o combate do tráfico de drogas, operacionalizando a força policial com a iniciativa de derrubar as barricadas em prol de um espaço onde os moradores pudessem se ver livres e em segurança. Segurança em prol de quê? Morte e violência.

Em uma das visitas realizadas como trabalhadora social entramos na comunidade do Pombal, situada no bairro Porto Novo. Entramos e os moradores estavam conversando nas ruas, em um dia de sol quente. Quando estávamos perguntando o endereço de um usuário e as pessoas começaram a entrar em suas casas, correria, agitação e silêncio! Do outro lado estavam os policiais armados. Era meio-dia, precisamente o horário em que as pessoas têm uma rotina mais intensa em relação a escola (que já havia retornado). Ficamos paralisadas, fomos até um beco e de lá conseguimos sair, certas de que não havia se instaurado um confronto. Mas o medo paralisante, o sentimento de morte e de não pertencimento de um lugar que faz parte da rotina dos moradores locais, e ao mesmo tempo é controlado por essa militarização da vida. O que esses certos sujeitos passam cotidianamente frente a esse extermínio?

Segundo Mbembe (2016), existe a formação de um Estado racista, que assassina as experiências que fogem das normativas estatais. A concentração do poder origina a concepção daquilo que ouvimos eclodir na sociedade e nos canais midiáticos: “Bandido bom é bandido morto”. Quais experimentações estão ditando a morte e ou extermínio? *No território de São Gonçalo (Salgueiro), houve uma chacina aonde corpos mortos enfileiravam-se no mangue da comunidade, o que operava é a retaliação pela morte de um Policial Militar, na qual o grande número de pessoas falava que foram os bandidos que o mataram, e que precisavam mesmo se vingar dessa morte, foi o certo a se fazer, eram menos bandidos operando na sociedade. Entraram na comunidade e só mataram, e na mídia foi reduzida somente a vidas que pertenciam ao tráfico e eram somente doze pessoas. Diminuíram a quantidade destes corpos jogados e enfileirados, sem nenhum “direito” a uma vida.*

Cenas e imagens como essa lotam as imagens midiáticas de São Gonçalo, que é considerado um lugar da Região Metropolitana onde a violência, a “bandidagem” impera. E um local visto como perigoso e escasso de lugares de promoção de cultura, arte e lazer. O novo governo incide sobre a população eleitoreira com uma política de obras e asfaltamento das ruas, muitos moradores aprovam e aplaudem as políticas que se inserem neste momento na cidade.

Penso aqui em um passarinho que está voando, pleno, tranquilo, calmo e paciente, já que está ciente que vai aterrizar para observar a bela natureza que está sendo construída e vai deslumbrar o reabastecimento de sua alimentação. Contudo, quando ele pousa, é capturado, preso e está em uma gaiola na casa do Senhor. Pobre, perdeu sua ideia fictícia e imaginária de construção de algo, que na realidade se esgotou e paralisou. Capturado, cedido, agora precisa aceitar a consequência de ter acreditado e feito o pouso ou uma escolha errada.

Tendo em vista esse contexto, esta necropolítica é vislumbrada e reafirmada até mesmo nas práticas, nos movimentos feitos pelas políticas de militarização e policiamento, culpabilizando o sujeito e marginalizando o seu corpo. Sabemos com quais corpos estamos dizendo e lidando que são alvos diretamente das políticas públicas: negros, periféricos, mulheres, entre outros. A cidade é permeada por várias comunidades, os moradores brincam “qual é a zona sul de São Gonçalo?”, ficamos sem saber o que responder! Como moradora, por muito tempo tive esse ideário da cidade, no qual não existe nenhuma possibilidade e só existe o lugar da pobreza.

Podemos dizer qual é o lugar deste território e as impossibilidades enfrentadas, destacando aqui a troca de favores em termos políticos, onde cada equipamento possui um domínio específico de algum vereador favorável ao prefeito. Pensamos na fila por exemplo de um atendimento cardiológico: se você conhecer alguém da mais alta patente consegue ter seu exame feito na hora, sem nenhuma espera e sem dificuldade no que diz a respeito à fila do SISREG, sistema de regulação para procedimentos e consultas do Sistema Único de Saúde-SUS.

Precisei de um atendimento de urgência para um usuário, tratava-se de consultas médicas, fiz rede, tentei e tentei, no entanto não foi possível. Logo, o mesmo usuário conseguiu, pois falou com administrador da Unidade de Saúde que era aliado a um político, conseguindo o exame de forma facilitada. Até mesmo outras políticas feitas em troca de favores acontecem e acabam permanecendo e se concebe uma certa clientela.

Quando me refiro às políticas eleitoreiras, estou fazendo alusão a estas situações que acabam por interferir diretamente naqueles que vão ser escolhidos ou não para uma determinada vaga, o Estado tem o poder de escolher quem será contemplado por uma vaga e aquele que ficará esperando por ela eternamente, o que Mbembe chama de necropoder. Nesse sentido, percebe-se que existem diversas formas de matar fazendo imperar uma lógica que tem como principal prerrogativa a indicação feita por vereadores, deputados e prefeitos.

Em outro momento, também permeado pela minha experiência enquanto moradora deste município, houve a remoção das barricadas no bairro de Jardim Catarina. A política está se apoiando na retirada, e numa cidade livre das violências destes “bandidos repugnantes”, pensando como estratégia a remoção das barricadas que impedem o acesso livre da população. Como consequência e retaliação o tráfico queimou ônibus como forma de protesto à retirada

desta barricada. Isto é violência, terror instaurado, como um campo de disputa na qual a saída sempre é pensada pelo viés da militarização e da polícia como controle social.

Desse modo, quando estou no campo, constantemente sou territorializada pelos discursos instituídos da própria população como: aqui o povo é muito sem educação, melhor ir mesmo para Niterói, não tem nada aqui de bom, e outras coisas que já fizeram parte do meu imaginário enquanto moradora. Em decorrência do trabalho, existem práticas que também são territorializadas a pedido do equipamento/da burocratização como relatórios, encaminhamentos e outros fluxos naturalizantes. Se territorializar é um espaço normativo, onde fazemos por fazer, além de sermos consumidos exaustivamente pelo serviço, acabamos sendo sufocados e reproduzimos o poder que incide sobre nós (DELEUZE & GUATTARI, 1995).

Atuamos então até mesmo como profissionais com práticas normativas, como fiscalizadores, em algum momento, o processo de exaustão causa cansaço e acabamos por nos calar diante dessas práticas. A territorialização, acontece a partir de quando normatizamos esse poder que incide sobre nós e sobre os sujeitos assistidos.

Nesta experiência com esse território há uma tentativa de desterritorialização desse corpo/no espaço geográfico e político, no sentido de trazer práticas instituintes, de resistências, de movimentos de insurgência no campo. No entanto, o movimento de territorialização volta, já que caímos em novos dilemas das forças que operam no campo, “seremos seguidamente obrigados a cair em impasses, a passar por poderes significantes e afetos subjetivos[...] em outros casos, ao contrário apoiaremos diretamente sobre uma linha de fuga que permita explodir os estratos” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.33).

O fazer então é aposta na perspectiva da desterritorialização, sabendo que o poder ainda vai operar no equipamento, em nossos corpos e em nossas vidas. Afirmações como esta, aliadas ao processo da escrita, acabam atuando como movimentos desterritorializantes do meu corpo enquanto moradora e profissional atuante no território.

Nesta disputa, lembro-me de outras forças que operam dentro das comunidades onde o deslocamento e o acesso aos serviços públicos são precários: *fomos a uma visita em outra comunidade conhecida como Favela do Gato, localizada no Gradim, conhecemos a líder da Associação de Moradores. Disse que não entendia o porquê de a região ser conhecida como violenta, pois todos convivem e o que existe é a força policial que interfere nas rodovias da BR 101. Quando realizamos essa visita, encontrei um pescador que quis dar um peixe que ele havia pescado chamado anchova. Quando falamos sobre a região com a USF próxima, a equipe do posto trouxe uma visão ressaltando os perigos de entrarmos naquela comunidade, que havia*

tráfico e que os meninos andavam armados. Delimitando o território enquanto “perigoso”, temos então outro discurso delimitado pela moradora na qual apresenta o território enquanto comunidade, onde aconteciam trocas e uma organização interna da rotina do próprio espaço. A pergunta que ficou é: por que as equipes já naturalizam o território como violento? Posso dizer que, ainda bem que consegui realizar essa visita, pela troca recebida pelos moradores locais. Registro que me provocou afetos que potencializaram, o peixe torna-se uma figura para pensar em como foi possível estar lá, se fazer lá, com aqueles usuários.

Ressalto aqui que, que o trabalho acontece na experiência como psicóloga no CREAS localizado no Mutondo, que é distante de outros lugares de São Gonçalo, outras redes também acabam sendo em lugares que os usuários não possuem este acesso. Como a perspectiva da atuação das políticas públicas é no território, necessariamente precisamos buscar aqueles que não possuem este acesso tão facilmente. No entanto, vemos que isso em alguns casos não acontece, a equipe fica com constante medo da região e o equipamento não chega até o usuário que realmente necessita deste serviço.

Recebemos uma vez um encaminhamento (por meio de ofício, relatório) do Conselho Tutelar dizendo que não conseguiram achar o endereço no território. Fomos até o lugar sabendo que teríamos essa mesma dificuldade. Perguntamos aos moradores, comerciantes se conheciam a região chamada: Morro da Alegria, todos estes desconheciam essa região. Contudo, realizamos busca também em uma casa de ração, na qual o “motoboy” falou que conhecia e de alegria não tinha nada. Enfim, fomos até a região sendo guiadas pelo discurso do trabalhador. E conseguimos chegar até o lugar determinado e a residência também foi localizada. Alguns lugares, Conselho Tutelar, Saúde, até a própria rede de educação acabam evitando por considerar a região violenta e/ou de risco. Contudo, uma nova pergunta ressoa: como este usuário acessa os serviços? Se estes serviços não foram criados e/ou planejados para servirem diretamente a eles e a sua região?

Lugares demarcados pela pobreza e de uma violência na qual ecoam discursos que não tem como acessar devido ao tráfico, em muitos casos isso se torna um fator complexo também para nossa atuação, já que realmente não conseguimos de certa maneira entrar devido a conflitos, ao fechamento da comunidade, ao movimento em relação ao tráfico de drogas, colocando por vezes as nossas vidas em risco, sem nenhuma garantia. Contudo, fazemos porque entendemos que nosso comprometimento é com os usuários, mas somos orientadas a não entrar quando tiver barricada. Como realizar qualquer intervenção se o nosso usuário se encontra após a barricada?

Além disso, pensar que em 2021 e 2022 ocorreu um investimento maciço em eventos que promovessem a candidatura de um certo político, quando tínhamos que além de trabalhar nos comprometer em estar nas reuniões e eventos a fim de assegurar votos a este candidato específico, aliados com as políticas de direita e conservadoras. Imaginem a cena: exausta, ter que participar “voluntariamente” de uma reunião, e ter que concordar com as falas/discursos produzidos naquele lugar.

Um gato acaba de ver uma água e foge desta água, afinal ele não quer naquele momento tomar banho ou simplesmente não sente desejo de realizar tal tarefa. Mas, mesmo assim o dono insiste, precisa estar limpo! Ele está tão sujo! E o gato é obrigado a participar desta cerimônia humana, aplaudindo e de mau humor, mas participa, porque é necessário para manter seu lugar na residência, na família e também para não perder a sua cota de alimentação. Senão, outro pode substituí-lo caso ele não queira.

É nesses encontros que a ideia de mapeamento surge, como forma de pensar movimentos do próprio território, entendendo que é um processo de resgate de uma moradora que acaba revisitando o seu próprio fluxo dentro do município. Diante dessa intensidade do campo, é necessário compreender também a questão do espaço geográfico do município, considerado a segunda região mais populosa do Rio de Janeiro, e pensar na articulação dos municípios para questões envolvendo a divisão dos equipamentos da rede de Assistência Social.

Segue abaixo os bairros que formam o município de São Gonçalo:

1º distrito: Palmeira, Itaoca, Fazenda dos Mineiros, Porto do Rosa, Boaçu, Zé Garoto, Brasilândia, Rosane, Vila Iara, Centro (Rodo de SG), Rocha, Lindo Parque, Tribobó, Colubandê, Mutondo, Galo Branco, Estrela do Norte, São Miguel, Mutuá, Mutuaguaçu, Mutuapira, Cruzeiro do Sul, Antonina, Nova Cidade, Trindade, Luiz Caçador, Recanto das Acácias, Itaúna, Salgueiro e Alcântara.

2º distrito: Almeirinda, Jardim Nova República, Arsenal, Maria Paula, Arrastão, Anaia Pequeno, Joquei, Coelho, Amendoeira, Jardim Amendoeira, Vila Candoza, Anaia Grande, Ipiíba, Engenho do Roçado, Rio do Ouro, Várzea das Moças, Santa Izabel, Eliane, Ieda, Sacramento.

3º distrito: Jardim Catarina, Raul Veiga, Vila Três, Laranjal, Santa Luzia, Bom Retiro, Gebara, Vista Alegre, Lagoinha, Mirambi, Tiradantes, Pacheco, Barracão, Guarani, Monjolos, Marambaia, Largo da Ideia, Guaxindiba.

4º distrito: Boa Vista, Porto da Pedra, Porto Novo, Gradim, Porto Velho, Neves, Vila Lage, Porto da Madama, Paraíso, Patronato, Mangueira, Parada 40, Camarão.

5º distrito: Venda da Cruz, Covanca, Santa Catarina, Barro Vermelho, Pita, Zumbi, Tenente Jardim, Morro do Castro, Engenho Pequeno, Novo México.

Ao trazer este mapeamento me espanto com os nomes de bairros dos quais nunca ouvi falar como Gebara, Largo da Ideia e outros citados acima. Enquanto moradora, conheço um número limitado desses bairros, colocando na análise a composição territorial do município de São Gonçalo. Tendo em vista esse campo de força, é pertinente pensar também nas políticas realizadas durante o processo pandêmico e pós-pandemia, que foram alicerçadas como dito anteriormente em obras e asfaltamento de ruas, o programa Segurança Presente, a perspectiva das cidades livres da violência, com o intuito de tirar as barricadas, as reformas da Unidade de Saúde da Família – USF. *Conhecemos tão bem esse tipo de política, naquilo que é visível na camada mais superficial possível. Sabemos a influência desse poder instaurado no território, em alguns registros também, moradores são obrigados também a utilizar a internet da milícia, sem direito a qualquer outro tipo de acesso.*

O desenho do território mostra os tensionamentos do cotidiano do serviço que passou por uma troca na estrutura do governo municipal. Como as práticas no território de São Gonçalo são voltadas para uma política eleitoreira, as equipes das redes mudaram de forma abrupta, o que prejudica a política pública feita no território interferindo diretamente no usuário assistido. Neste cenário, acredito ser necessário apostar em um caminho no qual questiona em quais sujeitos surgem determinadas práticas da Assistência Social sendo importante nesta segunda entrada trazer o histórico da assistência social e suas implicações nos trabalhadores e os usuários assistidos.

ENTRADA 2 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ESTATAIS: ESGOTAMENTOS E SAÍDAS

Desigualdade social e Produção de Subjetividades.

Na construção deste trabalho, foi importante trazer a análise da produção de uma desigualdade social, principalmente como ela se apresenta no Brasil. Para tal, é necessário pensar a sociedade capitalista e seus processos de produção de subjetividade.

Nesse sentido, o cenário que se instaura para a primeira análise é a mudança do valor do trabalho e a relação que começa a ser construída a partir da venda da mão de obra do trabalhador em troca do capital (dinheiro), que começou a surgir no século XIX.

Segundo Iamamoto (2006), a relação entre capital e trabalho nasce dos reflexos entre a transformação do valor de trabalho em capital, apagando a história de vida do sujeito e suas relações sociais. A força de trabalho é vendida em troca da produção deste trabalhador, vendendo sua mão de obra ele se torna manobra do processo capitalista. “Assim como o trabalho, é propriedade do capitalista o é, também, produto do trabalho” (IAMAMOTO, 2006, p.41).

De acordo com a autora, existe nesta relação capital e trabalho uma “desigualdade” com relação à venda da mão de obra do trabalhador, já que ele só recebe o salário depois de ter vendido sua força de trabalho, isto é, tendo que colocar em funcionamento o seu valor. Dessa forma, o trabalhador só recebe após a sua produtividade ter sido concretizada. “Considerando o processo de produção na sua continuidade, verifica-se que a classe trabalhadora é paga como produto de seu próprio trabalho” (IAMAMOTO, 2006, p.50).

Vale destacar que o trabalho já é uma manobra de venda para a sociedade capitalista, onde o trabalhador se torna a máquina e precisa ser produtivo para no final receber sua recompensa, que é o salário. Além disso, esta forma de receber o dinheiro só sustenta os subsídios básicos para sobrevivência do próprio trabalhador e sua família, para que eles continuem reproduzindo a lógica de trabalho-produção-capital uma vez que “o consumo individual do trabalhador é improdutivo para ele mesmo, pois não faz mais que reproduzir o indivíduo necessário: só é produtivo para o capitalista e para o Estado [...]” (IAMAMOTO, 2006, p.51).

Essa “desigualdade” em relação à experiência como trabalhadora social no município é constante, precisamos vender nossa força de trabalho em troca de um salário que só serve para garantir nossas condições básicas de vida (pagando contas que nos proporcionam

energia, água e o mínimo da nossa alimentação). Contudo, e as outras condições de vida que precisamos sustentar? A assistente social chegou em um dia chorando e com muita raiva, pois trabalhava e não conseguia dinheiro para pagar um atendimento psicológico e psiquiátrico, estava na fila há mais de um ano na Unidade de Saúde da Família–USF esperando esse atendimento. A sua pressão aumentava toda vez que se estressava e começava a pensar em como iria pagar a fatura do cartão. Destacando que nosso salário não sofreu nenhum aumento, estando estagnado em um valor de R\$ 1.300,00.

É essa relação que estávamos estabelecendo com o trabalho, vendendo para o Estado e para o capitalismo uma mão de obra em prol de um salário que traz uma garantia mínima de vida. Muitas pessoas perguntavam: por que vocês não pedem demissão? Vocês já sabiam que seria assim, por que aceitaram?

A reflexão que a autora faz se aplica quando aceitamos vender nossa força de trabalho para receber um valor produtivo, o salário, para que assim possamos minimamente viver! As assistentes sociais ainda comentavam: “mas o psicólogo ainda tem uma saída, que é a clínica, e a gente o que resta? Dependemos do Estado para realizar nossas práticas e intervenção.”

Além disso, no trabalho como técnica do SUAS também há formas de fiscalizar a produtividade do nosso trabalho, que se dão a partir do RMA–Registro Mensal de atendimentos. Essa folhinha é entregue a nós trabalhadores todo mês, para colocarmos a quantidade de visitas, atendimentos, relatórios, recebimento de ofícios, contato telefônico, evolução de casos e entre outras coisas que foram feitas durante o mês de referência. Uma lógica que se enquadra a um processo dessa máquina capitalista tendo o nosso trabalho contabilizado. O RMA quantifica o número de atendimentos e a Secretaria Municipal de Assistência Social–SEMAS fiscaliza este trabalho, por vezes gerando cobranças para o CREAS. Não existem metas de atendimento, mas demandas que vem do poder judiciário/saúde mental/escolas/hospitais/disque 100, eram solicitações por todos os lados.

Diante desses fatores, é possível analisar que o trabalho em todas as suas camadas também vai pactuar para uma “desigualdade” na vida deste trabalhador produtivo, pois não existe qualidade de vida deste trabalhador que acaba se sufocando no decorrer do serviço para conseguir suprimir as demandas solicitadas. Já que, por mais que ele trabalhe, o salário só proporciona uma garantia mínima de vida. Como o retrato acima da assistente social, sua pressão fica alta e não consegue realizar as consultas médicas pois não tem condições financeiras.

Além disso, vai gerar uma nova dobra e outras discussões acerca daqueles que não trabalham. Se os trabalhadores são considerados produtivos e por isso são úteis para o Estado, como essa lógica impera nos que não trabalham?

Para Castel (2000), os que não trabalham são considerados os “inúteis” alvos das políticas de garantia de direito. Tendo a separação do produtivo e improdutivo, é nessas dobradiças que surge a nova questão social: o que fazer com aqueles que sobram, os chamados improdutivos? Sendo assim, são produzidas camadas de categorias sociais que vão surgindo a partir do grande crescimento dos chamados “desempregados”. Tendo em vista o final do século XIX e XX, com as mudanças das condições de trabalho, crescimento industrial e a migração das pessoas para as cidades, cria-se uma camada de trabalhadores inaptos, vagabundos, loucos e entre outras categorizações sociais.

Esses corpos são de um lado considerados inaptos para o trabalho, devido às questões escravistas e colonialista, na qual a mão de obra escravizada e negra não era de serventia para a grande burguesia. Já que no Brasil em 1888 houve a Abolição da Escravatura, e os imigrantes vieram para suprir a mão de obra escrava, o que gerou uma grande população negra e pobre desempregada (CRUZ & GUARESCHI, 2009).

Em outra análise, corpos considerados frutos da vagabundagem, na qual estariam nesta condição de miséria na rua, essas pessoas eram tratadas da forma policiesca e disciplinar. No entanto, com as mudanças nas configurações políticas, existem novas formas de atuar sobre esses corpos que acontecem a partir da construção das Políticas Públicas, que foram fruto de movimentos sociais, estudantis e de trabalhadores para que se construísse uma forma ética de atuação que não partisse do assistencialismo e da função policiesca (SOUZA, 2021).

Além disso, o autor estabelece uma relação daquelas pessoas aptas para o trabalho, logo possuem uma estabilidade devido à sua ocupação, e aquelas que são consideradas inaptas, estando em uma zona de assistência na qual se estabelece uma dependência, onde não estão inseridos nem na autonomia pelo trabalho e nem estão na exclusão pela não inserção do trabalho.

Essa relação de dependência máxima é chamada de zona de desfiliação, que se concebe pela não inserção do sujeito no mercado de trabalho e no modo de vida operante da sociedade capitalista, e por isso a criação de uma zona de exclusão, existindo então 3 polos: autonomia pelo trabalho, dependência pelo não trabalho e por último a exclusão pela dependência máxima do Estado.

Todavia, nas sociedades onde talvez a metade da população seja “pobre”, não é a pobreza que se constitui questão e que mobiliza as intervenções sociais. É a existência de uma miséria dependente a exigir que se ocupem dela, seja para lhe dar assistência [...] (CASTEL, 2000, p.31-32).

Desta forma, quando essa dependência é criada existe, portanto, uma prerrogativa em que o Estado vislumbre alternativas para estes indigentes. No entanto, existe a permanência desta desfiliação, na qual o usuário se mantém permanentemente na zona desta dependência sem a criação de outros processos coletivos que possam ser desvios a esta lógica. É necessário que se mantenham corpos dependentes para que sejam alvos de manobra deste Estado e das intervenções sociais.

Ao ponto máximo desta reflexão penso nos usuários atendidos no CREAS que estabelecem uma dependência pelo não trabalho, pelos vínculos enfraquecidos e pela situação de risco. E que estão nessa zona de assistência, na qual precisamos pensar nas estratégias que geram uma certa “inclusão”. Além disso, ressalto o serviço de abrigamento na qual o usuário estabelece uma dependência máxima, e que por vezes não tem nem onde encaixar este corpo.

Em um determinado caso, ficamos colocando estratégias de intervenção, dialogando com as redes socioassistenciais, pois a usuária não tinha vínculo familiar e precisava de atuação da rede. Como era usuária da saúde mental, tentamos pensar no Acolhimento Noturno (Serviço ofertado pelo CAPS III de São Gonçalo), no entanto, a coordenadora relatou que não tinha vaga. Realizamos contato com a Alta Complexidade, que expressou não ter o que fazer já que ela era usuária da saúde mental, isto é, usava medicações e tinha laudo de esquizofrenia. A Alta alegou que por ser usuária da saúde mental ela precisava ser acolhida pela rede de saúde mental. E a saúde mental alegou que, por ela ser idosa, quem deveria tecer as estratégias de abrigamento seria o setor da Alta Complexidade. Como fica o corpo da trabalhadora que tenta tecer estratégias e não consegue, e como fica este usuário que estabelece a relação de dependência máxima deste Estado (zona de desfiliação)?

Esses questionamentos só foram possíveis a partir do processo de educação vivenciado pelas discussões no Coletivo de Pesquisa, onde percebi que por muitas vezes realizava o trabalho de forma mecanizada associando a pobreza como sinônimo da exclusão social.

Wanderley (2001) ressalta que a pobreza e a exclusão social são fenômenos multifacetados e não podem ser tomados como se tivessem o mesmo significado. No entanto, elas estão articuladas a uma engrenagem do sistema capitalista onde se efetiva uma produção desta certa exclusão.

[...] a pobreza e exclusão no Brasil são faces de uma mesma moeda. As altas taxas de concentração de renda e de desigualdade- persistente em nosso país- convivem com os efeitos perversos do desemprego estrutural. Se, de um lado, cresce cada vez mais a distância entre os “excluídos” e “incluídos”, de outro lado, essa distância nunca foi tão pequena, uma vez que os incluídos estão ameaçados de perder os direitos adquiridos. O Estado de Bem-Estar Social (que no Brasil já foi muito apelidado de Mal-Estar) não tem mais condições de assegurar seus direitos. Acresça-se a isso tudo, a tendência política neoliberal de diminuição da ação social do Estado (WANDERLEY, 2001, p.25).

Nesta perspectiva, existe então um sistema que operacionaliza uma determinada produção desta exclusão que permeia o Brasil desde a sua colonização, contudo, este termo é utilizado para naturalização de alguns processos sociais. Um exemplo é a reprodução das frases: “não tem mesmo nada o que fazer”, “vai continuar a mesma coisa”, “ele está pobre pois não trabalha, porque fica dependendo do auxílio do governo”, “aquela pessoa não quer nada com nada, só quer ficar na rua”, “vai varrer uma rua, vai capinar para ganhar algo, para de ficar pedindo”. O fenômeno já é naturalizado por vezes quando atuamos com os usuários, pois acreditamos que a parcela pobre é aquela automaticamente excluída e não existe uma opção favorável para mudar esta realidade.

Sawaia (2009) discorre sobre a dialética inclusão/exclusão na qual é construída historicamente uma lógica que perpetra a normatização dos corpos, e aqueles que não se encaixam nessa norma são culpabilizados e individualizados, acarretando um apagamento histórico da experiência destes corpos, o que alimenta a formação de políticas que geram a inclusão destes excluídos.

Conceitos esses que são usados em nossas políticas públicas que salvaguardam uma certa população excluída e políticas pensadas na inclusão dos usuários. Ao compreender as análises dos conceitos temos então uma nova forma de reavaliar os agentes públicos e a forma que essa política também interfere nos usuários. Práticas essas que, segundo Sposati (2013), inserem uma dependência dos usuários a esse Estado Democrático de Direitos, que não é reversível.

Inclusão para quem? Na maior parte temos então o Estado como fiscalizador destas políticas, ditando-as e dizendo sobre elas. No CREAS, que é um espaço para atuação destas políticas, nos imaginamos à mercê de algo que não está no nosso controle, acabamos nos sentindo culpabilizadas e/ou responsabilizadas porque não conseguimos dar conta, não conseguimos ser rápidas o suficiente, sendo a questão individualizada momentaneamente.

Nesses momentos, parece que foi falta de profissionalismo. No entanto, a partir das tessituras com determinados questionamentos sabemos que o sistema opera para não funcionar.

Nesse sentido, é importante trazer à análise a produção de uma subjetividade que leva à construção do conceito de exclusão e, por conseguinte, em sua naturalização. Desse modo, a produção de subjetividade está alicerçada na máquina capitalística³, onde o capital e a cultura se ligam entre si. Sendo a própria cultura um espaço de subordinação do sistema capitalístico (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p.15).

Neste entrelaçar, transita no espaço cultural a criação deste conceito de exclusão que é subordinado ao modelo capitalístico e naturalizado, sendo os corpos daqueles que “estão à margem da sociedade” também naturalizados como favelados, vagabundos, miseráveis e encontrando até mesmo algumas falas reacionárias a estes corpos, como: “pago imposto e trabalho e eles ganham ajuda do governo”. Nesta produção de uma subjetividade de uma cultura alicerçada ao capital, temos a manutenção do modelo neoliberal, onde a naturalização desta exclusão permanecerá.

Ressalta-se, a importância desta naturalização para que os corpos “excluídos” sejam vistos como marginalizados e descartáveis.

Tudo que é produzido pela subjetivação capitalística- tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam - não é apenas uma questão de ideia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco reduz a modelos de identidades, ou a identificações com polos maternos, paternos etc. Trata-se de sistema de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo. As sociedades “arcaicas”, que ainda não incorporam o processo capitalístico, as crianças ainda não integradas ao sistema, ou as pessoas que estão nos hospitais psiquiátricos e que não conseguem (ou não querem) entrar no sistema de significação dominante têm uma percepção do mundo inteiramente diferente da dos esquemas dominantes [...] (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p.27).

Os corpos que são considerados “excluídos”, dependentes, são aqueles que rompem de certo modo com essa subjetividade capitalística, por isso, vemos o interesse maciço de torná-los dependentes e/ou usando certas engenharias políticas que podem atuar na adaptação deste corpo dentro do sistema capitalístico.

³ Termo este usado por Guattari & Rolnik (1996) para analisar não só as sociedades capitalistas, mas o sistema socialista, sendo que elas não se diferenciam do modo de produção capitalista. Vivendo uma espécie de dependência e uma produção do modelo capitalista, o regime capitalista é desejado no sistema socialista.

Em várias situações no campo de social, erámos chamados como trabalhadores para responder, fiscalizar. No trabalho em Medida Socioeducativa–MSE esse controle ainda era bem maior, o adolescente precisa cumprir uma série de requisitos para a manutenção de sua Liberdade Assistida–LA e ou Prestação de Serviço a Comunidade–PSC. Um dos nossos objetivos era a ressocialização, dando oportunidades de capacitação e/ou Jovem Aprendiz. Como se aquele corpo precisasse habitar certo lugar dentro do modelo neoliberal. Além disso, existia um investimento para dizer que eles também podiam se capacitar e empreender em suas casas, como fazendo corte de cabelo, doces, alimentos etc.

Nesse sentido, como trabalhadores na Assistência Social atuamos neste corpo tendo como objetivo redirecioná-lo a uma certa produção de capital, para que entre nesta normatização do próprio sistema. Porém, também podemos operar na potência deste usuário, apresentando outras ferramentas que possam dar voz a seu território existencial e geográfico, trabalho este que não é fácil, pois há outras engrenagens operando, as das produções capitalísticas.

Aquilo que se convencionou a chamar de “trabalhador social” - jornalistas, psicólogos de todo tipo, assistentes sociais, educadores, animadores, gente que desenvolve qualquer trabalho pedagógico ou cultural em comunidades de periferia, em conjuntos habitacionais, etc- atua de alguma maneira na produção social de subjetividade (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p.29).

No acompanhamento de Medidas Socioeducativa, a forma com a qual a sociedade e até por vezes, nós, trabalhadores olhamos para os socioeducandos já vem naturalizadas de certas falas como: “é muito novo, não aproveitou as oportunidades”, “pode fazer mais do que continuar nesta vida”, “está nessa vida porque quer”. Em um atendimento específico, um menino falou que não tinha medo da morte porque a vida é assim mesmo. A família dele toda já havia sido assassinada e já pertencia ao tráfico, e ele identificava o tráfico como família e amigos mais próximos. Em outro atendimento o menino relatou que o ganho do dinheiro sempre é mais fácil e simples, que trabalhando não conseguiria tais recursos.

No entanto, esses corpos são normatizados como vagabundos, bandidos e outros termos sociais. Além disso, como trabalhadora, como é esse papel da ressocialização? Se a produção de subjetividade é capitalística, o papel é fazer com que os meninos possam se encaixar neste sistema. Contudo, este tal modelo não se enquadra na vida deles. O que fazer? Apostar na potência de cada singularidade que aparece, costurando aos poucos as realidades destes jovens.

Nesta análise, é possível compreender a exclusão social como conceito produzido na modelagem capitalística, sendo naturalizado a partir da operação das engrenagens deste sistema, que vai criar categoriais sociais: “aptos” ou “inaptos”, “normal” e “patológico”, “cidadão de bem” e “bandido”, coexistindo então certos moldes na qual o corpo precisa se encaixar, e caso não consiga caímos na “exclusão”. Castel (2000) nomeia como zona de dependência máxima a zona de desfiliação, que se caracteriza em um usuário que depende do Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, é importante a análise da construção das Políticas Públicas e sua inserção no Brasil, que historicamente foi pensado após anos de lutas dos movimentos sociais, estudantis e de trabalhadores. No entanto, na realidade atual e na prática profissional, percebe-se a relação de forças que operam no território, transformando a política pública em uma política estatal na qual opera a ordem do mais poderoso, seja ele a milícia ou os políticos.

Para conseguir vagas, por mais que os equipamentos de ponta sejam serviços de portas abertas, precisamos fazer alianças, diálogos com pessoas que detém o poder em determinada comunidade. Em um relato da equipe, a assistente social precisava encaminhar a usuária para a Unidade de Saúde da Família–USF, no entanto, esse encaminhamento não estava acontecendo, por isso teve que fazer contato com o administrador do posto, que era regido por um vereador, para conseguir a garantia desta vaga.

Breve contexto histórico sobre a Política de Assistência Social e seus desdobramentos

A construção deste tópico passará primeiramente nas discussões acerca de como se inicia a construção da Assistência Social como política pública no Brasil. Vale destacar que, antes da década de 1930, não existia qualquer movimento maciço nas intervenções na pobreza e dos “excluídos” (SILVA, ALMEIDA, BASTOS & SOARES, 2019, p.17-18).

Além disso, as ações eram comandadas por instituições privadas e pela Igreja Católica, tendo como característica um viés de solidariedade e práticas caritativas. Desse modo, Pereira (2007) e Jaccoud, Hadjab, Chaiub (2009) destacam que no Brasil Colônia (1530-1822) as práticas de assistência eram encaradas como assistencialismo tendo em vista que a ação era no âmbito moralista.

Dessa forma, a pobreza era vista como algo individual, na qual os indivíduos não conseguiam superar por meios próprios estes problemas, precisando do assistencialismo e da ajuda da Igreja para conduzi-los na busca de sua melhoria individual através da ação da caridade e da ideia da benesse como fonte principal desta intervenção a estes desfavorecidos.

A partir de 1888 houve a abolição da escravidão e a intensa imigração dos trabalhadores europeus para suprir a mão de obra escrava, acarretando no saturamento do mercado de trabalho, sendo uma massa de trabalhadores crescentes e mínimas garantias para os subsídios de sobrevivência, tendo um forte impacto no estabelecimento na relação entre capital, trabalho e pobreza. Destaca-se a mudança econômica que deixava de ser agrária para a industrial, e a maciça mudança de pessoas para as cidades, acarretando um crescimento territorial (CRUZ & GUARESCHI, 2009).

Nesse sentido as políticas sociais vão amadurecer a partir da década de 1930, na conhecida Era Vargas, pois a produção da pobreza foi se intensificando e instaurando o que os autores chamam de questão social, que seria uma ordem relacional entre capital e trabalho que acarretava a produção máxima da pobreza e da população “miserável”.

Até então a questão social era resolvida pela repressão da ação policial a partir da intervenção das prisões e/ou reclusão destes miseráveis. No entanto, na Era Vargas identificamos a primeira intervenção do Estado para resolutividade desta problemática entre trabalho-capital-pobreza.

O período de 1930 a 1954 foi importante no marco de algumas garantias de proteção social aos trabalhadores. Salientamos que essas melhorias eram baseadas na ideia do Bem-Estar Social⁴, contudo, esses princípios não foram implantados de fato no país. Nesse cenário destacam-se enquanto avanços a criação do Ministério do Trabalho (1930) e o Instituto de Aposentadoria e Pensão (1933), cujo intuito era a proteção trabalhista, contudo, não houve prosseguimento significativos com respeito a uma política pública.

Neste cenário, em 1938, foi criada a Legislação Brasileira de Assistência Social (LBA), sendo considerada a primeira forma organizada da atuação do Estado na intervenção da questão social. Em 1940, Darcy Vargas assume o comando desta organização, sendo o contexto a Segunda Guerra Mundial e o pós-guerra, inaugurando o primeiro *damismo*, ou seja, as esposas dos políticos desenvolviam ações voltadas à filantropia e a caridade, tendo como característica o assistencialismo e incentivando esta prática em outras mulheres da sociedade, em que seus princípios norteadores se baseavam na benesse e na caridade humana. Ressaltando também o

⁴ O Bem-Estar Social é a ideia de que todo o indivíduo teria direito a educação, assistência médica gratuita, auxílio desemprego, garantia de uma renda mínima e recursos adicionais para a criação de filhos, sendo a responsabilidade do Estado estas ações (movimento que surgiu principalmente na Europa a partir das revoluções industrial, francesa (CRUZ & GUARESCHI, 2009, p.8-9).

marco da criação da primeira Faculdade de Serviço Social visando a profissionalização de mulheres para a prática assistenciais.

Nesse sentido, é importante mencionar a interferência política e religiosa nas práticas desta questão social, onde as formas de atuação ainda eram voltadas a práticas caritativas e com a incidência da intervenção do Estado. Isto é, a junção entre Estado e religião realizando práticas nos ditos desfavorecidos. Além disso, como trabalhadora do que posteriormente se formará enquanto Sistema Único de Assistência Social (SUAS) experimentamos esta interferência religiosa e política em nossas práticas. Para pensar trago aqui uma das frases que marcou esta lagarta em seu período enquanto técnica do SUAS.

Em uma das reuniões feitas pela Secretaria, escutamos que precisamos realizar e executar o trabalho, mesmo com a falta de recursos e outras coisas. Sendo dito que aqueles que não quisessem e não estivessem satisfeito poderiam sair, pois há uma fila de pessoas para entrar. Em outras palavras, somos descartáveis e a qualquer momento podemos ser alvo desta política eleitoral, que incide sobre a cidade e constitui uma certa política de cabine, que instrui um padrão organizativo. Tendo o equipamento formado por tal político, por exemplo. Além disso, percebem fortemente a influência religiosa em vários eventos que concernem a Assistência Social.

A década de 1950 deu início às intensas turbulências no que diz respeito às reivindicações sociais advindas dos trabalhadores, lutando por melhorias nas condições de trabalho e de vida, uma luta de classes, onde a burguesia estava enfraquecida. Contudo, no período de 1961 e 1964, o Brasil passou por disputas políticas, como a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a destituição de João Goulart pela tomada de poder feita pelos militares.

O período da Ditadura Militar foi marcado pela privação de liberdade individual, censura e a repressão dos corpos, e aqueles que se posicionaram contra este regime eram castigados e torturados. Desse modo, durante este período formaram-se duas constituições (1967 e 1969) que tinham como principal objetivo o caráter repressivo e de cunho punitivista. Com relação às melhorias nas políticas sociais tivemos como avanços no campo dos direitos sociais a Inclusão da Gratificação de Natal, o pagamento do salário família destinado a mulheres com filhos considerados menores de idade, e no que concerne a Assistência Social criou-se a exigência de apontar a fonte para a concessão do benefício socioassistencial (CRUZ & GUARESCHI, 2009, p.23-24).

A partir de 1980, acontece tensionamentos referente a movimentos sociais como o estudantil, o docente e o feminismo, e as reivindicações da população e de trabalhadores, para a redemocratização do Brasil, e para o pluripartidarismo (criação de partidos). Tendo em vista, os cenários como o aumento da inflação, o enfraquecimento do consumo da classe média e a crise econômica de 1973 (CRUZ & GUARESCHI, 2009, p. 24).

A partir deste momento- e principalmente nos anos de 1980-, vários movimentos de caráter nacional entraram em cena, tais como o movimento pela redemocratização do país e pelo pluripartidarismo, o movimento estudantil e docente, o feminino, as lutas pela anistia, as reivindicações de profissionais da saúde e de setores públicos a atuação da Comissão Pastoral da Terra, dentre outros. A partir de 1985, percebe-se no âmbito nacional uma nova conjuntura institucional, decorrente de novo arranjo de forças políticas, bem como do agravamento da crise econômica, com o galopante índice de inflação (CRUZ & GUARESCHI, 2009, p.25).

A partir desta intensa ação coletiva, e de reivindicações em âmbito nacional, foi possível levar a instalação da Assembleia Nacional Constituinte e uma possibilidade de estabelecer outra forma social. Dessa forma, surge a Constituição Federal de 1988 que traz uma mudança significativa na concepção de Assistência Social no Brasil. Nesta perspectiva, com a mudança e leis que garantem a Assistência Social, ela ao mesmo tempo se torna um construto alvo de estudo e debates. Em seu primeiro artigo, a lei destaca a Assistência Social como direito social de qualquer cidadão e dever do Estado, sendo considerada uma política de Seguridade Social⁵.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo às crianças e adolescentes carentes; III – a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. VI – a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021) Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I – descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal,

⁵ Compreende um conjunto integrado de ações dos poderes públicos na tentativa de efetivação de direitos como previdência social, assistência social e saúde. Essa política foi baseada nos sistemas de proteção europeus. O Estado passa a ser o responsável em desenvolver políticas. Além, disso ficou responsável pela formulação de orçamentos únicos nos construtos citados - saúde, previdência social e assistência social (BAPTISTA, 2014).

bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 1988).

No entanto, mesmo com a Constituição de 1988, ocorrem intensas crises marcadas por desvios de verbas do Ministério da Ação Social, tendo uma pressão governamental em todo o setor público, cujo objetivo era a privatização dos setores e com cortes de verbas. Nesse sentido, as políticas públicas ficam novamente reféns e paralisadas, mesmo sendo instituídas por leis (CRUZ & GUARESCHI, 2009).

Coisa que acontece até os dias de hoje, o serviço da ponta é caracterizado pela falta de materiais básicos para rotina dos profissionais e para os usuários assistidos, um telefone, uma rede de internet para orientação dos usuários que não possuem recursos. No entanto, como vemos na própria história, pensar na Assistência Social é voltar ao movimento do tripé pobre da Seguridade Social. A falta de recursos materiais foi um marco na atuação profissional, já que não tinha papel, pia, banheiro suficiente, água e entre outras.

Tendo em vista essas tensões, em 1993 concretizou-se a Lei Orgânica da Assistência Social – (LOAS, 2009), com os objetivos e princípios como democratização, equidade, descentralização do poder e a ação integrativa entre o poder público e a sociedade, estabelecendo a prática da Assistência Social enquanto política pública e direito de qualquer cidadão e dever do Estado, sendo organizado como sistema participativo.

Ademais, com essa nova normativa foi possível a criação de Conselhos de Assistência Social no âmbito nacional, estadual e municipal, tendo como participação os governantes, os usuários da Assistência e os próprios trabalhadores (Silva, 2013). No entanto, mesmo o Conselho sendo regulamentado, algumas ações ainda eram realizadas no âmbito do assistencialismo. Dessa forma, ainda era necessária quebra de paradigmas e trazer questionamentos acerca das ações das políticas de assistência.

Destaca-se que essas práticas assistencialistas, seguem acontecendo, já que historicamente a construção das políticas de Assistência Social foram pautadas nas ideias caritativas e da benesse humana, sendo essas ações implementadas pela Igreja Católica. O modo como a questão social é tratada com essas noções de solidariedade e bondade despotencializam todos os movimentos e reivindicações dos sindicatos, classe trabalhadora, movimentos sociais que lutaram pela formação das políticas públicas tendo em vista o histórico brasileiro de forma repressiva, e do estado de desigualdade social instaurado a partir da relação entre capital e trabalho. Essas concepções constroem um ideário de individualidade e mudança por si só, na

qual estas conquistas estão ligadas a capacidade de resolver sozinho com a ajuda solidária da igreja, só servindo como o incentivo desta mudança de vida (FARIAS, 2013, p. 159).

Além disso, temos a concepção de um modelo cuja política é alicerçada nos favores eleitorais, em troca de votos e ou participação em gabinetes e vídeos de marketing para promoção de tal vereador, também sendo uma política baseada no assistencialismo, o que quebra novamente os processos de luta e reivindicações para promoção de uma Política Pública com participação social, descentralização do poder e a heterogeneidade da sua atuação, sendo o acesso universal (COUTO, 2009, p.42).

As ações de cunho assistencialista desconsideram a situação de classe e a desigualdade que deriva dessa situação que é prenhe de contradições. Elas têm como suposto uma leitura de realidade que moraliza e particulariza as expressões da questão social que na verdade dizem respeito à estrutura da sociedade e não à estrutura particular de um indivíduo” (SPOSATI, 2013, p.40).

Na vivência do CREAS e outros equipamentos da rede, percebemos a influência de outros agentes religiosos, como a igreja evangélica, que produzem tais práticas. Por vezes as atuações técnicas acabam acontecendo tendo como base a questão moral, como os bons modos e costumes, sendo importante ter “fê”. Outra interferência direta da igreja, acontece no CENTROPOP, onde em determinada semana tem culto de uma certa igreja, e levam o café da manhã para os usuários. Sendo entendido como uma boa ação da igreja, ajudando as pessoas em situação de rua.

Além disso, éramos constantemente expostos a um acompanhamento emergencial de determinado usuário, pois foi mandado por determinado político, então precisávamos ser rápidos nesta atuação, já que a ordem sempre vinha de cima, daqueles que governavam aquela política. O que pensar dessas práticas que acabam não sendo universais para todos? Pois, nem todos possuem padrinhos políticos que asseguram essa “vantagem” dizendo que vão conseguir o serviço para o usuário.

Nesse sentido, o marco histórico das consolidações da dimensão política da assistência social foi na IV Conferência Nacional de Assistência Social–CNAS, sendo realizados debates acerca da consolidação dos serviços socioassistenciais ao:

- i) Reafirmar a responsabilidade pública na sua oferta; ii) pautar uma gestão descentralizada e integrada; iii) determinar e padronizar as proteções sob sua responsabilidade; iv) instituir a proteção por território e complexidade; v) estabelecer as bases para promoção da integralidade do atendimento; e vi) prever a integração das

entidades privadas na rede pública de oferta de serviços (JACCOUD; HADJAB; CHAIBUB, 2009, P.189).

Diante dessas discussões, consolidou-se a Política Nacional de Assistência Social– PNAS, promulgada em 22 de setembro de 2004 e que tem como intuito gerar a descentralização na esfera política, ou seja, os usuários e trabalhadores são constituintes como vozes no processo de formação dessa política e prática. Além disso, delimitou as responsabilidades entre as diversas esferas de governo. Outra contribuição foi a organização da política nos territórios: “inaugurou a obrigatoriedade de instituição de um equipamento público de base que atuaria como porta de entrada única para o usuário” (JACCOUD; HADJAB; CHAIBUB, 2009, P. 189).

Nessas novas configurações, com várias mudanças que permearam a Assistência Social, foi importante a criação de uma nova forma de operacionalizar essas práticas. Mediante isso, foi criada a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/2005, que tem como intuito a definição de Assistência como Proteção Social, criação de financiamentos de recursos, delimitação das ações da Assistência dentro dos territórios e a implementação do Sistema Único de Assistência Social–SUAS (PEREIRA, 2007).

A Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/2005 dispõe sobre a instrumentalidade do equipamento, quantidade de profissionais e quantidade de casos para cada trabalhador do SUAS. *Aqui resgato uma cena na qual os equipamentos na ponta não funcionam da mesma forma que rege essa lei: há falta de funcionários, de materiais e de recursos para realizar as intervenções. Ficamos de 2022 até março de 2023 sem acesso à internet, roteávamos a internet do nosso próprio aparelho celular. Telefone, não sabemos mais o que é isso, diziam que estava para consertar a rede telefônica, até o momento nada, são barreiras enfrentadas pelos equipamentos que atuam diretamente na ponta.*

No ano de 2021 tínhamos três técnicas no equipamento, tendo 600/700 casos que restavam para essas técnicas procederem em acompanhamento contínuo. Como dar conta? Como o corpo não se esgota devido a essas impossibilidades? Resgato essa cena de um trabalho desenfreado, a equipe que viveu/vive no extremo, em “abafar” uma situação, no entanto, uma sensação de nunca conseguir resolver o problema central.

De acordo com o Caderno de Referências Técnicas para Atuação de psicólogos(as) no SUAS – (CREPOP, 2007), o SUAS é um sistema que vai viabilizar as organizações de cada setor em seus níveis de atuação. Desse modo, as políticas desenvolvidas funcionam de maneira integrada, com esse sistema trazendo as competências de cada ator social na atenção com os

usuários, na oferta de serviços e inserção em programas, benefícios e nas práticas assistenciais que o usuário necessite.

O SUAS se organiza em níveis de complexidades tais como:

- **Proteção Social Básica (PSB):** é a porta de entrada para a Assistência Social, que é o que chamamos de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. O PSB atua em situações de prevenção e proteção e garantia de direitos dos usuários das redes, a partir de programas que incentivam o fortalecimento de vínculos familiares e atuam no enfrentamento das vulnerabilidades sociais que são relacionadas a situação de pobreza, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos e fragilização de vínculos socioafetivos em decorrência de discriminações, tendo dimensões sociopolíticas e culturais diversas como o acesso à educação, saúde e entre outros (Brasil, 2009).

Para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais, o CRAS atua principalmente no fortalecimento dos vínculos sociais, comunitários e familiares. Os vínculos são formas de pertencimento que o usuário encontra na família e/ou no social e no território em que o sujeito ocupa, por exemplo (CREPOP, 2007). A forma de se vincular não necessariamente precisa ser com a família em si, mas existe todo um campo social que pode constituir esse processo, como vizinhos, amigos, território, espaços comunitários e estabelecimento religioso. Sendo importante a composição dos vínculos sociais para o trabalho no fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares.

O trabalho no fortalecimento dos vínculos é fundamental para resgatar o espaço territorial e comunitário do usuário e para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Além disso, o processo de vinculação também se dá na relação entre trabalhador e usuário, que começam a se vincular na medida que também participam coletivamente das construções dos serviços ofertados que podem levar a novas ressonâncias na vinculação territoriais e comunitárias (CREPOP, 2007, p. 62).

A Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014) descreve os serviços ofertados pelo CRAS, o principal deles é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, que atua basicamente na promoção e prevenção dos direitos e no fortalecimento dos vínculos sociais e territoriais do usuário. Suas ações ocorrem em áreas culturais, a fim de cumprimento dos objetivos e ampliação de novas vivências das famílias usuárias, a partir de orientação, acolhimento, palestra e o aumento da participação do usuário como voz ativa neste processo.

Nesse sentido dentro, do PAIF existe o Serviço de Convivência e o Fortalecimento de Vínculos, que desenvolve estratégias integrativas com o usuário com o objetivo de enfrentamento das vulnerabilidades sociais e o fortalecimento de vínculos, respeitando a heterogeneidade da família e fazendo com que o usuário seja participativo no processo de criação de mecanismos e estratégias tais como: palestras, filmes, dinâmica, na qual possam ser voz ativa na construção deste serviço de convivência.

Além disso, o CRAS é responsável pelo cadastramento e inserção das famílias no Cadastro Único do Governo Federal – CadÚnico, como uma das formas de enfrentamento das vulnerabilidades sociais. O CadÚnico possui benefícios como: Id Jovem, Auxílio Gás, Tarifa Social de Energia Elétrica, Isenção de Taxas para concursos Públicos, Carteira do Idoso (Interestadual, a partir dos 60 anos), e o mais conhecido o Programa Bolsa Família (PBF). O CadÚnico serve não apenas para concessão de benefícios, “ele atua na identificação as famílias mais carentes para atendimento pelas equipes do PAIF, como também permite diagnosticar suas principais necessidades, eleger as intervenções mais efetivas e acompanhar e avaliar o impacto dessas intervenções” (BARROS, CARVALHO & MENDONÇA, 2009, p.12).

Registro de 2021 (atuando na rede CREAS)

A criação do CRAS foi pensada em um equipamento para ser a porta de entrada do usuário. No entanto, os profissionais e técnicos no seu cotidiano durante esse período naturalizaram o lugar do equipamento no lugar de “fazer cadastro”. O acompanhamento a partir do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCRIV foi perdendo a força. Em alguns casos, os próprios trabalhadores não analisavam os discursos dos usuários. Muitos deles não compreendiam o que eles falavam, e porque tiveram seu benefício cancelado. A aceleração desse processo fez com que a escuta/acolhimento/orientação aos usuários fosse por vezes inexistentes, devido a demanda das filas imensas, e por falta deste acolhimento os benefícios destes usuários foram anulados. Considerando que, as digitadoras (não são consideradas técnicas – geralmente quem assume essa função são as educadoras sociais) são práticas nas perguntas, acabam por fazer e optam pela rapidez, sem esmiuçar o sentido das palavras para os usuários. No caderno existem perguntas específicas como quantidade de cômodos, os sujeitos que frequentam o serviço às vezes não conseguem compreender o significado literal da palavra cômodo. E isso não é explicado, pela falta de tempo e porque precisam ser rápidas, pois não geram então a chamada Produtividade. Como consequência este caso aparece na proteção social de média complexidade – CREAS pela situação de risco que a pessoa se encontra, devido à falta de dinheiro e de erros neste cadastro.

A Proteção Básica é fundamental para legitimar ações favorecendo a prevenção destas situações com os usuários assistidos. Quando o equipamento acaba se exaurindo em uma determinada função, sendo a criação incessante do Cadastro Único para os benefícios assistenciais, há a criação de um colapso. Já que a rede responsável pela promoção não consegue desenvolver ações para os fortalecimentos de vínculos familiares, sociais e territoriais, e as vulnerabilidades começam a crescer, temos uma nova configuração onde o usuário fica em uma situação de risco familiar e social, estando em violação de direitos. Nessas configurações já temos a atuação da Proteção Social Especial – PSE

- **A Proteção Social Especial – PSE:** é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de uma série de violações de direitos como maus-tratos e abandono. Dessa forma, a PSE é compreendida em Média Complexidade e Alta Complexidade.

Os serviços de Média Complexidade são aqueles que fornecem atendimentos a famílias e a indivíduos em situações de riscos e vítimas de violações de direitos, mas o vínculo familiar e social não foi rompido. Um equipamento que faz parte da PSE é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, cujo objetivo é a atuação na orientação e acolhimento das violações de direitos e realizações de articulação em rede para atuação e acompanhamento do caso.

A PNAS/2004 destaca alguns desses serviços ofertados pela Média Complexidade: Serviço de Orientação e apoio Sociofamiliar, Plantão Social, Abordagem de Rua, Cuidado no Domicílio, Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência, Medidas Socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviço à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA).

As ações e práticas da Alta Complexidade se iniciam quando não há mais como trabalhar com os vínculos, precisando da intervenção do Estado. Alguns serviços deste equipamento estão na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais como: Serviço de Acolhimento Institucional, é o abrigo para os usuários, sejam mulheres, adolescentes, crianças e ou idosos; Serviço de Acolhimento em República; Casa Lar; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Na Alta complexidade ocorre também o atendimento especializado de indivíduos e famílias que passaram por situação de violação de direito, mas nesse caso eles não possuem

vínculos e se encontram sem proteção. Sendo assim, são de responsabilidades do Estado, que necessariamente precisa garantir higiene, alimentação, saúde e moradia (Brasília, 2014).

Esses regulamentos que estão inseridos na Política Pública nem sempre acontecem na prática cotidiana, os usuários contam com a comunidade para outras estratégias, já que “demorou muito para vim” e/ou “meu pai já faleceu”. Essas frases foram repetidas constantemente na prática na Assistência Social.

Que Estado é esse que garante higiene, moradia e alimentação? É o mesmo que quando precisamos, não conseguimos a vaga de um idoso para o abrigo, devido as suas condições físicas que estavam comprometidas, os abrigos não aceitavam uma pessoa idosa com a saúde fragilizada. Nesta perspectiva, como trouxe no início do trabalho o idoso veio a óbito.

Nesses cenários é importante compreender que as Políticas Públicas foram fundamentais, pois foram fruto de muitas lutas da classe trabalhadoras e dos movimentos sociais que incansavelmente tentavam reivindicar uma mudança na estrutura social. Contudo, percebe-se que essas políticas não alcançam a todos os usuários.

Em uma das visitas realizadas, chegamos até a residência junto com o Conselho Tutelar, que expressava a legitimidade das suas ações, que seria a institucionalização de uma criança, falavam que a família estava negligenciando os cuidados dessa infante. Era a primeira vez de atuação do CREAS no caso, e não conhecíamos a família e não entendíamos por que não tínhamos recebido essa solicitação. A técnica que me acompanhava na visita discutiu com a Conselheira, partindo do princípio que não podia ser tomada uma decisão sem um acompanhamento e orientações pertinentes. A usuária chorava porque iria ser levada, explicamos ser somente para pegar os dados cadastrais dela, pois a técnica disse que não fazia sentido esta institucionalização sem um acompanhamento pertinente, tendo como princípio somente o que a conselheira entendia como higiene e negligência.

Vemos que existe, de certo modo, uma forma de existir que está posta, e os usuários que dependem precisam constantemente se encaixar neste sistema. No entanto, quando o núcleo familiar deste caso precisou de tratamento contínuo, isso demorou devido às filas encontradas na saúde. Além disso, tentamos o Minha Casa, Minha vida e/ou Aluguel Social, entendendo o estado de precariedade da casa, mas esse processo de aquisição para um novo ambiente não foi concretizada. Como vão viver? Sem ajuda do Estado, ela continuava na casa e o pai estava tentando reformar o outro terreno no mesmo ambiente, tendo que sobreviver da maneira que

tenham disponível. Destaca-se que era um terreno escorregadio, uma casa de um cômodo, localizada no alto de uma subida que já fora condenada pela Defesa Civil. No entanto, como assegurar algo, quando ele é inexistente?

Lembro-me que a profissional que estava com o caso relatou que precisava da intervenção do Estado para assegurar o direito à moradia, no entanto, sabemos que essas e outras coisas não atingem esta parcela da população onde a questão social sempre vai aparecer. E essas exigências e políticas não acontecem de novo de forma universalizada, contudo na prática os usuários tentam se virar do jeito que podem, da forma que podem.

Outra situação na qual um idoso mora sozinho e que a vizinha ajudava na alimentação, auxiliando também na limpeza da residência. A própria comunidade estava dando o suporte, que demorou até chegar propriamente na política de Assistência Social.

A forma então de certas garantias onde o Estado deve dar este suporte, na realidade na dimensão de algumas práticas do campo social, entendo que as políticas públicas são fundamentais para os usuários, porém elas possuem exigências e requisitos baseados em conceitos prévios, porém na realidade percebemos a mutação de experiências e de outras dimensões que ultrapassam esses deveres impostos.

Em relação à atuação da Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial existem certas dificuldades até mesmo na prática no que diz a respeito à questão de vulnerabilidade social e situação de risco, conseqüentemente existe uma confusão de atuação entre o CRAS e o CREAS. Esses dois conceitos não são fáceis de apreender e separar, precisam ser pensados de forma articulada juntamente com a equipe.

Na atuação, é necessário compreender que nem toda situação de vulnerabilidade social é necessariamente uma situação de risco e/ou violação de direitos, é preciso analisar qual o contexto social que o usuário está inserido para que seja possível compreender se há ou não violação direitos a partir da falta da vinculação comunitária, territorial e familiar. Nesse nível de compreensão, pensaríamos na atuação da Proteção Social Básica – PSB para intervir a partir do PAIF no desenvolvimento de estratégias que promovam o fortalecimento destes vínculos para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Nos casos em que a vulnerabilidade social está diretamente ligada a uma situação de risco pessoal e/ou social, são casos em que existe a ocorrência de uma violação de direitos.

Durante o acompanhamento deste caso, percebemos a importância da atuação da Média Complexidade. Dois adolescentes estão em vulnerabilidades social, no entanto se encontram em uma situação de risco, pois estão sofrendo negligência do Estado já que não

recebem tratamento e educação, ambos nunca frequentaram a escola, sendo possível o começo de escolarização a partir do final de 2022.

Outro caso de uma idosa que também se encontrava em vulnerabilidade social, pois não conseguia o Benefício de Prestação Continuada – BPC, tendo que viver com os vínculos comunitários enfraquecidos. No entanto, por possuir uma saúde mental fragilizada e morar sozinha, ela não conseguia fazer a solicitação do BPC por não possuir o celular, configurando-se como outra situação de negligência. Fizemos várias solicitações via ofício para o INSS, sem sucesso. Nesse sentido na prática, liguei do meu próprio celular na residência da usuária para conseguir solicitar o BPC. Passados alguns dias, ela conseguiu sair da situação de risco apresentada, já que conseguiu o subsídio básico para o seu sustento. No entanto, ainda era importante ser acompanhada pela PSB para proteção e promoção de seus vínculos sociais e comunitários que já foram fragilizados.

Com essa passagem, percebe-se o quanto o CRAS influencia também na atuação do CREAS e que os dois se articulam em alguns casos para garantia de direitos dos usuários assistidos. Contudo, na Pandemia houve uma superlotação do CRAS que acabou sufocando os trabalhadores na atividade maciça de realizar o cadastro com o objetivo de adquirir os R\$ 600 do auxílio. Na medida que essa atividade acontecia, outros setores como o próprio PAIF e o SCFV não puderam ser desenvolvidos de forma plena e as situações de vulnerabilidade social, conseqüentemente, viraram situações de riscos e esses casos eclodiram no CREAS que foi se amontoando de casos.

Além disso, temos outras confusões enfrentadas na prática no que diz respeito à Atuação da Média Complexidade/CREAS e Alta Complexidade, onde por vezes na experiência como trabalhadora senti que estava jogando o usuário de um lado para outro, pois o problema em si não era resolvido.

O setor da Alta Complexidade enviava casos em que os vínculos familiares já estavam rompidos, sustentando a lógica de que a família precisava intervir em determinada situação, principalmente quando estávamos discutindo sobre os idosos.

Recebíamos casos com idosos que moravam sozinhos, no entanto, a família não tinha como prestar esse cuidado, fosse por falta de vínculo ou por outras questões de saúde que envolviam outros integrantes da família. Esses relatórios vinham encaminhados da Alta Complexidade, para que o CREAS/Média Complexidade trabalhasse com esses vínculos devido à falta de abrigos na Assistência Social. Era como se não tivéssemos alternativa, pois o idoso continuava na mesma situação, dependendo deste serviço, mas sem retorno e/ou resposta, pois

como Média Complexidade não podemos obrigar os familiares a estabelecerem um vínculo inexistente. Nesse sentido, diante das políticas públicas o idoso é responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. Contudo, a ação neste nível no quesito Estado era inexistente, tendo a família que arcar por uma situação que as vezes não tem condições. E o usuário assistido fica sem direção dentro destas práticas.

Lembro-me de um caso que acompanhei em 2021. Um idoso estava completamente desnutrido, a filha o abrigou pois ele precisava de ajuda, no entanto, ele nunca conviveu com ela e/ou deu suporte. Essa filha tinha um filho pequeno, e estava em um contexto de vulnerabilidade social. Realizamos contato e articulação com a Alta Complexidade, o setor devolveu dizendo que na realidade o CREAS precisava trabalhar na reestruturação deste vínculo enfraquecido, com o acompanhamento deste núcleo, devido a negligência que o idoso estava passando. Pouco tempo depois, o usuário veio a óbito.

Fiquei sem chão, pois mais uma vez existia na rede algo que aparece com frequência no trabalho que é o “jogo de empurra”. Em algumas situações as articulações entre os setores do SUAS não acontecem de forma articulada, o trabalhador se esgota e o usuário acaba também se exaurindo. O CRAS sobrecarregado, o CREAS também com a mesma sobrecarga e a Alta Complexidade acaba infelizmente enchendo-se de demandas.

Ressalta-se a importância da articulação dos setores do SUAS, compreendendo o princípio da universalização do acesso aos serviços e tendo como diretriz a descentralização do poder e a participação da comunidade nos Conselhos, nas votações, sugestões e nos próprios serviços de ponta, onde chamamos os equipamentos que lidam diretamente com o usuário em seu território.

Os Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

O CREAS se constitui como um equipamento que faz parte do SUAS, agindo a partir de situações de violações de direitos que possuem vínculos familiares e sociais fragilizados. O CREAS é um equipamento que executa o Programa de Atendimento Especializado a Família e Indivíduos – PAEFI e também trabalha com o cumprimento de Medida Socioeducativa – MSE (PSC e LA), Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e de suas famílias e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (BRASIL, 2014).

O território de São Gonçalo possui o serviço do Centro de Referência Especializado a Pessoas em Situação de Rua – CENTROP, que realiza orientações e acolhimento aos usuários em situação de rua. Quando esse equipamento não existe no município, o CREAS é o

responsável também por realizar o serviço especializado para pessoas em situação de rua. No CREAS no município de São Gonçalo, existe também uma outra peculiaridade, onde o Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI abrange todos os públicos e fica responsável pelo serviço com pessoas com deficiências e idosos, não existe uma separação dos serviços destinados a idosos e pessoas com deficiência.

Uma particularidade enfrentada por este equipamento em 2021 foi a presença constante dos casos de PAEFI e todos os atendimentos de Medida Socioeducativa terem sido suspensos devido a Pandemia. Este programa e os acompanhamentos pertinentes acabaram ficando prejudicados devido ao período pandêmico.

A técnica da Medida Socioeducativa tentava trabalhar no que podia, ligando para os socioeducandos, mas, não conseguia o contato. Sendo assim, esse momento foi de inconstância nestes acompanhamentos.

O serviço MSE voltou ao seu funcionamento em 2022, com muitas demandas e atualizações nas exigências do Ministério Público trazendo novas normativas com relação aos relatórios que antes eram feitos somente por uma técnica, mas, entre outras exigências, o relatório deveria passar a ser feito tanto pelo psicólogo quanto pelo assistente social. Em 2023 passaram a exigir uma pedagoga no equipamento para também realizar esse relatório de acompanhamento.

A minha experiência no primeiro momento se deu no PAEFI, por isso grande parte dos meus relatos podem estar alicerçados nesta prática no serviço, devido a suspensão do serviço de Medida Socioeducativa.

Além disso, existia uma equipe específica para a Medida Socioeducativa, contudo, em meados de 2023 todas as técnicas começaram a atender tanto o MSE como o PAEFI, tornando-se, na minha experiência, uma tarefa cansativa. No Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) nº12.594/2012 não aponta que esse serviço precisa de uma equipe específica, direcionando somente uma equipe técnica. Nesse sentido, entende-se que ter uma equipe exclusiva para MSE é uma escolha organizacional de cada CREAS.

Uma das mudanças enfrentadas dizia respeito aos atendimentos que passariam a ser semanalmente, e antes esses atendimentos eram feitos quinzenalmente. Não houve espaço para argumentações e apontamentos, mais uma vez tínhamos que cumprir as exigências do Poder Judiciário. Vários questionamentos apareciam neste momento na equipe técnica: será que os meninos vão conseguir comparecer ao equipamento toda semana? É necessário esse

atendimento semanal? O que vamos traçar com os adolescentes nestes atendimentos? Será que eles vão ter condições financeiras para se locomover até o equipamento? Todas estas questões foram levantadas em reuniões de equipe, no entanto, não houve o que fazer, tivemos que implementar esta regra de presença dos adolescentes nos grupos e nos atendimentos individuais com as técnicas.

Destaca-se que o núcleo familiar dos socioeducandos precisam ser inseridos no Programa de Atendimento Especializado a Família e Indivíduos – PAEFI, pois entende-se que os usuários passaram por uma situação de violação de direitos e de risco pessoal e necessariamente o trabalho no PAEFI busca os fortalecimentos dos vínculos familiares, sociais e territoriais, promovendo o acesso do usuário e da família a serviços públicos, como saúde e educação (BRASIL, 2014, p.41).

Na prática, não conseguimos realizar tudo que queremos e pensamos, por falta de tempo, propostas e alternativas que nos são apresentadas por aqueles que detém o poder momentaneamente (que podem ser trocados a qualquer momento, cargos de gestão: como secretários, subsecretários, financeiro e administrativo), o que acarreta uma instabilidade e descontinuidade nas políticas. Nesse sentido, pensando em um CREAS com a equipe completa, acredito que dificilmente conseguiríamos avançar, já que dependemos de uma Secretaria que nos impõe certas organizações e dita comandos que podem ser mudados com a troca constante de Secretários. Além disso, pensamos em condições de trabalho: o que adianta a equipe completa sem as mínimas garantias salariais e ferramentas de trabalho, como computadores, telefones e uma água para beber que não seja comprada do nosso dinheiro?

A equipe pode vir a ser completa, mas as tensões políticas feitas neste território vão continuar sendo centrais na vida dos trabalhadores, na qual vão continuar determinando o que nós podemos ou não podemos fazer, e sem a mínima garantia salarial e de direitos.

Uma frase que a equipe repetia constantemente no serviço era: trabalhamos tanto para garantir os direitos dos usuários, mas e os nossos? Quais são as garantias que temos? Essa frase foi marcante para pensar que um CREAS com a equipe completa não funcionaria, pois existem questões para além que estão relacionadas com o poder estatal no qual estão destinados os recursos e naquele velho ditado: manda quem pode e obedece quem tem juízo.

Até a criação do CREAS, os serviços existentes eram fragmentados com atuações subdivididas em segmentos sociais como adolescentes, crianças, adultos, idosos e pessoas com deficiência – PCD. As atuações e projetos, em grande parte, eram focados nas ações descontínuas e havia a tendência de mudar devido à instabilidade da política governamental.

Com a implantação da Proteção Social Especial de Média Complexidade, que foi instituída pelo SUAS/2005, existe um equipamento com objetivo de unificar os serviços e atender ao usuário a partir da dimensão familiar e social, compreendendo as questões como vínculos e vulnerabilidade social. Nesse contexto, o dispositivo CREAS liga os serviços socioassistenciais que antes eram descontínuos e fragmentados entre si.

Uma dessas formas de descontinuidade de serviço socioassistenciais seria o Programa Sentinela, que funcionava com atendimentos a crianças e adolescentes vítimas de violências, mas eram feitos de forma mais individualizadas.

Ribeiro (2010) problematiza a questão do Programa Sentinela até sua inserção no CREAS. O programa foi implantado em 2001, dentro do âmbito da Política de Assistência Nacional. Em 2005, com a implementação do SUAS, ele direciona que as ações de maneira especializadas serão desenvolvidas pelo CREAS, assim este equipamento assumiria de forma contínua as execuções e programas que existiam no Serviço Sentinela.

Em novos desdobramentos, a partir da Orientação Técnicas de Assistência Social (BRASIL, 2011) se estabelece a importância do CREAS como o equipamento de Assistência Social, conforme previsto pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, com alguns direcionamentos éticos que são fundamentais na atuação com os usuários: a Segurança de Acolhida, Segurança de Convívio ou Vivência Familiar, Segurança de Sobrevivência ou de Rendimento e de Autonomia.

A equipe do CREAS precisa proporcionar a segurança de acolhida, para escutar as demandas com relação à situação de violação de direito; ética em relação às questões apresentadas e às diversidades dos usuários isento de discursos discriminatórios; a segurança de convívio ou vivência familiar é a possibilidade de resgate de vínculos enfraquecidos e fragilizados, com o intuito de prosseguimento com monitoramento das famílias e a oferta de serviços de forma contínua; e a Segurança de Sobrevivência ou de Rendimento e de Autonomia, tem como o objetivo o resgate da autonomia dos usuários, quando a situação de risco já foi acompanhada pela equipe e já foram feitos os devidos encaminhamentos (BRASIL, 2014).

Na lei parece ser totalmente perfeito! Como se conseguíssemos de fato fazer essas ações com uma equipe reduzida, falta de recursos financeiros e materiais. O trabalhador não consegue fazer o trabalho do acompanhamento assegurando essas ofertas e serviços de forma contínua. Sendo então, na experiência atual, um trabalho ligado a construção de relatórios e visitas domiciliares, que pode ter uma função fiscalizatória e policesca sobre um

determinado núcleo familiar. A continuidade do acompanhamento do caso fica em quarto, quinto lugar e/ou até mesmo inexistente. Frente aos processos judiciais que precisamos responder e a correria para “dar conta” desses ofícios enviados pelo Poder Judiciário.

Nessa passagem, lembro-me da sensação de me sentir exausta das demandas judiciais, por vezes coagida a responder uma determinada situação que já não cabia resposta e outras estratégias. No entanto, o caráter das prerrogativas do Sistema Judiciário era de certo modo seguir as orientações feitas por esta instituição. A Nota Técnica SNAS/MDS nº 2/2016 - Relação entre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e os órgãos do Sistema de Justiça, explicitava a função dos equipamentos da assistência, também nessa direção de respaldar os técnicos:

A visita domiciliar é uma atividade técnico-metodológica que se desenvolve, de forma planejada, na residência da família ou do indivíduo com a participação dos técnicos das equipes de referência dos serviços socioassistenciais, e visa possibilitar a escuta qualificada, a compreensão da dinâmica e história de vida, e o registro e análise de dados e informações sobre o cotidiano da vida familiar. Deve pautar-se pelo respeito à privacidade da família, tanto no que se refere à receptividade para uma entrevista, quanto à disponibilidade para responder a perguntas específicas, quando for necessário. Não deve ser confundida com apuração de denúncia ou até mesmo com caráter fiscalizatório (SNAS/MDS, 2016, p.10).

Nesse sentido, a visita domiciliar é um instrumento técnico para viabilizar análises dos dados familiares e utilizada quando este núcleo familiar não consegue chegar até o equipamento, principalmente devido a locomoção por necessitar do dinheiro de passagem. Além disso, algumas famílias atendidas pelo CREAS não possuem telefone e/ou celular, e a visita torna-se um instrumento para concretizar o acesso e entender as demandas de determinada família. Sendo um instrumento técnico, cabe à equipe analisar a viabilidade da visita domiciliar como uma ferramenta para determinado caso.

Na experiência no equipamento sentia-me saturada devido as pressões, que por vezes são da Justiça, entendendo que a visita domiciliar seria no âmbito fiscalizatório sobre determinada forma de vida. No entanto, a prática no equipamento era realizar a visita para responder a demanda feita pelo Judiciário, já que não tínhamos como acompanhar efetivamente os casos, pois tudo faltava. Não tínhamos telefone e/ou internet que poderiam facilitar o acesso para determinado núcleo familiar. A visita domiciliar como experiência era usada para responder de certa forma a solicitação de acompanhamento do Judiciário.

Por vezes, o Judiciário não mandava dados básicos da localização da moradia dos usuários. A equipe técnica deveria até mesmo “investigar” de qual residência se tratava, ou o

nome, já que em muitas solicitações estava escrito “idoso não identificado”, “casa amarela, com aspecto envelhecido”, essas descrições que chegavam ao equipamento para literalmente investigar onde encontravam-se estas residências. Este papel era surreal, andando na rua tentando identificar algo que o próprio Judiciário já poderia identificar nos ofícios enviados ao CREAS.

Outras questões também explodem, pois somos sucateados em tantos níveis que por vezes ficamos satisfeitos apenas por termos mais um dia de carro disponível para realizar a Visita Domiciliar sem pensar em outras possibilidades. Além disso, havia outras solicitações feitas pelo Judiciário, como organização do equipamento, pastas e orientações em relação aos casos. Recebemos uma visita fiscalizatória do MP ditando que a coordenadora deveria cumprir 40 horas de carga horária, contudo, recebendo o mesmo salário? De R\$ 1.600? Parece que a ponta é sempre exigida e nunca é notoriamente acolhida/ouvida. O salário líquido de coordenação era R\$1.600 e dos técnicos R\$ 1.300.

Por ter como objeto de análise a intervenção dentro do CREAS localizado no município de São Gonçalo, é importante trazer este contexto para compreender melhor tais demandas. Nesse sentido, existem 5 unidades desse equipamento na região metropolitana, sendo eles: Arsenal, Luiz Caçador, Vista Alegre, Jardim Catarina e Mutondo. Conforme já sinalizado, o campo de análise será o CREAS/Mutondo, que é onde compõem-se a as práticas profissionais desta pesquisadora.

Um ambiente outro, senti no primeiro dia de trabalho que seria agitado, deparando com uma situação com uma idosa no telefone. Não havia nenhuma pessoa para “explicar” o trabalho, “Pega e faz”, “execute”, sem nenhum diálogo. Em um simples faça eu fui tentando, exaurindo, pesquisando, resistindo. Arduamente, lembro-me do cheiro das pastas guardadas, dos arquivos mais antigos, tudo no papel. Fui tentando me encaixar naquele espaço! Mas é uma imagem que ainda ressoa em minha experiência. Siga! Respire, no entanto, Faça!

O CREAS é dividido por áreas de abrangência, isto é, bairros que compõem o território geográfico regional. Dessa forma, são 47 bairros que são acompanhados pelo equipamento do Mutondo, sendo eles: Alcântara, Vila Três, Porto Novo, Porto Velho, Colubandê, Venda da Cruz, Santa Catarina, Covanca, Neves, Tenente Jardim, Água Mineral, Antonina, Bandeirantes, Barro Vermelho, Boa Vista, Brasilândia, Camarão, Centro, Cruzeiro do Sul, Engenho Pequeno, Estrela do Norte, Galo Branco, Rocha, Gradim, Jardim Amendoeira, Jardim Fluminense, Lindo Parque, Mangueira, Mirambi, Mutondo, Morro do Castro, Nova Cidade, Parada 40, Paraíso,

Patronato, Pita, Ponte Seca, Porto da Madama, Porto da Pedra, Rosane, São Miguel, Sete Pontes, Vila Lage, Vila Iara, Zé Garoto e Zumbi.

Pense! Respira! Como podem ter sido divididos dessa forma? Existe a dificuldade de locomoção dos próprios usuários ao equipamento, pois alguns desses bairros acabam sendo longe do CREAS. Em alguns casos, precisam pegar duas conduções para estar no equipamento. E que acompanhamento é esse de 47 bairros? É complexo fazer sem os instrumentos necessários, parecendo que é feito para não funcionar. A equipe inicial do CREAS fazia tentativas de realizar estratégias e articulações com a rede no intuito de trabalhar na fragilização dos vínculos sociais e familiares. No entanto, éramos consumidos constantemente pela sobrecarga de trabalho, de exigências da Secretaria e do próprio Judiciário, às vezes acumulava trabalho para fazer em casa pois não dávamos conta de realizar no serviço.

A equipe inicial era engajada no processo com planejamentos concretos no âmbito cultural, como aproximações com a arte e cultura da cidade. Vale destacar, que o direcionamento de conselhos pessoais e religiosos ainda acontecem na prática em equipamentos da rede e depende muito da direção técnica e ética da equipe e dos profissionais. Reafirmo o lugar de potência em relação ao aprendizado e prática técnica e ética no que diz a respeito aos atendimentos e orientações feitas aos usuários.

Diante dessa questão, torna-se um ponto central da discussão a questão das abrangências e as divisões realizadas para cada equipamento. Nota-se que equipamentos como Luiz Caçador possuem 14 bairros de acompanhamento. Logo, existem questionamentos acerca a como foi realizado o georreferenciamento dos bairros⁶. Entendendo que, esses bairros compõe uma área geográfica muito ampla, e muitas vezes o deslocamento de um lugar para outro acaba sendo um

⁶ Lista dos bairros de acordo com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo correspondente aos outros CREAS e suas respectivas abrangências, como disparador desta análise:

Jardim Catarina: Jardim Catarina Velho, Jardim Catarina Novo, Laranjal, Santa Luzia.

Arsenal: Amendoeira, Anaia Grande, Anaia Pequeno, Arrastão, Arsenal, Coelho, Engenho do Roçado, Fazenda Colubandê, Fazendinha, Ipiíba, Jardim Alcântara, Jardim República, Jóquei, Maria Paula, Nova Grécia, Nova Roma, Nova México, Raul Veiga, Rio do Ouro, Tribobó, Tribobó City, Várzea das Moças, Vila Candoza.

Luiz Caçador: Fazenda dos Mineiros, Itaoca, Itaúna, Jardim São Lourenço, Luiz Caçador, Mutuá, Mutuaguaçu, Mutuapira, Palmeira, Porto do Rosa, Recanto das Acácias, Salgueiro, Boaçu, Trindade.

Vista Alegre: Barracão, Eliane, Gebara, Guarani, Guaxindiba, Ieda, Jardim Bom Retiro, Jardim Miriambi, Jardim Tiradentes, Lagoa Seca, Lagoinha, Largo da ideia, Marambaia, Monjolos, Mundel, Pacheco, Sacramento, Santa Izabel, Vista Alegre.

fator dificultoso já que não conseguimos dar conta às vezes de realizar as visitas domiciliares nos endereços programados.

Parece loucura quando estamos no território realizando uma visita domiciliar em lugares que outros CREAS se inserem com maior facilidade. Como por exemplo Nova Cidade, que fica próximo ao território de Luiz Caçador. Por que então não pensar em uma divisão mais justa e que faça sentindo em um campo território no sentindo geográfico e existencial? Com uma discussão que não vai a frente e uma proposta que não acontece, lidamos então com essa sobrecarga e o desajuste desta rede.

A visita é uma das atividades e um instrumento utilizado enquanto ferramenta dentro do SUAS, tendo como objetivo a compreensão do contexto sociofamiliar dos usuários. Nesse sentido, o deslocamento do território também se torna um agravante, já que só possuímos o carro cedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS uma vez por semana, o que acaba não comportando a quantidade de demanda e visitas que precisamos realizar. Desse modo, como alguns bairros são distantes um do outro, esse trajeto também é acompanhado por muito trânsito o que atrapalha o andamento do serviço.

Pensar em rotas para visitas, até isso fazíamos, para conseguir realizar com menor tempo os bairros mais próximos, considerando que precisávamos dar conta, e tínhamos pouco tempo. Então, imaginem: o carro e 2 profissionais correndo contra o tempo, e o caminho formado às vezes com trânsito, barulho... Hora de almoço não existia, deixo registrado que com nossa rotina exaustiva a hora de almoço era às 15h, para podermos conseguir abarcar o maior número de visitas. Por dia eram 12 residências e não parávamos, chegávamos exaustos, devido ao sol e ao dia cansativo de trabalho. UFA! Conseguimos, essa era a sensação que era compartilhada, e ao mesmo tempo “Não aguentamos”, precisamos de mais um dia de carro. O pensamento de sobrecarga leva a práticas endurecidas, às vezes respondia sem realizar diálogo com as redes básicas, porque precisava ter a resposta, e não tínhamos tempo, então o sucateamento dos profissionais também vai acarretar naquele que é assistido sendo o usuário afetado.

Com o início da pesquisa, e das questões envolvendo a educação, e esse processo acontecendo no meu próprio corpo, reverberaram outras prerrogativas, tentativas de fazer contato com as Unidade de Saúde da Família – USF e com o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. No entanto, estes equipamentos também são sobrecarregados pelas demandas do mesmo Poder Judiciário e sofrem sucateamento e tendenciosas trocas de equipe devido aos vínculos empregatícios feitos a partir de indicações políticas, sendo o Recibo de Pagamento

Autônomo – RPA a forma de pagamento feita pela prefeitura, onde os trabalhadores não possuem garantias mínimas, sendo suscetíveis a trocas rotineiras de equipe dependendo de quem está no comando.

As intervenções feitas então com o usuário acabam não tendo continuidade devido à esta instabilidade dos vínculos empregatícios, que além de esgotar o corpo do trabalhador o limita a fazer e/ou questionar certos direcionamentos da própria secretaria por ter o risco constante de demissão a qualquer momento. Tentávamos fazer mesmo com este contexto no qual estávamos inseridas, entendendo o nosso compromisso com o usuário. Contudo, era exaustivo, cansativo, já que recebíamos pouco e por mais que trabalhássemos não existia um reconhecimento salarial digno. E as questões envolvendo a nossa própria saúde física e psicológica, considerando que era um ambiente com a presença de mofo, sem mesmo ter água para beber, já que tínhamos que comprar do nosso próprio dinheiro o galão de água. Em 2021, não tínhamos micro-ondas para esquentar nossas marmitas, o que só foi possível no início de 2022.

Nesse sentido, o equipamento CREAS em São Gonçalo apresenta-se como um lugar sucateado feito para não funcionar em sua estrutura estética, territorial e na composição dos trabalhadores que realizam suas práticas neste equipamento. Garantias mínimas de qualquer trabalho não são concretizadas na vida dos trabalhadores neste território. Pagamento de passagem, Fundo de Garantia, décimo terceiro, aumento de salário, incentivo a capacitação permanente dos profissionais, são todos previstos em leis, no entanto, inexistentes.

Em relação à equipe em 2022, o dispositivo é composto por 2 psicólogas, 4 assistentes sociais, sendo uma a coordenadora, 1 educadora social, 1 auxiliar administrativa e 1 profissional de serviços gerais. Diante de tais reflexões acerca do CREAS, como equipamento da Assistência Social, é imprescindível pensar na inserção dos psicólogos dentro desses equipamentos enfatizando as ações e práticas dentro desses dispositivos.

Em 2021, a equipe era formada por 2 assistentes administrativas, 4 assistentes sociais (com a coordenadora) e 3 psicólogos. No entanto, a equipe foi reduzida para 3 assistentes sociais (com a coordenadora) e uma psicóloga. Em 2022, houve um aumento na equipe como falado acima. No entanto, como ficou nosso corpo, em relação à exaustão de “segurar literalmente as pontas”, sendo reforçado que era pra fazer exatamente isso: Aguentar?

Fazer “psi” no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

Em certas práticas, os psicólogos assumem o lugar do saber especialista, como aquele capaz de apresentar a resolutividade à questão subjetiva. Coimbra e Leitão (2003) analisam o lugar do psicólogo especialista que assume uma forma de atuação neutra, instituída, sem analisar o campo de forças no qual este saber está inserido. Esse saber isolado, capaz de trazer à tona as respostas da subjetividade, é procurado na clínica, no qual temos profissionais psicólogos com variadas abordagens.

Na própria formação enquanto psicólogos somos questionados acerca do que o saber produz. Coimbra e Leitão (2003) criticam a forma da atuação da psicologia, que é privada, burguesa e trabalha com a família normativa, sendo uma perspectiva a-histórica. A psicologia enquanto profissão necessita pensar nas engrenagens que estão agindo no sujeito e na própria dimensão do Estado, sendo vista como histórica e entendendo o seu lugar de não-neutralidade. A inserção da psicologia como saber necessário e integrante nas equipes de Assistência Social foi concebida junto com as Assistentes Sociais a partir da resolução 017/2011 (CNAS, 2011). Mediante esse contexto, a psicologia é chamada para além dos limites dos consultórios/clínicas em uma prática que não se enquadra em parâmetros individuais dos atendimentos. Nesse sentido, passa a ter uma nova compreensão de como a psicologia precisa ser um serviço que integra o trabalho dentro da equipe socioassistencial, tendo como objetivo promover a inserção e traçar planos de intervenção em casos específicos e ações nos territórios desses usuários.

O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), 2013, instrumentaliza algumas questões referentes ao papel do profissional de psicologia dentro do SUAS, entendendo que deve dar importância ao fato de que o público do CREAS possui uma história de vida que perpassa por questões sociais, de renda, familiares e entre outras que fogem de normas individualizantes.

No SUAS (2005), todos os profissionais são considerados como técnicos, onde não existe, de certo modo, um lugar específico do psicólogo. As práticas são concretizadas junto a equipe multidisciplinar, tendo que apreender sobre a política pública, a garantia de direitos e os benefícios socioassistenciais.

Dito isso, a intervenção da psicologia no campo social requer a construção de estratégia que se apresenta para além da teoria privatizante hegemônica, assumindo uma função política e social, onde o próprio profissional é visto como sujeito desta prática.

Em relação a essa questão, me percebi enquanto psicóloga do CREAS em 2021, quando me deparei com algumas demandas técnicas as quais achava serem teoricamente de

competência da assistente social, já que só seriam ligadas à psicologia questões de ordem da saúde mental. Contudo, a partir dos estudos e das normativas técnicas, a psicologia no CREAS tem o direcionamento ético e político que está pautado nos direitos humanos, “[...] baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da Liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (CFP, 2005, p 7). Nesse sentido, as demandas que chegam ao CREAS são as mais diversas e a atuação do psicólogo está baseada em refletir seu próprio caminho em relação ao público da Assistência Social.

Posto isso, na prática o psicológico precisa rever as suas crenças e valores em relação ao que se ouve no CREAS, e não deve pautar a sua atuação em tutela e assistencialismo, com culpabilização individual do usuário pelo seu problema (CREPOP, 2012).

Neste documento realizado pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, foram elaboradas algumas considerações em relação a Psicologia na Proteção Social Especial/CREAS, destacando os desafios da atuação neste equipamento e trazendo a análise da dimensão ética da psicologia para uma prática que considere a multiplicidade do território, da cultura e da população, entendendo a pluralidade dos usuários atendidos e que os serviços precisam ser expandidos numa articulação intersetorial, como saúde, educação e outras redes.

Contudo, o documento aponta que existe a falta de profissionais e que por vezes os psicólogos fazem certos atendimentos que não são da competência do equipamento, devido à falta de vaga para atendimento em outras redes de saúde e realizando certas intervenções de cunho clínico, sempre devido à falta de algo. Nesse sentido, como profissionais psis é necessário resistir a este desmantelamento e esgotamento entendendo os limites do equipamento.

Na verdade, o atendimento no CREAS é focado nas demandas e processos do usuário para entender se realmente é uma intervenção inerente a atuação da Média Complexidade. Além disso, precisamos realizar práticas coletivas com outros profissionais, sendo um espaço plural e entendendo a dimensão ética e política da profissão.

Em muitos momentos na trajetória do trabalho, eu não sabia nem por onde começar. Acreditei em uma separação na qual o assistente social estaria lá para suprir todas as demandas relacionadas a benefícios, documentações e outras, e o psicólogo estaria para resolver questões onde havia a predominância da saúde mental fragilizada.

No entanto, com o início e as aproximações de estudo das leis e dos Cadernos de orientações, percebe-se que os assistentes sociais e psicólogos atuam em conjunto no aspecto socioterritorial do usuário. Na prática, enquanto Psicóloga no SUAS, percebi que o usuário não é dividido, os aspectos sociais influenciam diretamente na sua saúde mental, então por isso o psicólogo e o assistente social trabalham em conjunto para atuação destes usuários em violação de direito.

A prática no CREAS foi complexa, já que nossa formação é pensada em uma atuação clínica. Que outras ferramentas o psicólogo produz? Foi somente experienciando que consegui entender o caminho que fui trilhando na atuação com as famílias em violação de direitos. O escutar, a orientação, a mínima acolhida já se torna ferramentas de trabalho. Recordo de um agendamento que fizemos para um usuário que não possuía telefone para ligar para o Detran, nem número para informar em seu cadastro, e demos um jeito para ele ter acesso a uma documentação básica, mesmo não sendo um serviço ofertado diretamente pelo CREAS.

No entanto, no cotidiano do serviço também eramos chamados para realizar funções que não correspondiam a atuação dentro da Média Complexidade, como relatórios psicológicos e/ou parecer psicológico. Depois de muitas discussões, nossa resistência de realizar esses documentos foi engolida pelo processo da cobrança e de quem tem mais poder para tomar certas decisões. Nesse sentido, a coordenação da Proteção Social Especial – PSE começou a solicitar os relatórios dos socioeducandos com o nome Relatório Psicológico, Relatório Social e Relatório Pedagógico, não aceitando a nomenclatura Relatório Psicossocial/Multiprofissional.

Discussões essas em que entendia que não era possível produzir um relatório que separava as funções dos profissionais, já que o próprio SUAS garante que somos técnicos e o trabalho deve pautar-se na integralização dos serviços, tendo como objetivo a não homogeneização dos saberes profissionais.

A Resolução do Conselho Federal de Psicologia – CFP nº 06/2019 apontam sobre os documentos produzidos pelo profissional de psicologia, destacando as diferenciações entre eles. Segundo essa resolução, o Relatório Multiprofissional é resultante da produção em conjunto com outros profissionais de outras áreas. Já o Relatório Psicológico é um documento só produzido pelo psicólogo. Os dois possuem a mesma estrutura básica, a diferença se restringe ao fato de um ser feito em conjunto com outros profissionais e o outro produzido apenas pelo próprio profissional da psicologia.

Foi essa observação que tentei discutir, que seria importante utilizar Relatório Multiprofissional e não separar as demandas, pois se trata do mesmo usuário. No entanto, precisamos adotar esse relatório separado por áreas. Esse foi um debate que me consumiu mentalmente, mesmo trazendo essa discussão não foi possível nenhum diálogo, “apenas execute” é essa a sensação que predomina no serviço do CREAS.

Quando identificamos uma situação de saúde mental fragilizada do usuário, diante das questões vivenciadas a partir das violações de direitos, realizamos os encaminhamentos para as redes como o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. Vale salientar que a troca entre a rede intersetorial é um fator complexo, somos solicitados a encaminhar os usuários por meio de relatórios informativos/síntese informativa, o que acaba burocratizando os serviços que deveriam ser desburocratizados. Em alguns casos, conseguimos realizar um estudo de caso com a rede solicitando o acompanhamento integral das demais redes. Contudo, nem sempre conseguimos realizar essa troca, e essa demanda que chegaria na articulação dos setores é mais uma vez judicializada, visto que a Promotoria solicita esse acompanhamento e diante desses fatos os serviços logo se mobilizam.

A entrada do CAPS também pode ser realizada por procura espontânea, sem precisar de encaminhamentos, no entanto, os próprios usuários solicitam esses encaminhamentos por não conseguirem acessar os serviços devido à alta demanda e poucos recursos técnicos, financeiros e estruturais.

Na rotina do serviço vemos outros lugares que não conseguem suportar tantas demandas que se fazem presente, além da troca constante de profissionais. Estava com o caso articulado com a rede de saúde mental com alternativas e articulações que possibilitariam a mínima garantia dos direitos da idosa. Contudo, devido a troca da técnica responsável por toda articulação do caso, ficou impossível colocar em prática as intervenções pensadas. Tentei inúmeras vezes de forma informal traçar um diálogo com a nova técnica, porém ainda não tinha nenhuma técnica para o caso. E mais uma vez os usuários assistidos sofrem com essa política eleitoreira que ainda se faz muito presente no município.

Esse caso retorna ao CREAS em um ofício para saber o andamento das articulações feitas em outro relatório. O que responder? O que fazer? Tentei pensar em alternativas com o serviço de forma informal, sem retorno. Lembro-me de ter que enviar um ofício novamente ao CAPS solicitando algum novo andamento do caso, e por nenhum momento pude citar no ofício que essas complicações enfrentadas foram devido a troca de equipe em relação a tensão política do território, que atrapalhou todo caso. Escrevendo, ressaltai da mudança da equipe

técnica do caso, o que dificultou as intervenções do serviço. O que sinto é que a culpa fica sempre nos serviços de ponta e quase nunca aparecem de fato em outros setores, como a própria Justiça, a Secretaria, os secretários, a gestão.

Os encaminhamentos de fato acabam acontecendo por via ofício/relatório produzido pela equipe técnica, a fim de solicitar o acompanhamento pela equipe de saúde mental e outras redes. Tecer e traçar redes é complexo, retomando a questão do “jogo de empurra”. Considerando que as políticas públicas são cooptadas por práticas eleitoreiras, a troca de equipes constante em outros setores também gera dificuldades com relação a discussões de casos, e pensar uma intervenção conjunta. As demandas que de antemão eram acompanhadas por um profissional, em uma semana podem já estar sem acompanhamento, ou o caso pode estar com outro técnico(a) que acaba não conhecendo nada daquele caso, tendo que tecer tudo novamente. Esse novo retorno é um entrave nestas políticas e de fato não vão em frente para assegurar a garantia mínima de uma estratégia e/ou ação.

Fazer essa lógica acontecer é complexo quando você tenta realizar esses planos junto à rede e não se atenta para as demandas que estamos estampando, pois também vivem sufocadas em si. Cito aqui a rede de saúde mental, que só possui 2 CAPS para adultos, apesar de contarmos com uma grande quantidade de habitantes. Políticas que são asseguradas em leis, porém, na prática, com a dificuldade em executá-las parecem feitas para justamente “enxugar gelo”. E outros equipamentos que lidam constantemente com esse imediatismo da Justiça, como eles conseguem também acompanhar ou tecer se também vivem esgotados?

Quando existe uma judicialização dessa causa, as redes se mobilizam para resolutividade do problema. Acompanhei diversas situações em que isso acontecia. Lidar com a Justiça também é sufocante.

Em relação ao fazer da Psicologia na Assistência Social espera-se a reafirmação desse lugar individual. Em várias situações, no campo da Assistência Social, me confundiam como profissional do Serviço Social. Diziam que os psicólogos acabam sendo fechados em si mesmo, restritivos, ou de difícil acesso.

Destaca-se que, dentro do serviço instituído, podemos agenciar práticas disruptivas ao funcionamento neoliberal. Além disso, como técnica do SUAS, de certa forma nós, psicólogos, somos chamados para ir além do lugar estabelecido enquanto saber psicológico. Vale destacar que a Psicologia Brasileira foi se moldando a partir de práticas higienistas e individualizantes, nas quais imprimiam discursos que culpabilizavam os indivíduos pelo seu sofrimento

(AQUIME, LEMOS & SAMPAIO, 2020, P.1493). Nesse sentido, a pobreza era uma das marcas em que a Psicologia apoiava algumas de suas explicações nos quesitos familiares, adaptativos e econômicos. Desta forma, o problema era individualizado, culpabilizando o sujeito por estas características, sendo uma das explicações dos transtornos e doenças.

A dificuldade de romper com essa lógica individual e classista ainda é um desafio no campo profissional da psicologia, no entanto, é preciso usar de ferramentas neste processo de trabalho além de se alicerçar ao que a própria Política Nacional de Assistência Social – PNAS aborda na intervenção dentro da Proteção Social Especial – PSE.

As reconfigurações dos espaços públicos, em termos dos direitos sociais assegurados pelo Estado Democrático de um lado e, por outro, dos constrangimentos provenientes da crise econômica e do mundo do trabalho, determinaram transformações fundamentais na esfera privada, ressignificando as formas de composição e o papel das famílias. Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Essa correta percepção é condizente com a tradução da família na condição de sujeito de direitos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social e o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2005, P. 33-34).

O CREAS está em processo de construção e a equipe multiprofissional também faz parte desta realidade, e como profissionais é importante romper com a lógica individual e higienista. Um dos importantes espaços para traduzir as angústias e questões são os Conselhos Municipais, fóruns de trabalhadores e entre outros espaços que possam ser trabalhados coletivamente.

Uma das potências encontradas no caminhar dentro da política de assistência social foi a discussão junto ao coletivo de pesquisa, podendo ver que outros profissionais de psicologia também passam por essas angústias e pensam em saídas para agir na micropolítica. No coletivo de pesquisa, uma das coisas mais ditas era a importância do nosso corpo como resistência de vários processos de exaustão e esgotamento.

A busca para romper uma psicologia tradicional que incumbe práticas higienistas é complexa, no entanto, como profissionais precisamos entender o usuário como político e social em meio a questões de situação de risco e vínculos enfraquecidos. Na medida em que a prática acontecia, muitas situações foram sendo trabalhadas durante a rotina em conjunto com a equipe multidisciplinar.

Além disso, acolher o que o usuário traz enquanto experiência é fundamental na atuação prática dentro da Média Complexidade. O acolhimento, os fóruns de debates, os Conselhos Municipais e espaços coletivos e trocas com outros profissionais são formas de resistência e lutas para romper com a psicologia tradicional e hierarquizada.

Uma mulher que tinha ido no Conselho Tutelar trouxe a questão de não ter sido escutada, que não conseguia ser ouvida e que no equipamento ela pode ser ouvida e conseguiu trazer toda a situação enfrentada e o sofrimento que estava passando. “Tiraram meus filhos de mim, sem me escutar ou fazer qualquer entrevista”, muita tristeza e sofrimento eram presentes em sua fala. No entanto, o fato de ouvi-la sem qualquer discriminação e/ou suposição agiu para potência e encontro desta usuária. No final do atendimento ela disse: “gostei muito de seu atendimento, você me escutou”.

Outro impacto importante na atuação dos profissionais é a forma de contrato, que está baseado em indicações políticas, o que se torna um fator complexo, já que em um equipamento existe a predominância de pessoas indicadas por certos políticos e em outros contextos existem outros aliados. O que foge muito do que realmente foi construído a partir de lutas de trabalhadores sociais, estudantes, professores e movimentos sociais do que seria a Política Pública. Nesse aspecto, os profissionais tanto da psicologia quanto de outras áreas são afetados por este tipo de política eleitoreira, que garante voto a partir do que será ofertado para o profissional e cidadão, onde somos consumidos por um governo que pode nos demitir a qualquer momento, e nos deixar sem chão e sem emprego. Por isso, no caminho deste trabalho é importante traçar o caminho do que seria a dimensão pública e a estatal.

Políticas Públicas e Estatais

Na atuação, percebi quais os limites profissionais que nos são impostos. Ao longo do trabalho de escrita foi muito difícil trazer o histórico das Políticas Públicas, entendendo que sua construção foi permeada de várias lutas sociais, e que são as políticas que garantem os acessos aos usuários que são marginalizados em seu cotidiano. No entanto, na prática dessas questões se perde, pois no território lidamos com outras políticas que são aquelas pertencentes a um prefeito, um vereador, um deputado e assim por diante, tendo essas tensões na experiência profissional, ressaltando que são processos que fazem os técnicos despotencializarem, descredenciando nessa política pública. Vale destacar que, a partir da educação, com a inserção no mestrado e o início da pesquisa, pude compreender que este é um processo desencadeado

pelo neoliberalismo. Além disso, outra nova dobradiça foi a compreensão da diferença entre a dimensão pública e a estatal.

A política estatal que se insere no território acaba sendo um viés de entender as políticas públicas como ineficazes e causando o desmantelamento delas contribuindo com afirmações de privatizações de setores. Coimbra e Leitão (2003) destacam a forma na qual o Estado tem a função de adestrar uma determinada experiência a fim deste controle e da normatização de um determinado corpo e que, como trabalhadores sociais, operamos neste sistema.

O que fica obliterado por este esquema de entendimento e a ideia de que um lugar de poder instituído, como aparelho de Estado, funciona em certas lógicas, e que ocupá-lo é, na maior parte das vezes, servi-lo na condição de operador de seus dispositivos e nesta condição, o operador não muda a máquina, ele a faz funcionar (COIMBRA & LEITÃO, 2003, p.11).

Além disso, são esses esgotamentos que alcançam a experiência. Quando uma determinada demanda chega até o serviço, como operar um sistema falido? Sempre falta algo dentro dessa estrutura estatal (OLIVEIRA e HECKERT, 2013). É preciso faltar algo para que os usuários e trabalhadores também desacreditem das políticas públicas. Seguimos determinadas ordens que partem de “cima”.

Uma das grandes angústias no trabalho eram as condições de um contrato que não garante nada, basicamente recebemos para sobreviver. Em todos os momentos atuávamos em prol da garantia de direitos, no entanto, era inexistente o nosso direito. A afirmação das Políticas Públicas é dar autonomia profissional, condições dignas de trabalho. No entanto, a dimensão Estatal é sempre a falta, e a pasta mais desinvestida é a da Assistência Social. Como orbitar outras lógicas?

Era cansativo receber ordens de “cima”, solicitando educadamente que algum profissional fosse em uma Ação Social no sábado e/ou feriado sem receber a mais pelo serviço prestado. Ou passar a madrugada na Escala de Emergência e não ser beneficiado com qualquer gratificação salarial. Posso dizer que a equipe estava cansada destas ordens, mas não poderíamos deixar de fazer, pois o medo imperava. Já que era única forma de sustento de nós profissionais do equipamento.

Tentávamos, como equipe, produzir desvios coletivos a este processo endurecido: profissionais que iam nas ações recebiam folgas; tivemos a iniciativa de montar um grupo de estudos para concursos públicos em prol de melhorias das condições de trabalho; saíamos depois do trabalho para conversar. Porém, é exaustivo sobreviver neste sistema, e isso também

se mostrava na relação com o usuário, que cobrava as demandas que não foram atendidas, ou não foram vistas.

A forma de operar esse poder acontece então de várias formas, uma delas na experiência do território. Destaco a situação tenebrosa que como moradora e trabalhadora me causou ainda mais esgotamentos, como se não houvesse saídas: a militarização e a segurança pública ocorridas em São Gonçalo na Comunidade Salgueiro em 21 de novembro de 2021 (não sendo abrangência do CREAS – Mutondo). Contudo, ficamos exauridos devido à força policial manifestada naquele momento. Considerando então uma chacina, onde corpos foram mortos em nome de uma política antidrogas, contudo há de se entender que é uma política considerada de extermínio a uma coletivização de corpos negros e periféricos.

Levando em consideração todas essas análises levantadas, que condições são essas que esse Estado Democrático de Direito impõe sobre determinados corpos e sobre nós, trabalhadores, se é ele mesmo que viola esses mesmos corpos e vivências, retificando essa dependência de algo e delimitando que esse corpo precisa entrar na lógica do funcionamento rentável?

Reflico aqui a partir do meu lugar de trabalhadora que precisamos dar conta de uma demanda, pois é nosso dever enquanto técnicos do SUAS, mas, ao mesmo tempo, e os nossos direitos? Onde eles ficam, em prol de quem/e de que?

Dentro das políticas estatais, percebemos então que há uma função de adestramento desse corpo, que precisa seguir uma série de regras para inserir sobre um determinado direito, seguindo ordenamentos no que o Estado diz que são deveres (COIMBRA & LEITÃO, 2003).

Coimbra & Leitão (2003) analisam e se questionam se o estatal é, de fato, necessariamente público, apresentando em seu texto a luta dos coletivos e dos movimentos sociais pelo fim da ditadura e das conquistas, das bordas, dos movimentos que tem a ver com a micropolítica, existindo uma troca de experiências e das forças do coletivo que estão sempre em movimento (COIMBRA & LEITÃO, 2003, p.11).

Nesse sentido, o estatal é o macropolítico que serve a uma lógica de normalização de um corpo, desacreditando na força de uma experiência e realizando a ressocialização destas vidas. O funcionamento acontece seguindo a lógica capitalística, que cria uma série de contradições como dominante/dominado, normal/patológico coabitando, com o pensamento de que o Estado precisa intervir nestas experiências para adequá-los ao sistema, devolvendo trabalhadores de excelência. Os trabalhadores sociais podem servir a esta política estatal, sendo

responsáveis por reproduzir certas práticas desta política, “[...] o operador não muda a máquina, ele a faz funcionar (COIMBRA & LEITÃO, 2003, p.11).

A análise do texto também segue o estudo de Foucault sobre o poder, que opera na individualização, na culpabilização dos problemas e em uma existência cada vez mais privada. Nesse sentido, é importante trazer uma discussão sobre as relações de força e poder que Foucault (2006) denomina como biopolítica: o poder que consiste em um processo no qual a lógica imperativa é a do poder-saber, esse poder vai ditar sobre os processos de vida.

Dessa forma, Foucault (2006) analisa a relação deste poder-saber nas configurações sociais, tendo como pano de fundo de análise a Europa. Na Idade Média, esse poder-saber era do rei e da própria Igreja Católica, os quais ditavam quem deveria morrer ou viver. Existia uma relação entre a Igreja e a Monarquia, na qual a religião afirmava que o rei era escolhido por Deus e por isso os seus súditos deveriam segui-lo. Em seu trabalho “O Nascimento da Medicina Social” (2006), Foucault analisa esses processos de poder.

Nesta perspectiva, com a união da Igreja e da Monarquia configurava-se um poder que ditava sobre estes súditos. Cabe destacar que houve uma reconfiguração desse poder devido às transformações sociais que ocorreram no século XIX, como o Iluminismo, que tinha como objetivo a ideia de trazer “luz” e conhecimento para o mundo sob os ideais de fraternidade, liberdade e igualdade. Outro processo também para a reconfiguração deste poder foi a Revolução Industrial, que mudava o sistema econômico do agrário para o industrial e trazia constante crescimento urbano e mudanças de emprego que agora se davam nos grandes espaços industriais. Essas importantes mudanças começaram a eclodir no campo social e nos trabalhadores.

Destaca-se que não existia mais um rei ou uma Igreja legislando sobre determinado corpo. Com o crescimento industrial e a formação de um proletariado (trabalhadores), existe um novo campo de análise. No que tange a este contexto, Foucault (2006) em seu livro discorre sobre o início de um poder disciplinar com o objetivo de docilizar o corpo deste trabalhador em prol de um sujeito útil e rentável a esta indústria. Os avanços científicos cresceram em busca de uma higienização da cidade para evitar as doenças, e a criação dos cemitérios como locais próprios para enterrar os mortos. Na Idade Média os corpos eram enterrados na própria cidade, sem qualquer cuidado em relação a doenças. Essas importantes condicionantes foram mudando os regimes do poder. Cabe destacar que a ideia de criação de uma liberdade econômica do

Estado, isto é, o Estado tendo mais autonomia e liberdade econômica para se autogerir, consolidou-se na Europa um Estado que se regula economicamente.

Todas essas transformações corroboram em novos regimes de poder, e na atualidade percebe-se a sofisticação deste novo poder: a biopolítica, que se apresenta como um saber-poder onde o saber da Ciência e o poder do Estado se unificam para ditar certas verdades sobre determinado corpo, criando dualidades entre o que é normal x patológico, saudável x não saudável. As experiências, em algumas situações, acabam sendo reduzidas, já que precisamos de certo modo seguir esse padrão. A biopolítica se insere nesse modo de gestão da vida dando certa forma para a experiência. Nesse contexto, outras vivências que desviam da norma estabelecida acabam sendo corpos vistos como matáveis e inúteis.

Coimbra & Leitão (2003) refletem sobre esse poder no Brasil, tendo como contexto as consequências de um Estado que tem em sua prerrogativa ressocializar o indivíduo, usando os operadores deste Estado para tal ação, contudo, é o mesmo Estado que prende, viola e negligência estes corpos desviantes, desnormalizantes.

Reflexão essa que chega nas práticas, já que em alguns momentos se o adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa – MSE não estiver indo ao equipamento, possivelmente temos como técnicas produzir o relatório de Descumprimento. Em um caso que pude acompanhar, um dos usuários não estava frequentando o CREAS pela sua fragilidade mental. Estava sendo acompanhado pelo Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil – CAPSI, e fiquei tocada com este caso. Fiz rede com o CAPSI e produzi um relatório para a Justiça pedindo a reavaliação da sentença do usuário. Como realizar práticas de socialização e um município que não oferece verdadeiramente esses espaços? A lógica é que todos precisam se ressocializar, e entrar em um parâmetro normativo, no entanto, quais são as ofertas e ferramentas dadas a esses meninos? E a nós, trabalhadores?

Ressaltando que, quando essas lógicas operam, a primeira sensação é de imobilidade, porém, a atuação necessariamente precisa resgatar saídas deste processo. Uma das saídas que se apresentou na vivência é o compartilhamento dessas angústias produzidas por este poder. Por vezes, chegavam relatórios que estavam pedindo a avaliação de certa família que estava em situação de violação de direitos pela negligência do próprio Estado.

É no espaço dos que estão na borda e dos que dela espirraram que “funcionam” os serviços que executam as políticas públicas formuladas pelos gestores atrelados ao o sistema público de saúde e o aparelho de re- ,a rede pública de educação: Estado cada um respectivamente destinado, socialização do sistema prisional dentre outros

conforme a pretensão por serviços ou produtos que almeje o desqualificado candidato (COIMBRA & LEITÃO, 2003, p.9).

Destacando que, enquanto escrevo essa dissertação, me deparo com cenas como falta de material, poucos técnicos, serviços que são feitos para não funcionar. E assim, vamos nos desgastando, na medida em que precisamos “dar conta”, que precisamos ser corpos produtivos para o trabalho, e quando paralisamos por vezes somos descartados.

Em uma manhã no trabalho, fomos chamados para realizar visita em uma residência na qual a empresa de energia alegava que a casa estaria ocupando uma das torres de distribuição de luz. O intuito era “convencer” a proprietária e/os seus inquilinos a saírem daquele terreno, aceitando programas como Casa Verde e Amarela (hoje o Minha casa, Minha Vida) e o aluguel social, reforçando que nenhum dos dois benefícios habitacionais estavam de fato funcionando (2021).

Nesse trecho, percebemos as forças institucionalizadas que agem no território e, conseqüentemente, no corpo dos trabalhadores do equipamento, que se deparam com esses tensionamentos durante a sua prática. Os equipamentos que atuam nas pontas são projetados para não funcionar, agindo literalmente como aqueles que apagam incêndios pontuais, no entanto, outros de maior intensidade sempre surgem ou ressurgem.

Acompanhamos um caso em que o adolescente está sem condições nenhuma de moradia, a casa fica localizada ao lado de uma vala a céu aberto e a residência já sofreu várias enchentes. Contudo, em 2023 o Aluguel Social foi recusado pela Justiça, a mesma Justiça que pede para acompanharmos o caso e analisarmos a possibilidade desse programa. O princípio cruel, no qual a família é exposta à extrema pobreza, e as políticas estatais na verdade inviabilizam qualquer movimentação, já que dependemos de uma ordem judicial, desse saber-poder.

Em registro me vem à memória e consigo sentir como fiquei abalada com essa notícia, lutamos, realizamos um trabalho, acompanhamos de perto essa família e a vulnerabilidade social, contudo, um processo que ocorreu de forma lenta e sufocante teve um ponto final. Ponto final este que afetou o meu corpo, disparou revolta, fiquei enraivecida com essa situação. Por que negar a uma família o Benefício de VIVER? Lembro da fala chorosa desta família que não vê mais caminho e/ou possibilidade. Como conseguir idealizar qualquer prática de educação a este adolescente e seu núcleo familiar se nem a garantia de uma residência eles têm? Me lembro do cheiro da casa, como se tivesse algo queimado dentro dela, escuro, e a falta de

móveis. Traduzir em palavras e registros é um afeto que quando escrevo me faz querer chorar de raiva.

Quando essas cenas surgem, lembro-me do estudo realizado no coletivo de pesquisa com o livro de Lemke (2018) sobre a Biopolítica. Esse conceito emerge como um disparador ao pensar nessas cenas e no trabalho no SUAS. Há uma preocupação em validar as políticas públicas, com o Estado tomando poder para controle dos corpos e produzindo considerações sobre a concepção de uma verdade absoluta sobre a realidade desses mesmos corpos.

Nesse sentido, uma ideia de norma precisa ser criada para conseguir cumpri-la. Existe a dimensão da Política Pública enquanto normativa e construção de vários movimentos políticos e sociais para reivindicações que pudessem trazer direitos básicos. No entanto, o objetivo da narrativa desta escrita é questionar como essa política pública foi tomada em prol de ferramenta de manipulação para operacionalizar certas normativas convenientes para o poder neoliberal.

Uma das coisas mais cruéis na prática com os meninos de Medida Socioeducativa ficou estampada é dizer que os meninos não comparecem nos passeios cedidos pela Secretaria Municipal, pois eles não têm responsabilidade no que diz respeito ao cumprimento de sua Liberdade Assistida. Em reunião, coloquei o que achava. A Secretaria queria impor um passeio no qual não foi ofertado transporte para buscá-los em suas residências, com o ponto de encontro em Venda da Cruz (bairro do município) e grande parte deles não tinha fácil acesso a este bairro. Outros tinham que trabalhar, de maneira informal, e não havia como deixar de fazer uma atividade que ajudava a pagar as suas contas.

No final das contas, que tipo de passeio é esse que não oferta ferramentas básicas para o acesso à cultura, arte e lazer? O passeio em questão era para conhecer o Cristo Redentor, no entanto, não iria ser ofertado o almoço para eles e nem para nós trabalhadores. A única coisa que foi dada foi um lanche, com biscoito, suco e maçã.

Nesse sentido, a biopolítica é a forma de operar o poder nestes corpos coabitando essas normativas que sobressaem aos usuários e aos próprios trabalhadores, que precisam convencer, por exemplo, os adolescentes a irem neste passeio, pois será fundamental no cumprimento de sua Medida Socioeducativa. Uma verdade imposta na qual precisamos nos encaixar para o funcionamento de uma certa verdade naturalizante.

[...] pensa o poder como relação de forças imanentes materializadas em práticas, técnicas e disciplinas, diversas e dispersas, presentes em todo o campo social, envolvendo igualmente dominadoras e dominados. Assim, o aspecto privilegiado pelo pensador em sua análise se concentra não no poder, mas nos efeitos da relação

saber/poder relativos ao modo individualizante de subjetivação (COIMBRA & LEITÃO, 2003, p.4).

Sendo assim, o Estado opera em seus meios de governar a vida e a criação de uma dependência deste usuário a este sistema. Dessa forma, depende-se deste Estado que acaba criando certas regras estabelecidas para as experiências. Foucault (2006) tem como objetivo de seu trabalho entender os efeitos da relação do saber-poder e as mudanças sociais causadas por esta relação.

Essa nova arte de governar se caracteriza essencialmente, creio eu, pela instauração de mecanismos a um só tempo internos, numerosos e complexos, mas que tem por função e com isso, digamos assim, que se assinala a diferença em relação a razão de Estado não tanto assegurar o crescimento do Estado em força, riqueza e poder, crescimento indefinido do Estado, mas sim limitar do interior o exercício do poder de governar (FOUCAULT, 2008, p.39).

No trabalho no CREAS, lidamos diretamente agora com as normativas impostas pelo Estado e pelo saber Judiciário. A junção do poder e do saber inserindo formas de governar, operar e controlar. Dessa forma, o controle assume a forma de um princípio motor da biopolítica engendrando determinadas normativas nos corpos dos sujeitos (FOUCAULT, 2008, p.92).

Nesse sentido o saber judiciário e o Estado ditam, formulam e produzem sobre os nossos serviços, funções e compreensões como técnicos e operantes da ponta do SUAS. Por vezes recebemos ofícios que ditam as ações e/ou estratégias sobre os territórios e os corpos que habitam esse território. A vida aqui assume então a forma de um objeto refinado do poder, sendo a tomada feita pelo capital. Não existem respostas, recebemos “solicitamos a inclusão nos serviços socioassistenciais”, “a avaliação de medida de abrigamento” e “acompanhamento familiar dos infantes”. Qual é o preço dessas afirmações? É o poder sendo considerado um saber que se junta com as leis/políticas/regulamentos e assumem um certo controle deste corpo a fim de produzir essas “exclusões” e para logo em seguida solicitar “inclusões”.

Surge aqui um resgate de uma cena quando recebemos do Ministério Público uma solicitação daquilo que deveríamos fazer no caso. Por vezes essas demandas também aconteciam a partir daquilo que eles queriam como acompanhar, garantir o benefício, regularizar e orientar em relação a escola. Como se nosso trabalho fosse controlado por essa força, determinando ou ditando aquilo que necessariamente precisamos fazer em cada caso. No entanto, quando “dependemos” dessa força para garantia de um direito, como o caso dos

Programas Habitacionais de Aluguel Social, esse “bater do martelo” é feito de forma negativa, o que gera angústia no corpo desta trabalhadora que vos fala e dos próprios usuários.

O poder do Estado e o saber da Justiça produzem certos atravessamentos na vida dos usuários. Em uma reunião de caso no Ministério Público, discutíamos de que forma podíamos fazer com que o usuário frequentasse as aulas, pois estava em evasão escolar devido à seu quadro de saúde mental. No entanto, quando questionamos se os serviços ao menos conheciam o adolescente, nenhum presente na reunião sabia e/ou encontrou com ele. A preocupação era a reinserção na escola e a frequência do usuário no serviço de saúde mental. Fato que me gera incômodo é que em nenhum momento são pensadas educações outras para além daquelas consideradas enquanto formais pelo Estado. Parece que a vida em relação a esse direito “de precisar estudar” precisa ser cumprida. Mas que outras políticas podíamos produzir para além dos controles estatais e neoliberais por um sujeito que precisa ser considerado útil e mercadológico?

Essa lógica produz um pensamento de que o usuário é responsável pelas suas escolhas e pode seguir o caminho que preferir, existindo então uma constatação de uma verdade absoluta: “só não consegue quem não quer”. Diante disso, nos atendimentos com o sistema socioeducativo, percebe-se o maciço investimento de operacionalizar a lógica na qual o indivíduo consegue sozinho solucionar seus problemas.

Em atendimentos a MSE, precisamos elaborar o que chamamos de Plano Individual de Atendimento (PIA). Mas o que elaborar? Na maioria das vezes a Secretaria oferta cursos de capacitação para que o usuário possa ser um empreendedor de si, abrindo seu próprio negócio, etc. Em um dos atendimentos me surpreendi pela dificuldade na leitura e na escrita de alguns destes adolescentes, e propus em uma reunião de equipe fazer uma oficina de leitura e escrita, para compartilhar experiências e produzir um espaço coletivo para saber o que pensam da escrita e da leitura. No entanto, não consegui colocar essa ideia em prática. A Secretaria estava mais preocupada em encaminhá-los a estes cursos de capacitação e nós técnicos precisávamos produzir relatórios nos quais ofertamos os serviços que estavam disponíveis.

Temos um cenário que a biopolítica opera na individualidade das causas e dos seres, afirmando que as causas e efeitos são de ordem naturalmente interiorizadas e individuais. “É pretensão do Estado ser imagem interiorizada de uma ordem do mundo e enraizar o homem” (Deleuze & Guattari, 1995, p.48). Interessa aqui, de forma crítica, discorrer sobre essas linhas e tensões e não desqualificando as “conquistas” alcançadas pelos movimentos em relação as

Políticas Públicas, produzindo análises da tomada destas políticas em prol de ferramenta de controle de usuários e trabalhadores.

Muitas pessoas perguntam: qual foi sua forma de ingresso na prefeitura? Indicação de um político. É assim que funciona e como o poder opera em nossos corpos. Se não estão satisfeitos podem sair, pois tem muitas pessoas nas filas esperando para entrar.

Não ver sentido nessa política estatal foi a angústia que se tornou o fio condutor deste trabalho, a que transforma um movimento de luta e reivindicações em algo que se mostra banal como nosso próprio salário. Somos trabalhadores que recebem o mínimo, é sempre no mínimo que operamos.

Na atuação também lidamos com os corpos que estão em risco pessoal e/ou social, uma dimensão aonde o que chega no CREAS já são corpos que foram as bordas, ou seja, aqueles que sobram. Os que acabam sendo imputados precisam ter seus direitos garantidos, e por vezes é complexo demais esse trabalho. Técnicos que trabalham na ponta precisam ser pequenas formigas que vão construindo aos poucos suas ferramentas para conseguir resistir a alguma negativa imposta da Secretaria, Judiciário e entre outras instituições.

Em um caso específico, uma mulher solicitava de maneira desesperada a saída do seu marido, pois ele estava acumulando lixo e pelo relato dessa mulher ele também a agredia. Ela queria que algum órgão da prefeitura fosse recolher os lixos que ele estava fazendo e que pudesse retirar ele da casa que afirmava ser dela. Já chamou a polícia, diz que eles não fazem nada, só acham que ela é louca.

Não existe nenhum órgão para retirada de lixo e/ou pertences, tentei articular com o Parques e Jardins, sem retorno. Fomos até a residência e escutamos o marido que parecia precisar de um acompanhamento da rede de saúde mental, mas ele não quis o serviço. E não deixou a residência. Toda vez que aparece no CREAS essa mulher chora, e diz que não tem mais vida. E não temos nenhuma alternativa, mandamos o caso para Justiça. No entanto, sem retorno. São esses os corpos que vivem à margem, à borda e chegam até o serviço, corpos que também aparecem como matáveis e desnecessário. Vale destacar que essa mulher era negra e assalariada. E como nos vemos sem saída, judicializamos este caso, o que se assemelha com a macropolítica.

Os corpos que chegam até a PSE – Média Complexidade são aqueles que estão à margem e necessitam de garantias mínimas do Estado. No entanto, o que esse Estado produz neste corpo? São realmente necessários?

Essas afirmativas e narrações disparam a pensar a conexão entre o controle dos corpos e aqueles que não servem mais a este Estado Democrático de Direito. Em vários diálogos com os usuários de Medida Socioeducativa existia um incômodo, eles eram parados por policiais por estarem cumprindo a sua Liberdade Assistida – LA e/ou Prestação de Serviços a Comunidade – PSC. Em outras situações, a forma em que foram “pegos” pela força policial me chocava e para eles parecia ser comum passar por essas vivências.

Tia, eu fui pego e achei que ia morrer, o policial não levou direto “pra” delegacia, me deram uma surra, e falou que ia me matar, achei que naquela hora não ia sobreviver. Mas, depois disso me levaram para delegacia.

Meu neto levou uma surra dos policiais, como se fosse um aviso para ele ficar quieto, está todo machucado. Acredito que ele não contou para vocês né?

Tia, não fui eu que cometi esta infração, eu não fiz isso, eu não tinha uma arma, queria provar minha inocência.

Esses adolescentes têm características em comum: são negros, homens e periféricos. Aqui então acredito que se encontra os desdobramentos entre a biopolítica – sendo o sistema socioeducativo uma forma de ressocializar esse usuário para uma lógica normativa para ou ser um empreendedor/abrir seu próprio negócio e/ou ser um trabalhador útil ao mercado – e a necropolítica, pois são corpos que não servem a este Estado Democrático de Direito, e por isso podem ser isentos de oportunidades, acessibilidades e garantia mínimas de direitos, que já não são cumpridas desde quando são detidos.

Esta é a faceta então deste poder onde existe um inimigo que precisa ser combatido, são escolhidos quem morre e quem fica, o que toma sempre o cenário do território é a violência. Nos equipamentos públicos permeiam algumas engrenagens deste sistema para consertar determinado corpo ou eliminá-lo. Na análise como técnica de Medida Socioeducativa, a escola surge como a tensão principal destes adolescentes, já que precisamos comprovar a sua frequência escolar para a Justiça, a fim de que este órgão fiscalize a sua progressão dentro da sua Liberdade Assistida – LA e/ou Prestação de Serviços à Comunidade – PSC.

Como dizer a um jovem que a escola é a salvadora do seu processo para afastá-lo do “mal da sociedade”? Que apostas são essas, quando a escola também assume um papel ditatorial sobre o seu alunado? Em um caso o jovem foi expulso da escola porque estava vendendo drogas dentro da instituição, sendo uma demanda mais fácil expulsá-lo individualizando e o culpabilizando por uma construção social e existencial. Como pensar em outras formas e estratégias que possam não individualizar o problema?

A faceta da biopolítica e da necropolítica é construir problemas que culpabilizam os usuários, professores, técnicos do SUS e do SUAS com ações de morte, seja ela literal ou subjetiva, pois o sujeito acaba construindo uma lógica do fracasso. Fragmentar esse sofrimento parece ser interessante, fazendo-nos atuar como Regina Benevides de Barros nomeia enquanto “modo- indivíduo”⁷, operando em nosso corpo e introduzindo falsas produções, sugando a energia desse corpo trabalhador e dos alunos/usuários/sujeitos assistidos por nós.

Lembro-me de quantas vezes eu senti essa culpa, achando que era uma péssima técnica, aluna e possivelmente não conseguia dar conta, resolver problemas, não ter propostas para apresentar a esses adolescentes e jovens sem ser: “você tem que ir para escola”, “a escola é fundamental no seu processo de socioeducação”, “senão não podemos realizar nenhum trabalho com você”, “precisa querer ter outra realidade construir outro espaço”. Como? Essas perguntas eclodem! Sem oportunidades? Vivemos espaços de “prisões” afetivas e emocionais que nos devoram.

É possível habitar um lugar que não foi ofertado para suas demandas? Como reerguer novas práticas? Haja vista também o processo que ressoa no coletivo dos trabalhadores. Matérias e matérias, fábrica, produtos de novas encomendas que chegam na assistência social, chegam na saúde mental e o que resta? E o corpo, como fica? Fabricamos este excluído que acaba sendo alvo desta política, mas exigindo que ele passe por processos normalizadores, que não serve àquela vida e existência.

Ao encarar esses “pós”, ainda nos valemos deste tempo produtivo/normalizado e por consequência dessa transmutação de tempo adoecemos na imanência que não conseguimos “dar conta”, que precisaríamos de mais horas em nosso dia.

⁷ Regina Benevides de Barros (2007), em seu livro Grupo: a afirmação de um Simulacro, descreve em sua primeira entrada o indivíduo como modo de subjetivação tendo como análise o cenário do século XVIII e a passagem para um novo poder: o capitalismo.

ENTRADA 3 – PANDEMIA E A PRÁTICA DESTE CORPO

Tempo

[...]

Tuas ideias não correspondem aos fatos

O tempo não para

Eu vejo o futuro repetir o passado

Eu vejo um museu de grandes novidades

O tempo não para

Não para não, não para

Eu não tenho data pra comemorar

Às vezes os meus dias são de par em par

Procurando agulha num palheiro

Nas noites de frio é melhor nem nascer

Nas de calor, se escolhe, é matar ou morrer

E assim nos tornamos brasileiros

Te chamam de ladrão, de bicha, maconheiro

Transformam um país inteiro num puteiro

Pois assim se ganha mais dinheiro

A tua piscina 'tá cheia de ratos

Tuas ideias não correspondem aos fatos

O tempo não para

Eu vejo o futuro repetir o passado

Eu vejo um museu de grandes novidades

O tempo não para

Não para não, não para.

[...]

(Cazuza)

Como dizia Cazuya “o tempo não para”. Insistimos em reproduzir o passado, mudanças acontecem, no entanto, os mesmos problemas persistem de formas distintas. Vivemos então em um mundo no qual ecoam falas como: não podemos parar, “mente vazia é oficina do Diabo”, “ocupa seu tempo, ficar com tempo livre não faz bem a ninguém”. O tempo não para, mas aprendemos a dizer que quando estamos sem fazer nada somos improdutivos, somos inúteis e, além disso, somos considerados vagabundos. Quando temos e/ou conseguimos esse tempo, encaramos ele com culpa por não estar fazendo “nada”, invalidando a experiência deste tempo.

Quando andamos na rua, somos tão mecânicos, marchando em direção ao trabalho, academia e compromissos como médico, levar os filhos para escola e outras muitas atividades do nosso cotidiano. Na Pandemia, o tempo e a incidência dessas imagens pelo território foram inexistentes, ficamos restritos em nosso privado, no apartamento, casa, vendo as mais variadas “lives”. Ainda assim, houve quem não parou, no entanto se exauriu, esgotou! Há diversas experiências subjetivas do que encaramos enquanto tempo, sendo um tempo para além do histórico, encadeado, existindo um passado-presente-futuro. O tempo é existencial, sua formação se dá na imanência constante dos processos nas vias/nos entrecruzamento destes acontecimentos.

Considerando as linhas iniciais, os corpos destes trabalhadores e alunos foram transformados por este tempo no decorrer da Pandemia e destes “pós”. Em alguns casos o tempo se tornou cruel, já que levou empregos e o sustento de muitos. Em outras realidades foi “bom para esfriar a cabeça”, “arejar a mente”. Ao nos depararmos com a revisão bibliográfica temos a consciência do quanto este tempo afetou a saúde mental dos trabalhadores, discentes e docentes, contudo, de novo parafraseando Cazuya, “Eu vejo o futuro repetir o passado”, repetindo, reproduzindo e naturalizando esse homem, o empreendedor de si, expressando a dimensão da produção a partir do capitalismo.

No meu processo enquanto trabalhadora do SUAS o tempo é fundamental, eu queria que o dia durasse 27h. Eu não consigo, não dá para dar conta de tudo, das demandas, dos atendimentos. São várias coisas. Precisamos além de ser trabalhadoras, ter tempo de nos cuidar, de ser mulher, de escrever, de estudar, de ler. Ah quanta coisa, pode mesmo o dia ter 24h?

Quando escrevo permito lembrar da correria de ter que trabalhar e estudar, dar conta deste mestrado que se fez on-line. Ao me deparar presencialmente na universidade, me emocionei, andando no espaço, sentindo o vento das árvores, sentimento que o tempo ali era do sentir, da experimentação de algo novo, da aposta em estar naquele ambiente, sentir, andar

pelos blocos. Ressoando o tempo, da primeira vez que experimentei a comida da bandeirão, destas experiências que não foram vividas anteriormente. Temos então, o tempo do prazo que é fundamental, mas acredito na potência dessa experimentação que só pode ser vivida na movimentação do corpo na universidade.

Mas que tempo temos produzido nesses “pós”? Acredito que nos sentimos em um tempo vazio de produções, sensações e sentimentos que nos conduzam para outras formas de experienciar a vida. Delimitamos nossas experiências na produção de exaustão, cansaço dos nossos corpos, na medida que isso também acontece com os alunos/usuários das mais variadas instituições. O tempo funda a produção, o esvaziamento das vidas, a formulação do tempo enquanto um trabalhador pronto e útil, um aluno produtivo, e se não for produtivo ele é considerado fora do padrão logo é diagnosticado (WISER, 2023).

Tempo! Quem diria? Resistimos a um vírus, no entanto, vivemos mortos, mortos em si, produção, produção! É preciso produzir! Constantemente chamados para isso, trabalhadores e usuários. Quem não trabalha é considerado o quê? Vagabundo, desocupado, e são essas frases que ecoam dentro do campo. Somos capturados a este tempo, nossas afetações no campo por vezes não são vividas. O que acontece? Adoecemos! Alunos e trabalhadores, adoecemos pois não respeitamos o nosso próprio tempo. O nosso tempo existencial, a experimentação deste corpo, a angústia. Não chore, persista, siga em frente, fique! Vai passar, frases comuns que ouvimos em meio à exaustão sentida e vivenciada. O tempo então se torna crucial, na medida em que se torna um processo gradual de nossas realidades que são capturadas por essa máquina capitalística, o aniquilamento gradual do que chamamos de leveza, da produção de fugas, de escapes e de novas formas até mesmo de viver esse tempo. Precisamos produzir, dar conta, não sentimos, só fazemos, é uma experiência que vivencio no cotidiano do serviço público, apenas faça, opere, pois precisamos entregar.

Prazos esses que o Ministério Público manda como “Urgentes”, ficamos enlouquecidas para responder, pois se fala de uma urgência a priori, necessitamos do agora, do hoje. O tempo se torna crucial em nosso trabalho, por vezes, precisamos engolir os nossos incômodos pois precisamos nos calar. Sufocamento! Corpo exaurindo, é essa sensação! Acredito aqui que os usuários que tenho me deparado ressaltam a mesma situação de não conseguir, de desistência, até mesmo dessa exaustão da vida. Um jovem relata ter que trabalhar, estudar a noite e ainda cumprir LA no CREAS. Até quando o corpo vai suportar?

Lidamos com essa emergência da vida, que tem uma maneira sutil de imperar sobre a nossa realidade: *em momentos pensava que não conseguiria, que não teria tempo para*

pesquisar. Como é possível fazer o mestrado sem bolsa? Como é possível trabalhar em paralelo com um serviço que te faz ficar exausta? Várias inseguranças em relação ao tempo, e com os usuários o encontro sempre levava a pensar que parece que o dia sempre é cheio, nunca há espaço para outras forças tangíveis. Imperando o imediatismo, o tempo a partir desta realidade mais dura.

Wiser, 2023, aborda sobre esse tempo em uma catástrofe, na qual ele também é capturado, na qual o “pós” acaba sendo transmutado com um projeto onde a classe dominante quer voltar a todo o vapor, pelos prejuízos gerados, sendo as cargas horárias de trabalho aumentadas, horários de trabalho mais longos, e outras questões que anteriormente eram questionadas, como por exemplo a idade da aposentadoria. Cabe destacar que, seguimos então apostando nas brechas, na coletivização deste tempo que também produz códigos, reproduções, no entanto é fundamental o movimento de produzir fugas “o objetivo é requalificar o tempo das nossas vidas, após o capitalismo ter feito de nossas vidas existências sem qualidades” (WISER, 2023, p.5).

Pandemia e prática deste corpo – O que é possível?

É esse o caminho que tento trilhar a escrever e a trazer nessa terceira entrada para a análise de novas produções, para um caminho que não é estabelecido, que é remontado e feito pelos afetos. O tempo se tornou crucial no ritmo do meu trabalho, ritmo este que se faz duro. O discurso é: não temos tempo e é onde nosso trabalho se insere, o da impossibilidade. As visitas domiciliares são feitas de forma rápida, para conseguirmos ter maior número de produtividade nesta rota. Ah! Sobre as rotas, fazíamos para economizar o tempo, tudo girando ao redor desta urgência do trabalho. E assim seguimos, trabalhadores e assistidos nos vendo no mesmo lugar do tempo do capital no qual nos esgotamos. Na Pandemia, assistimos a vida e o tempo acabarem com o último respirar, com o sufocamento, com a falta de ar. No “pós”, nos encontramos sufocados existencialmente, trabalhadores e assistidos, na angústia de lidar com sistemas que permeiam esse ideal do homem produtivo.

Sujeitos! Mas qual vida?

O que impera na lógica da ira?

Transmutando a nossa vivência em controle, produtividade, normalizações, como imperar nessa vida?

Como operacionalizar uma saída?

Esgotamento, exaustão, pelo império dessa máquina capitalística
Apostamos então, em desvios, dobras, encarando a Pandemia, a Assistência Social e a Educação como alvos desta máquina no que chamamos Estado.

Vamos andar, e nessas andanças nos conduzem para algo que produz novas rotas!

E assim eis que nos encontramos na terceira entrada, fundado na arte de ser vivida!

Aqui nos importa trabalhar diretamente com esses desvios, em meio às tempestades e dificuldades citadas na construção deste texto. Aposto aqui pela via da Filosofia da Diferença, pela construção desta vida enquanto potência e desses encontros que fazemos e refazemos diante das impossibilidades, do nada e do próprio coronavírus. No entanto, a aposta é pensar nos encontros possíveis, nos diálogos e tecer análises do “pós”. Assim como uma construção de uma casa que precisa ser sustentada com colunas e vigas sólidas, é importante carregarmos as estruturas destas brechas como se fossem essas vigas que nos sustentam no campo de força e nas interseções da angústia e do cansaço.

Transformando então, essa última entrada em possíveis tessituras, reinvenções, apostas possíveis, com esses afetos, buscamos a construção pelo caminho potente usando como material e nos apegando à Filosofia da Diferença e à incidência da força gerada na micropolítica. Força esta que transita a partir da coletivização dos corpos e da própria vida, se desgarrando do que denominamos enquanto individualidade, indivíduo, termos estes que caracterizam a privatização desta vida, tomada pela lógica do capital.

Penso no ato enquanto trabalhadora, que muitas vezes se viu sozinha, contudo, construí redes de afeto, compartilhando esta vivência e vendo que não estou sozinha nesta macropolítica que incide sobre meu corpo. Nos deparamos com a Pandemia e com a realidade da vida após. Esse após continua sendo tomado por essa efetivação do homem enquanto máquina, e penso no trabalho, no tempo, na escola e na educação. Nesse sentido, em várias experiências pensei em desistir, angustiada, em todos os momentos pensava nesse modo individual. Atolados pelo excesso de trabalho, pela dureza do Estado e pela formulação do lugar judicializado, criminalizado e de violência.

Ecoam nas minhas lembranças cenas das mortes e da pobreza vivenciadas no campo. Percebemos a máquina da reprodução do Estado em “excluir” para depois “incluir”. Lógicas essas que levam à reprodução de fato, deste sistema. Operacionalizar um desvio se torna importante neste trabalho, entendi que são produzidos a partir do encontro com esses sujeitos assistidos pelas políticas públicas.

Lembro de várias situações: em uma visita domiciliar em uma casa que tinha estruturas precárias, nos deparamos com uma criança e um adolescente que não haviam ainda ingressado no processo de alfabetização, a genitora também não sabia ler ou escrever. Conseguimos realizar uma conversa com o CAPsi a fim de criar apostas a estas vidas, pois, como moravam longe e não sabiam transitar pelo viés do transporte público, no primeiro momento não havia nenhuma condição. Marcamos o carro e levamos esta família ao CAPsi, um espaço com brinquedos e uma coisa que eles amavam, inclusive a genitora: espaço para o almoço. Ao longo dos atendimentos no CAPsi, as técnicas me mandaram uma foto do adolescente fazendo um coração destinado a mim. Afeto! Encontro! Produção! É nesse movimento que quero apostar. Ao escrever, essa emoção vem à tona e me faz produzir afetos alegres em relação a esse acontecimento.

Afeto, tomo esta palavra que possui ação de diminuir e/ou aumentar a nossa potência de agir, do nosso corpo. Este corpo tão acostumado a transitar na cidade, no trabalho, em lugares, ele é aquele que não podemos conceber a priori, não podemos determinar o que pode esse corpo e suas incidências, ele se dá nesse por vir que está em movimento neste encontro e que pode produzir afecções que aumentam ou diminuem a nossa potência de agir no corpo (SPINOZA, 2009). Corporeidade que neste trabalho é trazida a partir das experiências. Spinoza (2009) se pergunta, o que pode o corpo? Dizendo que para esse corpo não existem limitações e fronteiras, ele se faz e refaz.

É assim que me sinto dentro do serviço público: corpo cansado, exausto, e ao mesmo tempo nos encontros com os usuários, nas visitas, nos perrengues, ele cria uma camada. O que pode um corpo? Também é um movimento que me pergunto dentro da minha movimentação enquanto corpo de uma trabalhadora e daqueles que são assistidos de certa forma por mim. Pensar em afetos traz às minhas memórias fases que diminuíram minha potência de agir: a negativa da Justiça, as impossibilidades dos recursos financeiros, a falta de carro, entre outros. Penso também nos encontros que aumentaram minha potência de agir, que seria a costura com as minhas colegas de trabalho, as risadas, as comemorações, encontro com uma criança que se sentou no meu colo e ficou desenhando, pediu biscoitos e na brincadeira se expressava de forma única. O encontro com uma usuária que mostra a felicidade de conseguir seu tão sonhado benefício, depois de muitos anos lutando por esse direito.

Na construção desse corpo também precisam ter camadas para se sustentar de certa forma em uma realidade que se apresenta dura, para operacionalizar desvios. *No equipamento CREAS encaro minha chegada como meu próprio corpo, com esses afetos tristes que*

diminuíram minha potência de agir, mas acredito que foi fundamental para criar uma casca de força para desvios possíveis. Assim, penso que o encontro, potência, afetos, são fundamentais na construção do meu corpo enquanto trabalhadora e principalmente neste corpo que se formou na Pandemia e após o coronavírus.

É nesses apontamentos que podemos discutir sobre o que fazemos com o nosso corpo, indagando a necessidade de mantê-lo nessa constante produtividade. Precisamos fazer mais, trabalhar mais, parece que nunca é suficiente. Escrevendo essas linhas me lembro de um poema que penso nesse processo de mortificação subjetiva deste corpo e dos afetos que o permeiam e realizam outras movimentações e afecções.

POEMA EM LINHA RETA

Nunca conheci quem tivesse levado porrada.
Todos os meus conhecidos têm sido campeões em tudo.
E eu, tantas vezes reles, tantas vezes porco, tantas vezes vil,
Eu tantas vezes irresponsavelmente parasita,
Indesculpavelmente sujo,
Eu, que tantas vezes não tenho tido paciência para tomar banho,
Eu, que tantas vezes tenho sido ridículo, absurdo,
Que tenho enrolado os pés publicamente nos tapetes das
etiquetas,
Que tenho sido grotesco, mesquinho, submisso e arrogante,
Que tenho sofrido enxovalhos e calado,
Que quando não tenho calado, tenho sido mais ridículo ainda;
Eu, que tenho sido cômico às criadas de hotel,
Eu, que tenho sentido o piscar de olhos dos moços de fretes,
Eu, que tenho feito vergonhas financeiras, pedido emprestado sem pagar,
Eu, que, quando a hora do soco surgiu, me tenho agachado
Para fora da possibilidade do soco;
Eu, que tenho sofrido a angústia das pequenas coisas ridículas,
Eu verifico que não tenho par nisto tudo neste mundo.
Toda a gente que eu conheço e que fala comigo
Nunca teve um ato ridículo, nunca sofreu enxovalho,
Nunca foi senão príncipe - todos eles príncipes - na vida...

Quem me dera ouvir de alguém a voz humana
Que confessasse não um pecado, mas uma infâmia;
Que contasse, não uma violência, mas uma cobardia!
Não, são todos o Ideal, se os oiço e me falam.
Quem há neste largo mundo que me confesse que uma vez foi vil?
Ó príncipes, meus irmãos,
Arre, estou farto de semideuses!
Onde é que há gente no mundo?
Então sou só eu que é vil e errôneo nesta terra?
Poderão as mulheres não os terem amado,
Podem ter sido traídos - mas ridículos nunca!
E eu, que tenho sido ridículo sem ter sido traído,
Como posso eu falar com os meus superiores sem titubear?
Eu, que venho sido vil, literalmente vil,
Vil no sentido mesquinho e infame da vileza.
(Fernando Pessoa sob o pseudônimo Álvaro de Campos)

Parafrazeando Pessoa, temos então um corpo que aqui se torna um simulacro e depositário de competições reles, de comparações de coisas que não fazemos, do quanto precisamos ser produtivos. Retornamos então ao que Spinoza se questiona, o que pode um corpo? O corpo de quem escreve e remonta as frases é formado por angústia, por vezes sendo capturadas nesse sistema de comparações/reproduções, no entanto, desvios acontecem neste corpo onde pode ser encarada a potência do encontro, dos afetos e da produção da vida enquanto obra de arte.

Como posso eu falar com meus superiores sem titubear? Como meu corpo, ele pode se potencializar tendo como superior a política estatal de um governo de direita submergindo dentro de mim e das práticas enquanto trabalhadora. Tenho sentido o soco, como diz Pessoa, não conseguindo no primeiro momento me desviar e ver o quão mesquinha é a força destes poderes em prol de um controle/estagnação e reprodução. Estou farta também de um ideal do homem e cidadão de bem, “*estou farto de semideuses*”, ditando e delimitando o assujeitamento destas subjetividades.

Estou farta das competições que insistem em serem instauradas, do trabalho como força pesada, do encontro com outro ser sempre levado na angústia! Respiro! Penso em compor com

uma imagem de um corpo que habita em uma praia. Chegando lá, sente a areia em seus pés, o sol no seu corpo e o barulho do mar ecoa em seus ouvidos, leveza, calma, silêncio, sentimentos, a brisa leve do vento que bate no corpo, é uma paz conhecida e tão leve neste processo.

Levando em consideração a cena, é nessa produção de corpo e de vida que quero apostar nesta terceira entrada. Em si, um corpo que se faz e refaz a partir desta experiência realizando e traçando tecituras. Na assistência social experienciei muitos afetos e encontros, e quero apostar que por mais que não consiga mudar um “sistema” eu realizei desvios nestes encontros com os usuários assistidos.

A situação que estávamos vivendo era de um intenso caos, com discursos contra a vacinação e mortes devido a incidência da Covid-19 que ainda assustava de certo modo os trabalhadores de ponta, e os usuários assistidos pelas Políticas Públicas, que não tinham chão para conseguir ter o acesso ao dinheiro. O monólogo do vírus (2020) traz para análise a falta de cuidado que temos entre nós, já que coabitamos uma lógica neoliberal na qual o que importa não é o cuidado e sim a produção em troca do dinheiro. A reflexão apresenta o sujeito visto como um sistema em série.

Em muitas memórias de trabalho, lembro de como a falta de salário, a precarização das ofertas de serviço e as tensões no cotidiano com as redes eram fatores que imobilizavam o serviço. Me sentia anulada, como se além do vírus outras variantes também surgissem naquele ambiente, nos individualizando, nos fazendo sentir fracas, cansadas, e era tão rápido que não conseguíamos questionar sobre esse cansaço, essa sobrecarga. Ao longo do texto do Monólogo do Vírus algumas partes me trouxeram verdadeiros impactos, pensando na atuação com o usuário e na vivência da Política Pública: a voracidade do não cuidado.

Vocês não morrem por causa de minha ação sobre o seu tecido, mas pela ausência de cuidado de seus pares. Se não agissem de maneira tão voraz entre vocês – como fazem com todo o resto que vive neste planeta –, ainda haveria bastante leitos, profissionais de saúde e respiradores para sobreviver aos danos que eu causei em seus pulmões. Se não armazenassem as pessoas idosas em lugares para morrer e as saudáveis em jaulas de concreto armado, vocês não estariam assim. Se não tivessem transformado toda a extensão (até recentemente) luxuosa, caótica e infinitamente povoada do mundo – ou melhor, dos mundos – em um vasto deserto destinado à monocultura do Mesmo e do Mais, eu não poderia ter iniciado a conquista planetária de suas gargantas (MONÓLOGO DO VÍRUS, 2020).

A conclusão é que mesmo com o sistema perfeito dentro das políticas públicas, a falta sempre vai estar presente. Porque para a produção capitalística sempre está faltando algo, é

preciso produzir essas faltas, para gerar corpos que não se enquadram dentro deste sistema, e por este motivo, a atuação neste corpo.

Por vezes esquecemos de exercer este cuidado entre os nossos pares! Essa exaustão que nos toma e perdemos a capacidade de compartilhar as nossas fraquezas/dificuldades e pensamentos. Nos colocamos no lugar da dureza, da produção, da resolutividade imediata, e talvez isso ressalte também na atuação com o nosso usuário, no lugar de não escuta. No encontro destes usuários, eles querem em primeiro lugar que escutem as suas vozes, choros e descrições, no entanto, a rotina é tão corrida que por hora interrompemos o usuário e dizemos para ele: qual é o problema? O que você espera deste equipamento?

As pequenas construções micropolíticas para uma outra dimensão surgem a partir do coletivo daquela equipe que continuava a resistir frente ao processo endurecedor. Os encontros fora do trabalho, churrasco, troca sobre um caso de uma maneira mais acalorada, brincadeiras, risadas. É este cuidado que precisa ser operado no serviço, cuidado com os pares como afirma o Monólogo do Vírus (2020). Pensamos então: como produzir brechas? Brechas essas que não insistem na resolutividade, mas nos transmitem em pensar em causar novas intensidades ainda não esperadas.

Nesta análise, usamos a micropolítica, que atua nas microrrelações para pensar esta força operante. É nos pequenos achados e encontros que produzimos brechas. É no entre que surgem outras camadas que podem operar neste cansaço, exaustão, frustração (MALITO, 2021). O entre que produz a modificação nas relações como trabalhadores, pesquisadores e nas nossas afetações com os usuários assistidos. É este o desafio de operar nas Políticas Públicas: conseguir vislumbrar que operamos também na micropolítica, e apostar nesta produção, já que somos de toda forma consumidos pelo endurecimento do modelo estatal e seus efeitos.

É nessa linha que tentei apostar em cada encontro com os usuários, em cada fala, escuta e conselho que os próprios usuários davam. A construção de uma equipe também que sobreviva a este caos, a troca de gestão, a falta de material e cobrança dos resultados que eram temas de reuniões constante. Por mais que existisse essa pressão deste fora, o “entre nós” foi se fazendo e se refazendo a todo momento, devido ao processo angustiante dentro do serviço público.

Vamos sair, andar a pé até Alcântara para distrair a mente, vamos juntas beber, relaxar a mente, é proibido falar de trabalho, ok? Essas construções eram feitas no pós- serviço e neste entre sugeriam outras possibilidades de cuidados coletivos. Quando passei pelo término de um relacionamento, elas estavam como mulheres para apoiar, conversar, rir juntas. No

atendimento difícil, era possível sentir a tensão de toda a equipe, mas os cafés no finalzinho da tarde ajudavam a passar o estresse do dia.

Às vezes aconteciam discussões mais calorosas sobre determinado caso, discordância de pensamento, no entanto, prezávamos por estas discussões para tentar com o que tínhamos de ofertar as possibilidades para o usuário assistido. Pensar nas formas de cuidado entre nós é o que redirecionou toda a rede de afeto também deste trabalho, só é possível uma construção do outro a partir do entendimento dos afetos que nos rodeavam dentro do serviço público.

As demandas então apareciam e construir coletivamente foi fundamental para o processo ser menos caótico. Aqui penso em uma visita que fomos em uma casa no Boa Vista. A genitora havia acabado de chegar e vemos a criança, que não estava indo para escola devido à ansiedade e/ou crises convulsivas. Eu me lembro que ela estava com uma bolinha de sabão, simples, assoprando da janela do seu quarto. Inclusive, abro o parêntese para pensar que essa casa, que já está condenada pela Defesa Civil, possui uma estrutura precária. No entanto, a criança soprava com sorriso no rosto a bola de sabão, alheia à escola, à residência e a nossa presença. Na brincadeira encontrou uma forma de expressar e transitar com seu corpo. Fui brincar com ela, esqueci da entrevista de forma direta com a genitora. Preferi apostar junto com cada bolinha que ela construía.

Esses possíveis encontros aconteceram, no entanto, ao longo da prática, acreditava que eles não eram potentes e/ou suficientes para mover nada, o que importava era a entrega de um relatório, de visitas, atendimentos e outras demandas que aparecem no serviço e são quantificadas a partir do Registro Mensal de Atividades (RMA). Consumida por estes processos, não era possível pensar nas pequenas tecituras que aconteciam no serviço. O riso da equipe em um momento tenso, a indignação no meio da reunião de equipe, a união para comprar nossa caixinha ou fazer nossa festa de final de ano. As folgas que eram concedidas quando fazíamos alguma ação social. Processos de trabalhos que eram tangíveis no equipamento a partir deste coletivo de mulheres.

Podemos dizer que os entraves são muitos, mas a aposta continuou sendo na micropolítica, nas relações, no processo coletivo, diante de um processo ensurdecedor das políticas estatais servindo como manobra intransferível para barganhar votos e/ou ditar e cobrar sobre nossos processos das políticas. Estamos e continuamos resistindo, a partir destes afetos que talvez não sejam vistos, mas que fazem a diferença diante deste barulho ensurdecedor.

Versos finais – a transformação:

No começo do trabalho descrevi o meu afeto sendo uma lagarta, que estagna em seu processo e se vê sem mobilidade frente aos desafios do serviço. No começo do percurso profissional me sentia limitada, incapaz, sozinha, e criando incertezas sobre meu serviço, pensamento, escrita. Estava cada vez mais imobilizada, a sensação era de que não conseguiria entregar, fazer e executar. Todas essas questões tomaram meu processo de escrita, pesquisa e fazer profissional.

Durante o período de eleição da presidência do Brasil, me sentia coagida, ameaçada, porque como minha forma de contrato foi uma indicação política, me vigiaram para ver as minhas curtidas em publicações que envolviam a candidatura do Lula. O sentimento era de coerção, me mandaram mensagem dizendo que estavam me observando. Então não tive escolha, sem me pronunciar, calada. Me sentia de novo incapaz, infeliz com a forma de contrato, com o emprego e com a questão salarial. O salário do técnico do SUAS era de R\$ 1.600 bruto, como pagar as contas? Manter a saúde mental? A faixa salarial era muito semelhante aos cargos de Educador Social que ganha R\$ 1.200.

No fazer do serviço, aconteciam só problemas, conseguíamos movimentar um caso, e outro já estava lá para uma resolutividade. Qual caminho tomar com as dificuldades como falta de profissionais, espaço e meios materiais de trabalho?

A exaustão foi tomando conta da equipe, pois estávamos comprometidos com o trabalho, mas erámos mais e mais cobrados. A angústia e a imobilidade surgiram neste caminho, e o desejo de pesquisar começou a eclodir no meu corpo, fazer algo com essa revolta que surgiu era necessário, assim como pensar neste registo de sensações e sentimentos avassaladores que se faziam no cotidiano do serviço.

O ódio, então, foi o combustível inicial de pensar está escrita ainda sem muito rumo e caminho. As tensões iam acontecendo e mobilizaram em trazer as análises desta trabalhadora social e as interfaces com os usuários assistidos. O ódio que me tomou durante o serviço foi devido à falta de reconhecimento profissional e direitos básicos de um trabalhador como: passagem, férias renumeradas e décimo terceiro, a cobrança, a estabilidade que dependia de variáveis políticas, a sensação constante de não conseguir fazer nada, pois sempre tinham mais casos a ser resolvidos e as demandas começavam a ficar atropeladas.

O ódio das cobranças, das Ações Sociais que precisávamos estar presentes sem receber a mais e passagem para tal. Kiffer e Giorgi (2019) trazem o ódio em seu livro como um registo fundamental para pensar nos afetos produzidos, que por vezes esses sentimentos é encarado de

forma negativa. Porém, eles tiram esse juízo de valor e pensam que ódio pode ser um fluxo que faz parte de um afeto. É esta sensação que permeou as experiências como trabalhadora do SUAS, intensidades, formação deste ódio que mobilizou a escrita e a análise dos processos experienciados.

O ódio proporcionou o encontro com a educação, com a minha própria escrita, pesquisa e trabalho. A partir do ódio apareceu como um acontecimento a educação para o desatramento desta trabalhadora, o encontro com a pesquisa, com o grupo, com a universidade foi desatando alguns nós e formando outros. Abrindo margens para pensar no entre, no coletivo, nas apostas que não vemos pois acontecem de forma tão pequena, que ela é tomada pelos prazos, visitas, atendimentos e outras demandas do serviço. É nesta posição de virada, de fazer e refazer os nós que encontrei no trabalho e pesquisa a força de potencializar o ódio. O ódio virou fonte de aprendizado para entrar em contato neste campo do sensível que por vezes é deixado de lado por nós, devido ao tempo ligado a produção.

Iniciei o texto trazendo a reflexão de uma lagarta, que com o encontro deste registro do ódio e com as ferramentas como a educação conseguiu encontrar uma transformação que é a borboleta. O tempo no casulo também foi importante para construção das ideias, dos entraves, de uma reflexão do seu próprio processo ansioso da vida.

Foi preciso durante o casulo, validar alguns processos e renunciar a outros. A insegurança me tomou, o receio, a frustração e o medo. No entanto, era preciso viver este período de incertezas para então acontecer a transformação deste processo. Nomeio enquanto casulo o momento mais reflexivo do contato com estes afetos para pensar em suas produções. A produção do cansaço, da resolutividade, de uma pesquisadora perfeita, da insegurança, da “boa escrita”. Essas qualificações que permeavam a produção de que eu precisava ser melhor e eficaz, e, contudo, sem tomar os meus próprios processos e os meus próprios encontros com coletivos de amigos, de estudos, de trabalho.

A transformação em borboleta acontece constantemente, não é pronto e definido, mas ela está sendo feita e refeita de forma gradual. A imagem desta borboleta surge, quando a aposta em uma pesquisadora é concretizada, ao se deparar neste corpo, e viver este processo é que penso na imagem desta borboleta. Ao encontro dos materiais, da educação, de poder enxergar não só o Estado, mas os afetos que surgem nas relações e neste coletivo.

No deparar da vida, fomos atingidos por um vírus. O caos foi estabelecido, no entanto, já vivemos esta morte gradual dos nossos afetos que são consumidos por uma vida produtiva.

E quanto a nós, o que surge? Dúvida, cansaço e insegurança são produções deste tempo capitalístico. A reinvenção está na possibilidade do coletivo, do micro, da tomada de análise dos afetos. E aqui destaco a escrita e a produção desta pesquisadora que encerra o trabalho acreditando nestas pequenas apostas da vida. Uma Borboleta, que está planando os seus voos e vivendo seus afetos em sua vida, trabalho e pesquisa.

Um até breve.

Final?

O que seria terminar um trabalho ou tecer uma consideração final? O que podemos chamar de conclusão? Essas são indagações que ainda insistem em acontecer. Resolvi aqui chamar de um ato final, que encerra um período mais caótico da vida profissional e acadêmica. Ao longo do trabalho no SEMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social), experienciei momentos de muitas tensões, uma das que mais me incomodou foi a forma de ingresso na qual entrei na Prefeitura de São Gonçalo, por indicação política. Mesmo tendo consciência de que estava tentando fazer o possível com o que tinha, havia sempre uma linha me arrastando para esta condição e me lembrando que devia um favor.

A sensação de certa incompetência e de não pertencimento faziam parte dos meus pensamentos, já que era injusto essa forma de ingresso na prefeitura e para sua manutenção tínhamos que nos assujeitar às forças políticas que detém o poder. Na trajetória, fui tentando criar corpo para esta situação que me gerava insegurança e inconformismo com essas tais Políticas Estatais.

Quando recebi a oportunidade deste trabalho em 2021, já sabia quanto eu ganharia e que não receberia passagem. No desenrolar do serviço fui aprendendo, experimentando, errando, construindo e me reinventando em um processo caótico de ofícios, cobranças, visitas, reuniões, ações sociais e com uma equipe reduzida, e no meio da Pandemia que ainda assolava os usuários e trabalhadores.

A sensação de cansaço e esgotamento, como na construção desta escrita, foram intensas, e ainda eram cercadas também por pensamentos de que eu não deveria estar lá, nesta forma de ingresso, que acabam sustentando parte do sistema estatal, implementando a troca de favores políticos, as cabines de emprego e entre outras questões. Trabalhar mesmo na assistência foi um desafio, uma escola e uma formação. Por dois anos respirava o caos, porém com a sensação de um coletivo, de que estávamos construindo para este desafio.

A equipe em si era atingida com mudanças políticas, o medo de novas demissões com a troca do Secretário, por exemplo, imperava no equipamento. Nas campanhas políticas, principalmente do filho do prefeito da cidade, recebíamos o convite para estar nos eventos feitos por eles para arrecadação de votos. Este convite vinha com uma ordem explícita “precisa fazer presença”, “estão te marcando”, “cuidado”.

Me sentia vigiada, coagida e o medo imperava, pois aquilo que antes estava fazendo para aprender e experimentar, precisou ser minha fonte de renda na qual sustentava minha casa e família, precisava do trabalho para comer, me locomover e pagar as contas básicas. O medo de perder este trabalho era surreal, então precisava comparecer nestes eventos. A sensação de uma produtividade em série também era presente, mas no meu processo era primordial aprender, construir e movimentar, nem que pudesse ser o mínimo. Porém, era neste mínimo que esta trabalhadora apostava.

Poderia ver que muitos trabalhadores do SUAS, por receberem este mínimo, deixam de realizar o trabalho pertinente, pois não estão mais aguentando. No entanto, resalto aqui a importância da equipe do CREAS para que pudéssemos continuar construindo algum caminho e não desistir do trabalho que fazíamos por nós e pelos usuários. Nesta movimentação é importante trazer que a exaustão também nos leva a querer encerrar, a entrar em processos ansiosos, nos quais ficava somando e pensando que o dinheiro não daria para fechar o mês, além de trabalhar para ter este salário, não conseguia ser o suficiente para sustentar subsídios básicos de vida.

A ansiedade começa, o choro, e precisei ter rendas complementares para enfrentar esta situação, criando mais exaustão física e emocional. Nas constantes mudanças, e nessa avalanche de sensações, a educação e o mestrado surgiram como potência para análise deste serviço, da validação como trabalhadora e compreensão destes registros que estavam soltos, e que pela rotina corrida, não conseguia acessá-los.

Pelo viés da educação foi possível despertar as potencialidades do trabalho, análise das angústias e com todas essas intensidades foi possível primeiro pensar neste encontro comigo trabalhadora/pesquisadora/sujeito. Por isso, foi necessário a mudança da rota de pesquisa para analisar os processos dentro e fora do cotidiano de trabalho.

O Sistema Único de Assistência Social veio por meio de muitas lutas, no entanto, o que vemos no cotidiano é a transformação desta lei em algo podre e sujo devido a intervenção maciça deste Estado que segrega, mata e persegue. Estamos de fato rendidos a este processo,

mas a luta sempre continua. Vale lembrar que lutar e resistir também se torna cansativo e doloroso.

Como trabalhadores dentro deste sistema, não vemos melhorias salariais, estruturais, governamentais, ficando reféns de um processo estatal, das mudanças constantes de prefeitos e outros cargos políticos. Quando se troca o político, a gestão e a equipe mudam e o trabalho retrocede. Em meio a este novelo de lã, não posso tecer uma consideração final, mas posso apontar que o ciclo como trabalhadora da Assistência Social na Prefeitura de São Gonçalo teve o seu fim. Precisava ter um fim!

Em várias tentativas frustradas para processos seletivos em áreas da Psicologia, em julho de 2023 surgiu uma oportunidade para Acompanhante Terapêutica em contexto escolar, e depois para a Associação de Amparo aos Cegos (AFAC), na qual mudei meu campo de atuação e trabalho. Foi necessário, pelo esgotamento e exaustão que estava sentindo constantemente.

Quando saí, chorei de alívio, mas também da falta desta equipe que tanto falo, das lutas, das risadas, da contação de histórias do final de semana, conselhos e este mínimo potente. Anunciei a minha saída para o vereador que me indicou, e como sugestão falei de um amigo que tinha experiência na Assistência Social, a resposta que recebi é que já tinha alguém para colocar no meu lugar. Somos tão substituíveis assim? A ponto de já ter alguém para assumir aquele cargo que me pertencia?

Foi isso que senti após ouvir esta mensagem, como se fosse descartável e que eu precisava deles, porém eles não precisavam de mim. Em várias reuniões da Secretaria ouvíamos essa frase, “se está reclamando é melhor sair, pois tem muito trabalhador pronto para entrar e que está esperando uma oportunidade”. Esse era um discurso comum dentro da prefeitura, e principalmente na assistência, sempre precisávamos produzir e trabalhar, e nunca reclamar. Absurdo, no entanto, é isso que a política se transformou, em moeda de troca e favores políticos. Quando saí compreendi a realidade e percebi que de fato era um discurso cruel, porém verdadeiro, eles não nos enganam, só mostram constantemente como estamos reféns das engrenagens que coabitam o município de São Gonçalo.

Os acordos continuam acontecendo, e esta foi minha principal angústia quando saí: a sensação das coisas permanecerem da mesma forma, os processos continuarem precários. Penso nas minhas colegas de trabalho que ainda estão pela rede “tentando”, “prossequindo”.

Concurso público? Não sentimos o cheiro, e nem sabemos o que é isso. O último processo seletivo da Prefeitura de São Gonçalo para Assistência Social foi em 2009. Os

Processos seletivos que garantem contratos de 2 anos ocorreram em 2019 nesta prefeitura, mas uma evidência de um concurso público efetivo não acontece.

Construir “um final” é encerrar um ciclo, e este ciclo na Prefeitura de São Gonçalo teve seu fim, mas as questões que dispararam este trabalho de escrita só aconteceram a partir desta experiência. Tecer um fim para este trabalho não é uma tarefa fácil, então aposto em um “Adeus” “Até logo”. Pois a escrita, a educação e a pesquisa são ferramentas que consegui encontrar no processo do corpo- trabalhador.

No fim, vem o começo de outras análises, experiências e processos que aposto serem o caminho daquilo que me faz ser potente e construir certas resistências ao que chamo corpo trabalhador.

Um até logo!

Referências Bibliográficas:

AGUIAR, Kátia Faria de; ROCHA, Marisa Lopes da. **Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises**. In: Psicologia, Ciência e Profissão, Rio de Janeiro, 2003, v. 27, n. 4, p. 648 - 663.

AQUIME, Rafael; LEMOS, Flávia Cristina Silveira; SAMPAIO, Valber Luiz Farias. **Práticas de psicologização no sistema único de assistência social (suas): dispositivos da medicalização do creas em análise**. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 3, p.14925-14937 mar. 2020.

BARROS, Regina Benevides de. **Grupo: a afirmação de um simulacro** – 3ª edição 2013 – Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007 – (Coleção Cartografias) p. 350.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela; MENDONÇA, Rosane. **Sobre as utilidades do Cadastro Único**. Rio de Janeiro, Ipea, 2009.

BAPTISTA, T. W. de F. **Seguridade Social no Brasil**. *Revista Do Serviço Público*, 49(3), 2014, p. 99-119. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v49i3.373>.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, DF: 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Reimpressão 2014. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília: MDS, (2011).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social. Nota Técnica SNAS/MDS nº 2, de 11 de maio de 2016. **Relação entre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e os Órgãos do Sistema de Justiça**, Brasília, p. 1-16, 2016.

BRASIL. Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). **Construindo as bases para a implementação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, jul. 2005. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/SUAS)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, nov. 2005. Disponível em:

http://mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf.
Acesso em: 16 mar. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução CNAS nº 17/2011**.

CASTEL, Robert. **As armadilhas da exclusão**. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C. (Org.). *Desigualdade e a questão social*. 2 ed. São Paulo: Ed. EDUC, 2000. p.17-50.

CHITTONI, Felipe Bücker. **Ética Das Passagens: Políticas De Subjetivação Em Desterro**. Orientador: Kátia Aguiar. 2021. 310 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Doutorado, Niterói, 2021.

COIMBRA, Cecília; LEITÃO, Maria Beatriz Sá. Das essências às multiplicidades: Especialismo psi e produções de subjetividades. **Revista Psicologia & Sociedade**, 15 (2): 617; jul./dez. 2003.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (Crepop). (2007). **Referência técnica para atuação do (a) psicólogo (a) no Cras/Suas**. Conselho Regional de Psicologia (CFP). Brasília: CFP. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/08/cartilha_crepop_cras_suas.pdf

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução. CFP nº 006/2019, de 29 de março de 2019. (2019a). **Institui as regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional**, e revoga a Resolução CFP nº 015/1996, a Resolução CFP nº 007/2003 e a Resolução CFP nº 004/2019

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Resolução CFP nº 010/2005. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**, XIII Plenário. Brasília, DF: 2005.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência social: direito social ou bem-estar? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez, 2009.

CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza. A Construção da Assistência Social como política pública: interrogações à psicologia. In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (orgs.). **Políticas Públicas e Assistência Social: Diálogo com as práticas psicológicas**. Editora Vozes, 2ª Edição, 2009, p. 13 – 40.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. As máquinas desejantes. In: **O anti – Édipo: Capitalismo e esquizofrenia 1**. São Paulo: Editora 34, 1995. Cap. 1, p. 11-71.

FARIAS, Jalon Nunes de. **O Assistencialismo na Assistência Social Brasileira**. Serviço Social e Realidade, Franca, v. 22, n. 2, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely; **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

JACCOUD; HADJAB E CHAIBUB. Políticas Sociais: acompanhamento e análise – Vinte Anos da Constituição Federal. vol. 1 nº 17, capítulo 4 – **Assistência Social e Segurança Alimentar: entre novas trajetórias, velhas agendas e recentes desafios** (1988-2008). IPEA, 2009. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4350/1/bps_n17_vol01_assistencia_social.pdf. Acesso em: 22 nov. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, nº 3, 2006.

LEMKE, Thomas. **Biopolítica: Críticas, Debates, Perspectivas**. Editora Politeia, 2018.

KIFFER, Ana; GIORGI, Gabriel. **Ódios Políticos e Política do Ódio: lutas, gestos e escritas do presente**. Editora Bazar do Tempo, 1ª edição, 2019.

MALITO, Diana Marisa Dias Freire. **Entre a saúde e a assistência: uma análise micropolítica dos discursos e práticas de cuidado nas políticas públicas**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2021.

MBEMBE, Achille; **Necropolítica**. 3ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2016.

MONÓLOGO DO VÍRUS. Partido Pirata. Março de 2020. Disponível em: <https://partidopirata.org/mono-virus/>

NASCIMENTO, MARIA LÍVIA DO; SCHEINVAR, E. **O diário de campo como campo de estágio**. In: Helena Amaral da Fontoura; Sueli de Lima Moreira. (Org.). Experiências compartilhadas de formação docente: estágios e outras práticas na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ). 1ed. Niterói RJ: Intertexto, 2020, v. 1, p. 129-135.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, C. M. C.; HECKERT, A. L. C. **Os centros de referência de assistência social e as artes de governar**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 25, n. 1, p. 145–160, jan. 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **A assistência Social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS**. Serviço Social, Brasília, n. 20, p. 63-83, 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6982/1/ARTIGO_AssistenciaSocialConstituicao.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.

PAULANI, Leda. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**, n. 13, p. 115-127, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONCALO, **Mapas e Bairros**. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo/mapas-e-bairros/> Acesso em: 10 mar. 2023.

RIBEIRO, Adriana Barbosa. **O psicólogo na proteção social especial**: atuação junto às vítimas de violação de direitos no CREAS. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia, Sociedade e Qualidade de Vida) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/17487>. Acesso em: 22 nov. 2022.

RUFINO, Luiz; **Vence-demanda: educação e descolonização**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SAWAIA, Bader Burihan. **Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social**. Psicologia e Sociedade, São Paulo, p. 364-372, dezembro 2009.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)** Anotada. Brasília, DF: ASCOM MDF, 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (São Gonçalo). Nelson Ruas dos Santos. 2022. **Plano Municipal de Assistência Social**, São Gonçalo, p. 1-237. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/planomunicipal-de-assistencia-social-versaofinal.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SILVA, Cristiane Aparecida de Souza; ALMEIDA, Dabla Tais Souza de; BASTOS, Rafaella; SOARES, Vanessa Miranda; BARROS, Jaqueline de Melo. A Construção Da Política De Assistência Social Brasileira: Uma Reflexão Necessária. **Revista EDUC**-Faculdade de Duque de Caxias/Vol. 06-Nº 2/Jul-Dez 2019.

SILVA, Dalva Eliá da. **A construção do Sistema Único de Assistência Social**: análise do processo decisório em torno da elaboração da PNAS de 2004 e da NOB SUAS de 2005. Orientador: Mônica de Castro Maia Senna. 2013. 16-175 p. Dissertação (Mestrado em Política Social), Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/8363>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SOUZA, Fernanda Menezes de. **Assistencialismo e Assistência Social: equívocos, ambiguidades e relevância social do Serviço Social**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 09, Vol. 02, pp. 148-164. Setembro de 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/cienciassociais/relevancia-socia>

SPINOZA, Baruch de. **A Ética**, in: Os Pensadores. Ed. Abril, São Paulo, 2009.

SPOSATI, Aldaíza; Proteção Social e Seguridade Social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. In: **6º Seminário Anual de Serviço Social**. Cortez Editora, São Paulo, 2013, n. 116, p. 652-674.

VAITSMAN, Jeni; ANDRADE, Gabriela Rieveres Borges de; FARIAS, Luis Otávio. **Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988.** Ciências & Saúde Coletiva, [S. l.], p. 731-741, 30 jan. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kv7MJrxjLCWw7xkK5Z4nh5M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2022.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Organização Bader Sawaia. Editora Vozes, Petrópolis, 2001, p 16 – 26.

WISER, Antonin. Para uma libertação do tempo. Reflexão sobre a saída do tempo vazio **Pandemia Crítica.** Editora n-1 Edições. Publicado em 6 de dezembro de 2023.